



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

POSGRAP - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

NPGeo - NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DE ALIMENTO A COMMODITIES: A PRODUÇÃO DE MILHO NO MUNICÍPIO
DE PINHÃO E SUAS CONTRADIÇÕES**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristovão/SE

2014

Marina Feitosa da Rocha Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Josefa de Lisboa Santos

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristovão/SE

2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48d Oliveira, Marina Feitosa da Rocha
De alimento a commodities : a produção de milho no município de Pinhão e suas contradições / Marina Feitosa da Rocha Oliveira ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2014.
131 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Geografia agrícola – Sergipe. 2. Espaço em economia. 3. Agroindústria. 4. Milho – Cultivo. 5. Conflitos socioambientais. 6. Pinhão (SE). I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

**DE ALIMENTO A COMMODITIES: A PRODUÇÃO DE MILHO NO
MUNICÍPIO DE PINHÃO E SUAS CONTRADIÇÕES**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^ª. Dr^ª. **Josefa de Lisboa Santos** (NPGeo/UFS)

ORIENTADORA

1º Examinador: Prof^º. Dr^º **Cristiano Aprício dos Santos** (DGEI/UFS)

MEMBRO EXTERNO

2º Examinador: Prof^ª. Dr^ª **Maria Augusta Mundim Vargas** (NPGeo/UFS)

MEMBRO INTERNO

Mestranda: **Marina Feitosa da Rocha Oliveira**

São Cristovão/SE ____ de _____ de ____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a homens muito importantes em minha vida, os quais amo muito e que foram fundamentais para minha formação enquanto pessoa, com seus conselhos e exemplos me ensinaram que a educação é o melhor caminho e que os estudos devem ser sempre prioridade, aos meus vinhos Baú e Dal (in memoriam) com muito amor e saudade.

A mainha maravilhosa, abdicada de tudo por nós (eu e meus irmãos), essencial em minha vida, a qual devo tudo e a quem sempre dedicarei o meu melhor com imenso amor.

A dois serezinhos que na rápida passagem por minha vida, me ensinaram que no sofrimento descobrimos o quanto temos força e que por pior que seja a dor, um dia ela abrande e é possível sobreviver sem alguns pedaços, por eles e para eles consegui me erguer e concluí essa dissertação para a finalização de mais uma etapa em minha vida, a Kaio e a Kaiol que se foram, mas que se puderem voltar continuo esperando-os cheia de amor.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, a Nossa Senhora, a Espiritualidade Amiga, aos Trabalhadores Espirituais da Saúde, ao meu Anjo da Guarda e aos meus Orixás: Iemanjá, Oxalá e Obaluaê, pela graça da encarnação, por toda proteção, orientação, pela concessão do privilégio da sensibilidade e intuição que sempre me auxiliam nas escolhas e pela constante presença me conduzindo as boas ações e guiando-me aos bons caminhos.

Agradeço a oportunidade de ter encarnado no seio maravilhoso da minha família, de ter uma mãe mais que perfeita, de ter um pai com suas falhas, mas que sempre me amou, de ter irmãos que me amam muito, me entendem, me completam e que me defendem até debaixo d'água, de ter avós e avôs inesquecíveis e tão amorosos e participativos em nossa criação, de ter tios e tias tão próximos e tão acolhedores e primos que fizeram parte de uma infância tão maravilhosa, sadia, divertida, colorida, doce, feliz e que me encheu de grandes boas recordações daquele "tempo que não volta mais", mas que me marcou para sempre de forma tão positiva.

A mainha não tenho como agradecer com palavras, como retribuir a uma pessoa tanto amor, dedicação, cuidado, abdicção da própria vida para nos oferecer o seu melhor, para tornar eu e meus irmãos pessoas do bem, que troca sua vida pela nossa se assim for preciso, que não pregava o olho quando estávamos doentes, que fica sem ter o que vestir e calçar, mas não nós deixa faltar o que está a seu alcance, como agradecer a ela, o que seria suficiente o bastante para retribuir tanto zelo? Para começar amá-la infinitamente, "daqui até a eternidade" como cantava Cazuza e como canta Djavan, ela é "minha rosa amarela, voz de todo grito, minha linha do equador" mais que tudo para mim, minha eterna fã, a ela dedico tudo em minha vida, só ela dá tanto valor as minhas pequenas conquistas, até mais que eu!! Mainha a senhora é minha Deusa, não te desejo a imortalidade porque não seria amor, seria egoísmo e crueldade, desejar que vivesse para ver todos ao seu redor ir e continuar para a posteridade na solidão, te desejo, muita luz, luz, bons fluidos e muito amor, meu amor, nosso laço é indestrutível e para sempre!!

Agradeço aos "mongos" dos meus irmãos, "chatinhos" e "amarelos" também é tarefa difícil, porque amor não se agradece, retribui-se, o que não é difícil em se tratando desses

dois, que estão sempre ao meu lado, me apoiando em tudo, me dando força e levantando meu astral, me socorrendo nos momentos em que mais preciso não me deixando desanimar diante das dificuldades, aliás, me alegram e divertem demais. Muito obrigada por tudo, por todos os momentos felizes, pela infância cheia de boas recordações, pelo companheirismo, união, amor, cumplicidade, força e por fazerem parte de minha vida que ao lado de vocês é muito feliz.

Ao tempo que me fez enxergar que tudo passa e que mágoas e ressentimentos não devem ser guardados, o amor tem que prevalecer, sobretudo quando há laços de sangue tão fortes como o de pai e filha. Agradeço a painho, por ter sido um pai amoroso, atencioso, presente e muito divertido durante minha infância, foi tão importante poder contar com sua presença durante esse período, os anos que passamos muito distanciados não podem sobrepor os vários e importantes momentos felizes que passamos em família, nossa reaproximação foi muito importante e mesmo distantes fisicamente, demonstra seu amor e preocupação conosco.

Agradeço muito aos meus avôs (in memoriam) e as minhas avós “Nara” e “Baía”, mulheres fortes, guerreiras que me ensinaram tantas coisas lindas e extremamente importantes, sou muito agradecida pela maravilhosa oportunidade de ter crescido ao redor dos meus vinhos e voinhas, com tanto amor e ensinamentos valiosos que carregarei para sempre comigo, aprendi tantas coisas importantes, essenciais para minha formação, para o meu caráter, sobretudo a importância da educação e dos estudos, ensinamentos que vô “Baú” e vô “Dal” sempre fizeram questão de demonstrar o quanto é importante adquirir conhecimento e liberdade a partir dos estudos, principalmente a independência para as mulheres diante da sociedade machista em que ainda vivemos. Muito obrigada meus amores por tudo, vocês são tão importantes para mim, inesquecíveis e idolatrados por essa neta que tanto conviveu com vocês e que nunca esquecerá os momentos maravilhosos vividos ao lado de todos.

Ao meu amor, companheiro, amigo e esposo Kurt, que é meu maior incentivador, que sempre fez de tudo para que continuasse meus estudos, que me motiva, não me deixa fraquejar nem desistir nos momentos de desespero, que já passou por tantas coisas boas e ruins sempre a meu lado, que cuida da casa e das nossas “paquenas” para que eu possa me centrar nos estudos, que abdicou por alguns anos de seus próprios estudos para que continuasse os meus, que me ama muito e demonstra esse sentimento o tempo todo, que

segura as maiores barras muitas vezes sozinho para aliviar minhas cargas, que por tantas e tantas vezes ficou sozinho para que eu pudesse me dedicar ao trabalho e as pesquisas, nunca desistiu de mim, mesmo quando eu mesma não acreditava que era capaz, que me faz feliz a cada amanhecer, me faz rir muito para distrair e me diverte o tempo todo, compreende minhas loucuras, sonha junto comigo e nos momentos de maior dor e desespero esteve ao meu lado segurando o choro para me manter forte e equilibrada, por tudo que você representa para mim, muito obrigada meu amado por ter entrado em minha vida e por me fazer uma mulher tão feliz e amada.

As “paquenas”, minhas cachorrinhas lindas, que mamãe ama tanto, Shak, Larinha e Luli, que me fazem tão bem, que me amam tanto e só pedem em troca carinho, amor e atenção, que me fazem tão feliz, me divertem e até sofrem quando me veem triste ou doente, amo minhas meninas, minhas princesas, minhas bebês.

Agradeço a todos os meus familiares, tios(as), primos(as), por serem uma família tão maravilhosa sempre nos apoiando eu, mainha e meus irmãos e presente nos principais momentos de nossas vidas, torcendo por nossas conquistas e ajudando nos momentos mais difíceis.

Aos meus sogros que sempre me trataram como uma filha, me acolhendo com muito amor no seio de sua família, aos meus cunhados(as) por todo carinho e torcida por minhas vitórias, ao meu sobrinho de coração Lucas e minhas afilhadas e sobrinhas de coração, Anny e Layla, amo-os tanto, sou apaixonada por esses bebês que enchem minha vida e nossa casa de alegria, que conseguem me tirar de qualquer tensão quando estou ao lado deles e que sei que me amam muito, obrigada a todos por tudo, titia ama tanto!!!

Aos professores do Departamento de Geografia de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe, e aos que por ele já passaram, por todo carinho, atenção, respeito, cuidado e dedicação com todos os alunos, obrigada a todos pelos valiosos ensinamentos, pela amizade, pelo companheirismo e por tudo que fizeram e fazem por todos nós.

Em especial aos professores(as) Josefa Lisboa, Marleide Maria, Ana Rocha, José Hunaldo, Vanesa Dias, Ana Matos, Daniel Almeida, Cláudio Ubiratan, Cristiane Fernandes, Márcia Eliane, Gicélia Mendes, Lucas Lima, que ao longo da graduação foram muito importantes para minha formação enquanto pessoa e profissional, obrigada a todos por tudo,

pelos ensinamentos, pelo apoio, os admiro muito e serei sempre grata por tudo que aprendi com vocês.

As professoras Ana Rocha, Vanessa Dias, Marleide Maria, Ana Matos e Josefa Lisboa pelas importantes contribuições na construção do anteprojeto de mestrado, sem a ajuda delas eu não teria conseguido, obrigada pela dedicação e atenção comigo e pela amizade de todas.

Ao professor José Hunaldo Lima por sua amizade, dedicação, apoio, torcida e sobretudo pela grande contribuição na construção dos mapas, sem sua ajuda não teria conseguido.

Obrigada mais que especial para minha orientadora a prof^a Josefa Lisboa, por todo empenho, paciência, incentivo, cuidado, compreensão, amizade, carinho, zelo, conselhos valiosos, não tenho como agradecer tudo que fez por mim, desde a graduação e nessa trajetória do mestrado fez ainda mais, segurando várias barras, sempre me apoiando, deixando muitas vezes outros afazeres e a própria família para se preocupar comigo, com minha pesquisa, com as orientações, sendo sempre muito cuidadosa comigo, preocupada, não há de fato como agradecer com palavras tudo o que representa em minha vida, se hoje estou concluindo essa etapa é sobretudo com sua ajuda, que nunca desistiu de mim, que insistiu, persistiu, acreditou e caminhou comigo desde o início, muito obrigada por tudo.

Agradeço também aos professores do NPGEO pelas grandes contribuições adquiridas nas aulas durante as disciplinas de mestrado, foram muito importantes os ensinamentos de todos para meu amadurecimento teórico, em especial a professora Alexandrina Luz Conceição, por suas imensuráveis contribuições para minha formação, pelos aconselhamentos, pelo apoio em momento delicado de minha vida e por tudo.

Aos meus colegas de turma, que estiveram comigo durante a trajetória da graduação, por todo apoio e torcida, em especial a minhas amigas Jamile e sua família que sempre me acolheram, torceram e apoiaram quando precisei, a Jailma, pelo apoio, carinho, incentivo e amizade, a Joseilde pelo acolhimento, carinho, atenção, preocupação e cuidado e a Andrea pelo incentivo, torcida e carinho, muito obrigada mongas por tudo.

Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo, carinho, torcida e sobretudo compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para me concentrar na dissertação, obrigada a todos.

Aos colegas da turma de mestrado pelo incentivo, apoio e torcida e por compartilharem comigo momentos de muito aprendizado.

A Renata Sibéria pela atenção em ler meu trabalho e pelas contribuições que foram de grande importância para a construção da dissertação.

A todos os entrevistados, moradores do município de Pinhão que me auxiliaram na obtenção de informações no trabalho de campo para a construção da pesquisa.

A Universidade Federal de Sergipe, ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia e seus funcionários, agradeço pelo compromisso com a ciência, respeito e apoio aos estudantes e a CAPES pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu dedicação exclusiva para a pesquisa.

E por fim, a todos que fazem parte de minha vida, aos que participaram de minha trajetória acadêmica, aos que acreditaram em meu potencial, me apoiaram e torceram por mais uma conquista, muito obrigada por tudo!

EPÍGRAFE

Quando o capital se apropria da terra, esta se
transforma em terra de negócio, em terra de
exploração do trabalho alheio; quando o
trabalhador se apossa da terra, ela se transforma
em terra de trabalho.

(José de Souza Martins, 1980)

RESUMO

A dissertação de mestrado que ora apresentamos analisa os rebatimentos da produção do milho para o campo e para a cidade no município de Pinhão no estado de Sergipe, que apesar da sua pequena extensão territorial e população com pouco mais de 6.000 habitantes, vem gradualmente apresentando aumento da produção desse cereal, que se transformou em carro-chefe da produção agrícola municipal e do seu entorno. Considera-se que o Brasil atualmente é um grande produtor de milho, que cresceu consideravelmente nos últimos dez anos e as estimativas para o futuro preveem ampliação tanto em área plantada como na produtividade. Nos últimos anos foi possível observar no espaço agrário sergipano um crescimento acelerado desse cultivo, que até então, era realizado em vários municípios consorciado com outras culturas, mas com pouco destaque. O cereal era utilizado para abastecer essencialmente os rebanhos e uma parte para indústrias de rações e alimentícias. Na atualidade, se observa que a produção de milho realizada em grande escala, nos moldes do agronegócio, em grandes propriedades com o uso de vastas extensões territoriais para atender a cadeia produtiva do milho que abastece uma rede de empreendimentos interligados que têm o milho como matéria prima base. A mão-de-obra empregada no cultivo do cereal vem sendo drasticamente reduzida, pois, com o uso intensivo da mecanização e da alta tecnologia, os trabalhadores foram substituídos por máquinas, que realizam o trabalho de diversos homens com mais agilidade, o que demonstra o caráter excludente dessa produção, visto que, além de muitos camponeses ao não conseguirem concorrer com essa alta produção, suprimidos pela expansão do agronegócio do milho e desprovidos de meios de produção para sobreviver da terra, restando-lhes apenas sua força de trabalho para ser vendida, foram "forçados" a deixar suas pequenas propriedades em busca de novas formas de sobrevivência e reprodução, os poucos trabalhadores que ainda trabalham nessa produção são extremamente explorados e expostos a diversos riscos, por remunerações baixíssimas e que se submetem a tal situação pela falta de alternativas. O município de Pinhão hoje tem em seu entorno um verdadeiro "mar verde", a produção de milho toma conta de quase todos os espaços agricultáveis do município, pequenas produções de feijão e outros gêneros agrícolas são quase raridade, pois, além da substituição da produção dos mesmos pelo milho, é difícil sobreviver ao uso intensivo de herbicidas e inseticidas aplicados via aérea no milharal que prejudica e até extermina as pequenas produções ao redor. A sede municipal de Pinhão, ao longo de dez anos, período onde houve o boom da produção de milho em todo o estado, vem apresentando mudanças em sua dinâmica e configuração, que podem ser reflexos da espacialização do milho, mudanças como: a instalação de uma agência bancária, de empresa de empréstimos financeiros, loja de comercialização de insumos, fertilizantes e equipamentos agrícolas e crescimento do comércio local, são mudanças que podem ser relacionadas ao "crescimento e desenvolvimento" que a produção de milho tem provocado nas cidades em que se territorializa. Porém, é importante ressaltar que esse desenvolvimento vem mascarado por benefícios, mas arraigado de apropriação do espaço, monopolização da produção, exploração de trabalhadores, expropriação de camponeses, alienação da população e degradação do meio ambiente, que são importantes aspectos camuflados pela visão da deslumbrante plantação de milho, que enche os olhos de quem passa observando e esvazia o prato de quem a plantava com as próprias mãos.

Palavras-chave: Produção do espaço, agronegócio do milho, rebatimentos socioambientais.

ABSTRACT

The paper now presented analyzes the repercussions of maize production to the countryside and town in the municipality of Pinhão in the state of Sergipe, that despite its small land mass and population of just over 6,000 inhabitants, is gradually showing increased production this cereal, which became the flagship of municipal agricultural production and its surroundings. It is considered that Brazil is now a big producer of corn, which has grown considerably in the last ten years and estimates to predict the future expansion both in area planted as productivity. In recent years we observed in Sergipe agrarian space accelerated growth of this crop, which until then was conducted in several municipalities intercropped with other crops, but with little attention. The cereal was used to supply essentially the herds and a part for the feed and food industries. At present, it is observed that the production of corn held on a grand scale, in the mold of agribusiness, in large properties with the use of large territorial extensions to meet corn chain that supplies a network of interconnected businesses that have corn as raw base material. The hand labor employed in the cultivation of cereal has been drastically reduced, because with the intensive use of mechanization and high tech workers were replaced by machines, which perform the work of several men with more agility, which demonstrates the exclusive nature of this production, since, besides many farmers unable to compete with such high production, suppressed by the expansion of agribusiness corn and devoid of means of production to survive the land, leaving them with only their labor power to be sold were "forced" to leave their small farms in search of new ways of survival and reproduction, the few workers who still work in this production are extremely exploited and exposed to various risks, for very low wages and who undergo such a situation by the lack alternatives. The municipality of Pinion today has around it a true "green sea", the production of corn takes care of almost all arable spaces of the city, small productions of beans and other farm products are almost rarity, since besides the replacement of production the same for corn, it is difficult to survive the intensive use of herbicides and insecticides applied by air in the cornfield that damages and even exterminate small productions around. The municipal seat of Pinion, over ten years, during which there was a boom in corn production throughout the state, has shown changes in its dynamics and configuration, which may reflect the spatial distribution of corn, changes such as the installation of a bank of finance company loans, marketing inputs, fertilizers and agricultural equipment and growth of local commerce store, are changes that can be related to the "growth and development" that corn production has resulted in cities that expand the territory. However, it is important to emphasize that this development is masked by benefits, but rooted for appropriating space, monopolization of production, worker exploitation, expropriation of peasants, alienation of the population and environmental degradation, which are important aspects camouflaged by the sight of the stunning planting corn, which fills the eyes of passers-by watching and empties the dish on who planted with his own hands.

Keywords: Production Space, agribusiness corn, social environmental repercussions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Rodovia de acesso a Pinhão margeada pela lavoura de milho	99
Figura 02: Portal na entrada do município de Pinhão	100
Figura 03: Fazenda visitada em pesquisa de campo.....	101
Figura 04: Sede da fazenda visitada em pesquisa de campo.....	102
Figura 05: Placas indicativas do tipo de semente	103
Figura 06: Máquina distribuidora de calcário	103
Figura 07: Máquina semeadora tracionada por trator	104
Figura 08: Trator para colheita.....	105
Figura 09: Colheitadeira	105
Figura 10: Máquina colheitadeira com graneleiro acoplado.....	106
Figura 11: Erosão do solo pela atividade agrícola O.....	108
Figura 12: Desertificação do solo.....	108
Figura 13: Pulverização aérea na lavoura de milho	109
Figura 14: Pulverização aérea na lavoura de milho	109
Figura 15: Aplicação de agrotóxicos sem os equipamentos de proteção.....	112
Figura 16: Descarte inadequado de embalagens de agrotóxicos.....	112
Figura 17: Reaproveitamento inadequado de embalagem de agrotóxico.....	113
Figura 18: Uso de embalagem vazia de agrotóxico para armazenamento de água.....	113
Figura 19: Trabalhador operando máquina sem equipamentos de proteção individual	114
Figura 20: Agência de empréstimos financeiros	116
Figura 21: Empresa de consultoria agrícola e comercialização de insumos e equipamentos.	117
Figura 22: Logomarca da maior empresa Império agrícola	117
Figura 23: Maquinário comercializado na empresa Império agrícola.....	118
Figura 24: Máquina comercializada na empresa Império agrícola	118
Figura 25: Acessório para trator comercializado na empresa Império agrícola.....	119
Figura 26: Máquina enchendo silo bag com milho	120
Figura 27: Armazenamento de milho em silos bag.....	120
Figura 28: Carreta que transporta milho.....	121
Figura 29: Balança pra pesagem de caminhões.....	122
Figura 30: Balança.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico01 – Comportamento do Emprego Rural – 2002 a 2005.	61
Gráfico 02:Produção sergipana de milho (toneladas).	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Composição das Classes de Renda	81
Tabela 02 – Produção brasileira de milho	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Média anual da precipitação pluviométrica, estado de Sergipe, 2014	91
Prancha 01 – Produção de milho 2000- 2010, estado de Sergipe, 2014	94
Mapa 02 - Localização do estudo em análise, estado de Sergipe, microrregião de Carira e município de Pinhão, 2014.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I: POLÍTICA PÚBLICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: PRODUZIR PARA COMPETIR OU EXCLUIR?.....	24
1.1 Política pública: a que serve?	24
1.2 O espaço: uma produção social	34
1.3 A produção capitalista do espaço e o campo.....	37
CAPÍTULO II: APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E PRODUÇÃO DE RIQUEZAS: O CAMPO BRASILEIRO E A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO	46
2.1 - Do latifúndio ao agronegócio: o espaço transformado em território	50
2.2 - A expansão do agronegócio no Brasil.....	64
CAPÍTULO III: O ESTADO DE SERGIPE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PARA O CAMPO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO	70
3.1 - As políticas para o campo no estado de Sergipe: um olhar para a história.....	71
3.2- O avanço da agricultura no mundo e no Brasil.....	78
3.3- A expansão da cultura do milho: fenômeno recente e seus rebatimentos.....	89
3.4- Dos rebatimentos socioambientais da produção do milho.....	97
3.5- Pinhão: a terra do milho	99
CONSIDERAÇÕES:.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
APÊNDICE	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a expansão da produção do milho no estado de Sergipe, a partir das contradições dessa ampliação no município de Pinhão. Para compreender os processos impulsionadores desse crescimento e os rebatimentos do referido cultivo no espaço agrário, assim como a situação do camponês nesse contexto, analisa-se as mudanças ocorridas no campo e na cidade desvendando as interligações com a expansão capitalista no campo.

O Brasil atualmente é o 3º maior produtor de milho do mundo, a produção do cereal cresceu consideravelmente nos últimos dez anos, as estimativas para o futuro, preveem ampliação para a produção, tanto em área plantada quanto na produtividade.

O crescimento da indústria alimentícia e da pecuária e o uso do milho para a produção do etanol são alguns dos possíveis fatores contribuintes para a expansão da produção referida, além do apoio da mecanização e do avanço da tecnologia na agricultura, que têm contribuído para o melhoramento e expansão da produção, garantindo o fortalecimento da cultura e a inserção do agronegócio nesse cenário.

O milho é um conhecido cereal, cultivado em grande parte do mundo, todas as evidências científicas levam a crer que seja uma planta de origem mexicana, já que a sua domesticação começou 7.500 a 12.000 anos atrás na área central da Mesoamérica. É um dos alimentos mais nutritivos que existem, é muito utilizado na alimentação humana (cerca de 15% da produção nacional) e o restante vai para a alimentação de animais devido às suas boas qualidades nutricionais, contém um alto teor de carboidratos, além de ser energético (cada 100 gramas de milho possui cerca de 100 calorias). Possui vitaminas E, A e B1, além de sais minerais (fósforo, cálcio e potássio), além das indústrias alimentícias e de ração para animais, o milho vem sendo utilizado também para a produção do biocombustível, liderada pelos Estados Unidos.

É um dos mais importantes produtos do setor agrícola no Brasil, tanto pela importância na produção anual com safra de fevereiro a maio, safrinha em junho e julho e entressafra de setembro a dezembro, como também no relacionamento que essa cultura tem na produção agropecuária brasileira, pela sua versatilidade de uso, seja na pecuária ou no importante papel na alimentação humana, mesmo assim, até a década de 2000 o milho vinha tendo no Brasil um papel de coadjuvante de outras culturas.

Segundo Lacerda (2011) um dos fenômenos recentes mais significativos na evolução da economia agrícola sergipana foi a forte expansão da cultura do milho. Em 2007, o valor da produção do milho superou o da cana-de-açúcar, e, no ano seguinte, ultrapassou o da, até então, principal cultura agrícola de Sergipe, a produção de laranja. Diferentemente da tradicional cana-de-açúcar, enraizada nas terras mais úmidas do Leste Sergipano, e da laranja, cultivada nas áreas valorizadas da chamada região Centro-Sul, o cultivo do milho se desenvolve tipicamente nas áreas do semiárido sergipano, tendo o município de Carira como epicentro.

De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal de 2010, realizada e publicada pelo IBGE, foi possível confirmar a trajetória ascendente da cultura do milho em Sergipe. Em 2010, pela primeira vez, a produção do milho no Estado alcançou um milhão de toneladas, quando no ano de 2000 não atingia 100 mil toneladas.

Esse cenário de expansão da produção do milho no estado de Sergipe, sobretudo em municípios localizados no semiárido, demonstra que o aquecimento da pecuária e da criação de aves, que tem como base para a alimentação dos animais, o milho, configuram-se como principais fatores contribuintes para a ampliação da produção do grão.

As condições naturais favoráveis para o plantio do milho no estado, o baixo valor das terras e a mão- de- obra barata, são fatores que contribuíram para a inserção de Sergipe na cadeia produtiva do cereal, que além da alimentação para animais, como já fora mencionado, é elemento base para a produção de outros produtos que compõem a alimentação dos brasileiros, tendo papel fundamental na indústria alimentícia, que está sempre em ritmo acelerado, por fabricar produtos de primeira necessidade e, portanto, indispensáveis.

Além dessas finalidades, o milho vem sendo utilizado também para a produção de biocombustível, o que amplia ainda mais o leque de utilidades desse produto, justificando em parte a expansão de sua produção e os bônus e ônus trazidos consigo.

Esse quadro revela que mesmo diante da aparente prosperidade que o cultivo vem “proporcionando” nos municípios, sobretudo os menores do interior de Sergipe, esses “benefícios” chegam arraigados de “desenvolvimento mascarado” de expropriação, apropriação, exploração, entre outros efeitos negativos.

Os mesmos, quando somados as mazelas sociais já existentes e persistentes na maioria desses municípios, causam efeitos danosos à parcela mais pobre da população e ao camponês, que ao não conseguir competir com a concorrência do mercado, com a alta produtividade,

mecanização e uso de tecnologia, empregados de forma cada vez mais intensa em áreas onde a produção do milho vem alcançando destaque pela configuração do agronegócio, é ainda mais devastadora.

Desse modo, é indispensável abrir uma discussão acerca da agricultura no mundo, o avanço tecnológico no campo, o crescimento da população e o aumento do seu poder de consumo, a necessidade da ampliação de produções para atender o mercado interno e as exportações, o crescimento das indústrias alimentícias, o avanço do agronegócio no Brasil e no mundo e suas características, nos capítulos que seguem, para melhor entender que o fomento a ampliação da produção de milho, incentivada principalmente pelo Estado e suas políticas públicas para o campo, fortalecem e beneficiam os grandes proprietários de terra e detentores de capital e que o camponês, nesse contexto ao não conseguir driblar diversas dificuldades, acaba refém desse sistema produtivo.

A expansão do milho chama atenção no interior do estado de Sergipe. Em Pinhão, que apesar de ser um município relativamente pequeno e com população com pouco mais de 6.000 habitantes vem gradualmente apresentando aumento da produção desse cultivo, que se transformou em carro-chefe da produção agrícola municipal e do seu entorno.

Refletindo sobre essas transformações na produção do espaço agrário sergipano, alguns questionamentos foram levantados, tais como: Quem está produzindo milho em Pinhão? Para que produzir? De quais formas o cultivo vem sendo desenvolvido?

São questionamentos de suma importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois, a partir delas foi possível desvendar aspectos essenciais para a compreensão dos fatores fomentadores da ampliação da produção do milho na área de estudo, analisando como e porque o agronegócio vem de certa forma, "controlando a produção" desse cereal, detalhando como o Estado cria subterfúgios e mecanismos para legitimar e apoiar essa tendência e debater a situação do camponês nesse contexto.

Para conseguir analisar os processos e debater tais questionamentos, alguns objetivos foram traçados, com o intuito de estruturar e direcionar o estudo em construção.

O objetivo principal da pesquisa é analisar a produção do espaço a partir da expansão da produção do milho e os seus rebatimentos no município de Pinhão-SE.

E os objetivos específicos são:

- i. Analisar a produção do espaço a partir do crescimento da produção do milho;
- ii. Investigar os fatores que impulsionam a expansão dessa cultura no município;
- iii. Avaliar os rebatimentos do cultivo do milho e os efeitos socioambientais para o camponês e a realidade municipal;
- iv. Compreender o papel do Estado nesse contexto, para traçar paralelos entre sua atuação e o avanço capitalista no campo;
- v. Analisar se o crescimento dessa produção interfere na dinâmica da cidade e nas relações sociais.

Com o intuito de analisar as contradições presentes no espaço agrário do município de Pinhão, a partir da produção de milho, a pesquisa foi desenvolvida buscando desvendar os fatos para além da aparência rumo a sua essência no decorrer do tempo histórico.

Para tanto, utilizamos a perspectiva crítica que caminha pela dialética, na busca de apresentar as contradições, o que acreditamos ser importante na compreensão da realidade, por meio de pesquisas de campo, aplicação de questionários e entrevistas para estruturar as análises desse estudo, elegendo como categorias geográficas principais para analisar as propostas dessa pesquisa o espaço e o território.

A metodologia aplicada envolveu a pesquisa de material bibliográfico, levantamento de dados estatísticos, bem como consulta a sites de instituições ligadas a pesquisa agrária para melhor embasamento teórico e metodológico acerca da temática estudada.

Com base no referido procedimento metodológico, foram realizadas 60 entrevistas, envolvendo 13 camponeses, 15 moradores do município de Pinhão, 3 proprietários de fazendas, 12 empregados das lojas na sede do município, 6 donos de lojas, 4 motoristas/operadores de máquinas e 7 trabalhadores rurais. Os dados coletados na pesquisa não se configuraram como uma estrutura independente, mas serão componentes de análise da relação homem-natureza.

Os procedimentos de análise percorreram desde a descrição dos dados obtidos em documentos e pesquisas de campo, a elaboração do texto, resultados das leituras teóricas que permitiram caminhar na pesquisa da aparência em direção à essência do objeto de estudo.

A consulta a obras de autores sergipanos, nacionais e internacionais, da geografia e de demais ciências foram primordiais para a construção do conhecimento aplicado a elaboração desse estudo. Ao longo do texto, são citadas de forma direta e indireta várias ideias desses

pensadores, que possibilitaram a estruturação teórica dos argumentos e análises desenvolvidas ao longo da dissertação.

Desta forma, foi de fundamental importância não somente leituras bibliográficas como também visitas à área de estudo a fim de confrontar e observar na prática como se configura a realidade.

1- POLÍTICA PÚBLICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: PRODUZIR PARA COMPETIR OU EXCLUIR?

1.1 - Política pública: a que serve?

Entender a produção do espaço no capitalismo, pressupõe percorrer as relações que regem essa produção e, nesse caminho, entender as motivações, os agentes, os sujeitos dessa produção.

A forma como os sujeitos, imbuídos de objetivos, se relacionam com a natureza para produzir espaço, elucida a maioria dos fenômenos. A interpretação de como os lugares são transformados em função da materialização dos interesses no uso do espaço impulsiona a geografia. Por sua vez, a leitura de como o Estado que é agente da produção do espaço, atua através das políticas públicas nos cobra o descortinamento do papel dessas políticas. Por que são concebidas, o que pretendem realizar. Dessa forma, iniciamos apresentando reflexões acerca de políticas públicas.

Segundo Celina Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Para a autora, as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

A política pública surge nos EUA inicialmente como disciplina acadêmica, sendo trabalhada nas universidades enfatizando os estudos sobre a ação dos governos sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado. Já na Europa, a política pública surgiu com bases inversas as do EUA, se baseado em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo, pois, os mesmos são os maiores produtores de políticas públicas. (SOUZA, 2006, p. 22).

O trecho a seguir, apresenta várias definições de políticas públicas a partir dos conceitos de formulados por autores como:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que

influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (idem, p. 24).

Souza (2006) apresenta em seu texto a máxima, "a política pública faz a política", formulada por Lowi (1964; 1972) com o intuito de ressaltar que os vários tipos de políticas públicas, ao serem criadas, preveem encontrar caminhos, mecanismos e públicos diferenciados, de acordo com seus conteúdos e com os objetivos que pretendem alcançar. A aceitação ou rejeição das mesmas passa por diferentes etapas, contextos e realidades, bem como, suas concretizações, dependem essencialmente da forma como são apresentadas aos sujeitos que as mesmas vão atender. Traçando um paralelo entre políticas públicas e a política, é possível perceber que ambas caminham lado a lado e que uma depende e faz a outra, mesmo com conceitos distintos, convergem no final das contas para os mesmos fins, ou seja, conquistar a aceitação da sociedade para se especializarem e dessa forma manter relações de controle e poder.

A autora ressalta também que para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos, sendo eles:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (LOWI, 1964; 1972, apud SOUZA, 2006, p. 28).

Conforme Silva (2010, p. 3) no Brasil, as políticas públicas têm se mostrado historicamente voltadas para atender a interesses de grupos dominantes. Desde o período colonial se evidenciou por manter privilégios de grandes produtores, ainda hoje, a forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo, muito menos

os dos pequenos produtores rurais. Nesta direção, a concepção marxista afirma que a história da humanidade seria constituída por uma permanente luta de classes numa dialética de forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos.

A política pública é um mecanismo de controle camuflado em forma de benefício e direcionado para determinado setor, que pode ser o econômico, social ou produtivo, levantando como bandeira o discurso do aquecimento, fortalecimento, estruturação, ou seja, apoio para determinada área, por meio de programas e ações específicas que visam o desenvolvimento da atividade em foco e dos atores nela envolvidos.

Porém, analisando com maior criticidade a quem de fato essas políticas têm beneficiado, é possível perceber que na maior parte dos casos o Estado, fomentador dessas políticas, ao criar as mesmas e os planos e programas (que são elaborados a partir de cada política, como forma de desenvolver as ações e atingir as metas traçadas), age como articulador e mediador, ao passo que as ações imbricadas nesse contexto, tendem ao final das contas, a beneficiar principalmente o capital, tais ações, mascaradas com a “falsa ideia” de auxílio aos mais necessitados, na verdade engessam cada vez mais o pequeno produtor, o pequeno/micro empresário, os grupos vulneráveis, os sindicatos, associações, ou seja, de forma geral o público alvo dessas políticas.

Para Amélia Cohn,

...ao se discutir as políticas sociais na atual conjuntura brasileira, a questão da lógica do seu financiamento e da prestação de benefícios e serviços, e, neste caso, da sua produção, ocupa lugar central no debate atual, e que se desdobra em termos da compatibilidade entre os objetivos propostos por cada política setorial — e dos respectivos programas aí presentes — da área social; da disponibilidade, origem e constância dos recursos disponíveis e previstos para sua efetivação; e da sua eficiência quanto a atingir os objetivos e o público-alvo previamente definidos. E se não é novidade que as políticas e programas sociais no Brasil não preenchem esses quesitos, entender sua lógica e buscar elementos que permitam imprimir-lhes outra racionalidade torna-se tarefa das mais urgentes para a construção de uma sociedade mais igualitária, vale dizer, mais democrática. (COHN, 1995, p. 2).

A intervenção do Estado em países subdesenvolvidos foi significativa nesse mesmo período e teve como maior intuito atender as demandas do capital privado em vez de atender a população com serviços básicos. Essa situação vem se perpetuando até os dias atuais, onde

o Estado é mediador de ajustes que beneficiam cada vez mais o capital em detrimento das necessidades da população, conforme trecho abaixo:

No Brasil, nos anos 1950, o Estado passou a investir diretamente em infraestrutura e em setores produtivos pouco atrativos às empresas privadas, com o intuito de atrair capitais estrangeiros, e foram criadas as facilidades para o ingresso de empresas multinacionais no país.(HESPANHOL, 2008 p. 376).

Segundo o autor acima citado, o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 foi marcado pela grande expansão da economia mundial e expressiva atuação do Estado na coordenação, regulação e estímulo às atividades produtivas. Neste período a ação do Estado se deu por meio do planejamento centralizado, com preocupações essencialmente econômicas e sem a participação da população envolvida.

O primeiro choque do petróleo em 1973 gerou uma desaceleração da economia mundial, o que contribuiu para que o neoliberalismo econômico se tornasse hegemônico e os organismos internacionais, representados principalmente pelo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) passassem a comandar por meio de imposições, as ações para controlar os índices de inflação, sob o discurso de estabilizar as economias e superar as várias crises enfrentadas por países subdesenvolvidos. Essas medidas foram interferências diretas na economia e política desses países, sobretudo na década de 1980, no caso do Brasil, o FMI fez intervenções para frear o consumo e reduzir a inflação. Conforme Hespanhol,

No final dos anos 1980 e, principalmente, no decorrer da década de 1990, o FMI e o Banco Mundial passaram a forçar vários países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, a abrirem os seus mercados, a controlarem os gastos públicos, a privatizarem empresas estatais e a concederem a exploração de serviços públicos básicos à iniciativa privada, por meio da implementação de um receituário neoliberal que ficou conhecido como “Consenso de Washington”. (HESPANHOL, 2008, p. 377).

O discurso bem elaborado do desenvolvimento territorial criado para outras realidades passou então a fazer parte da composição das políticas públicas. As instituições nos diferentes setores, encarregadas da execução dessas políticas continuam atuando como no passado, ou seja, de maneira setorial, seguindo uma lógica produtivista e com reduzido ou quase inexistente envolvimento dos atores sociais.

É de suma importância destacar como o discurso da abordagem territorial incorporado as políticas públicas em vários países foi disseminado, conforme análise abaixo:

Na União Européia a abordagem territorial é expressiva e resultou em ações relevantes voltadas ao desenvolvimento local. Na América Latina a abordagem territorial não passou de um discurso sofisticado e muitas vezes mal interpretado pelas autoridades e agentes locais. Apesar da sua importância, a abordagem territorial não é protagonista e sim coadjuvante, pois tal perspectiva foi apenas parcialmente adotada e se restringe aos projetos voltados a dinamização de espaços rurais economicamente deprimidos de países desenvolvidos. Na América Latina, a abordagem territorial foi incorporada a partir do estímulo e da imposição de organismos internacionais, passando a ser adotada por técnicos e autoridades. No entanto, as condições básicas para a implementação de estratégias ascendentes e participativas de desenvolvimento não existem de fato. (HESPANHOL, 2008. p. 381).

De acordo com Marleide Maria Santos Sergio (2012, p. 2), a elaboração de políticas públicas com vistas a sanar as graves necessidades e carências sociais e econômicas no meio rural brasileiro não é recente. As tentativas e promessas de desenvolvimento mostraram-se, ao longo de várias décadas, ao menos para a maioria das populações, ineficientes, tendo em vista a persistência das desigualdades e da exclusão de milhares de seres humanos aos direitos mais elementares, incluindo a alimentação suficiente e adequada.

Segundo Gómez (2007, p. 41), apesar dessa realidade que se aplica não só ao Brasil, o desenvolvimento “continua sendo discutido, planejado, financiado e tem um lugar destacado na agenda internacional”.

O entendimento analítico de que a promoção de situações socialmente ótimas do ponto de vista do pleno emprego dos fatores produtivos (a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) requerem a presença do Estado como ator essencial. Isto é especialmente verdadeiro em economias em desenvolvimento, tais como a brasileira, em que emergem problemas como altos níveis de desemprego e de precarização do trabalho, heterogeneidade estrutural, degradação ambiental, inflação e vulnerabilidade externa. Tais questões convertem-se em interesse e objetivo coletivos, apenas possíveis de ser enfrentados pelo manejo de políticas públicas que articulem virtuosamente os diversos atores sociais em torno de projeto comum de desenvolvimento. Nesta perspectiva, uma nação necessita de autonomia para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, decidindo soberanamente acerca de suas políticas internas e, também, das que

envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve-se buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; e, assim, ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada para configurar sua história individual. (IPEA, 2009, p. XX)

Para Alexandrina Luz Conceição (2011), nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem lhe oferece resistência.

Conforme trecho abaixo:

Contraditoriamente, é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital – Trabalho - Estado. Sob esta lógica anuncia políticas de gestão que devem ser regidas no âmbito local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Neste viés, o processo de “realização do capital” via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo, consumo e destruição são equivalentes funcionais (CONCEIÇÃO, 2011, p. 4).

Conceição, apud Pereira (2005) entre 1990 e 2004 o Banco Mundial e o FMI assumem uma política de controle para o campo na América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil, implementando políticas, em acordos com o Estado-nação, a fim de garantir a liberalização das economias nacionais que aprofundam a mercantilização da vida social e de outro lado, a contrarreforma do Estado, substituindo o seu papel redistributivo por políticas focalizadas de “alívio” da pobreza, que não alteram as bases da reprodução da desigualdade e da exploração.

Conforme Pereira (2005), o BM e o FMI retornam o olhar para o campo visando:

- a) liberalizar os mercados fundiários, eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras, como parte dos programas de ajuste estrutural;
- b) dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do capital;
- c) criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural;
- d) hegemonizar a mercantilização de modo a consolidar o capitalismo financeiro, permitindo, via mercado, a saída de produtores “ineficientes” e a entrada de produtores “eficientes”, sob a ótica do capital agroindustrial. O objetivo é de aumentar o grau de

mercantilização da terra, via titulação privada. Implica na concessão de títulos de propriedade a posseiros, com o objetivo prioritário de diminuir a informalidade no mercado de terras.

De acordo com Conceição,

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 3).

Segundo a mesma autora (2011), nos últimos anos o Governo local em consonância com o Governo Federal tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio com a consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capital, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural.

Há todo um discurso bem elaborado e propagandeado a cerca da importância da agricultura familiar, da necessidade de seu fortalecimento e desenvolvimento, como garantia da produção de alimentos, visto que, é a agricultura familiar que garante grande parte da produção de gêneros que abastecem a população, sendo assim, fomentar e proporcionar pleno desenvolvimento a esse setor agrícola é papel primordial do Estado, ou melhor, deveria ser na teoria e na prática.

Mas analisando um pouco mais a fundo as reais intenções contidas nas ideias que se fundem para a elaboração e articulação das ações que culminam na elaboração de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, podemos compreender como o Estado e seus mecanismos de alienação consegue ter o controle dos agricultores familiares, que em sua grande maioria, tornam-se reféns da lógica cruel do capitalismo.

O Estado nesse contexto age na formulação de políticas públicas que se desdobram em programas de acesso ao crédito rural, ao incentivo de produções, a garantia de assistência técnica, ações fundiárias, entre outros.

Segundo Grisa (2012) as décadas de 1960 e 1970 no Brasil ficaram marcadas pela intervenção do Estado na agricultura, com a presença de uma “política agrícola ativa” (Delgado, 2001/1995). Com o intuito de transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assumiu de forma explícita o processo de capitalização do campo em conjunto com o capital financeiro e industrial.

Conforme demonstra a autora,

Em termos de política agrícola, sua atuação concentrou-se em cinco instrumentos principais: financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) (Gonçalves Neto, 1997). Embora aplicados com fins específicos, estes cinco instrumentos estavam articulados para impulsionar a mudança tecnológica da agricultura brasileira. Inovações mecânicas (tratores, colheitadeiras etc.), físico-químicas (adubos, agrotóxicos etc.), biológicas (plantas e sementes melhoradas) e agronômicas (alterações no espaçamento das plantas, frequência de cultivos, especialização etc.) foram adotadas para aumentar a produção e a produtividade da agropecuária brasileira (Graziano da Silva, 1999) (GRISA, 2012, p. 18).

Autores como: Delgado, 2010; Anjos, 2003; Graziano da Silva, 1983, 1999, 1996 e Kageyama, 1990, apontam em suas análises a cerca da geração de divisas e do aumento da produção agrícola brasileira, que essa expansão possui caráter extremamente seletivo no conjunto de instrumentos das políticas agrícolas, segundo Grisa (2012, p. 19).

De acordo com a mesma autora, produtos, produtores e regiões foram privilegiados neste processo. Os principais produtos selecionados para serem "favorecidos" foram àqueles considerados modernos, mas na verdade, os de interesses da agroindústria, destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja.

Ao analisar a situação dos produtores, é possível perceber que foram privilegiados apenas os que faziam parte de grupos que produziam determinada cultura a certo tempo, com condições econômicas mais equilibradas e os organizados em associações, bem como, os que produziam produtos de interesse ao desenvolvimento nacional, geralmente em propriedades com grande investimento de capital, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país.

Os agricultores familiares também denominados de “pequenos agricultores” e “produtores de subsistência” sofreram consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais no seu entorno.

Nesse contexto de favorecimento ao agronegócio, desde os primórdios da produtividade agropecuária brasileira, ao analisarmos o posicionamento do Estado diante da formulação de medidas de ajuste econômico e direcionamento de ações para alavancar a agricultura e seus diversos setores, é possível perceber como o camponês, foi sempre e ainda continua sendo explorado e expropriado e como as políticas públicas para a agricultura tende a atender as necessidades dos grandes produtores, do agronegócio e do capital, em detrimento da agricultura familiar e de seus produtores.

Pesquisando sobre as ações do Estado em seu contexto de atuação por meio de seus órgãos, entidades e instituições, dentro da estrutura governamental em seus diversos ministérios setoriais, foi possível perceber o quanto a relação entre os mesmos e o capitalismo é evidente, ou melhor, como essas relações são cristalizadas de modo tão bem articulado e projetado que acaba sendo difícil distinguir as demandas de ambos, quando tentamos separar os interesses e finalidade de cada um, percebemos que essas demandas culminam para um distinto objetivo, que não inclui atender o bem estar social e promover o crescimento econômico da sociedade em sua totalidade, mas apenas para atender um parcela "desnecessitada" da mesma.

Analisando as linhas de ações e a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no que se refere aos seus principais objetivos e atribuições, torna-se evidente de que forma esse Ministério desenvolve suas atividades em favorecimento de determinado ramo agrícola no país, bem como, é possível a partir dessa análise traçar um paralelo entre esse caso específico e as demais ramificações da institucionalização do

Estado, para melhor visualizar tais manobras político econômicas no favorecimento do agronegócio no Brasil, conforme trecho abaixo:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio>, acessado dia 06 de junho de 2014).

Dessa forma, torna-se ainda mais explícito que o agronegócio nos diversos países e não diferente no Brasil tomou fôlego e teve as condições propícias para se expandir por aqui via intermédio do Estado, esse quadro de fortalecimento e desenvolvimento do mesmo, avança cada vez mais no espaço agrário brasileiro, munido de subterfúgios, subsídios e mecanismos que garantem ainda mais seu poder de persuasão sobre os órgãos de fomento e deliberação, para atenderem aos seus interesses, bem como, sobre os pequenos proprietários de terra e os trabalhadores rurais, que sem alternativas acabam se tornando reféns desse sistema desigual e combinado do capitalismo via agronegócio.

Para melhor compreender como as relações se intensificaram no setor agroindustrial e como as políticas públicas para a agricultura foram direcionadas para esse setor, é preciso levantar uma breve retomada histórica para apresentar os principais pontos desse processo.

Segundo o pensamento de Magalhães, Tomich e Silveira (1999), nesse cenário de intensificação da concorrência no setor agroindustrial, é importante ressaltar que a crise fiscal do Estado brasileiro já ocasionou, nos anos 80, uma redução significativa de recursos

públicos aplicados na agricultura. No entanto as exportações de produtos agrícolas e agroindustrializados brasileiros, mesmo com a apreciação cambial pós-estabilização, continuaram respondendo positivamente, quando comparadas às exportações industriais.

Ambos afirmam ainda que,

Aparentemente, para os *policy makers*¹ do governo, não haveria maiores preocupações com as especificidades da reestruturação produtiva na agricultura, pelo menos em relação à sua parcela empresarial. Os eventuais problemas de reestruturação das indústrias a montante e a jusante das cadeias agroindustriais poderiam ser solucionados pelos programas de incentivo à competitividade da indústria, programas estes que, diga-se de passagem, nunca tiveram uma decisão clara por parte do governo, refletindo, em parte, a não resolução, dentro do governo, do debate sobre a necessidade e a natureza de uma política industrial. (MAGALHÃES, TOMICH e SILVEIRA, 1999, p. 198).

De maneira geral, as políticas públicas dirigidas ao setor agroindustrial e, principalmente, para a agricultura continuaram, após a estabilização, condicionadas por dois vetores básicos — abertura econômica e crise fiscal —, que acentuavam a necessidade de ganhos contínuos de competitividade (MAGALHÃES apud BARROS, 1998).

Conforme afirmações do autor acima citado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram enfatizadas medidas para beneficiar a agroindústria, com três focos prioritários de atuação, sendo eles: um novo sistema de crédito agrícola e de gerenciamento de risco com menor participação pública; uma reforma tributária que desse maior incentivo à produção e à competitividade; e uma política comercial que compensasse práticas desleais de comércio e subsídios de origem, o que garantiu ao setor agroindustrial a possibilidade de manter e ampliar sua competitividade, contemplada de forma indireta pela reforma tributária e pela redução dos custos de infraestrutura de transporte.

1.2 - O espaço: uma produção social

Essa pesquisa elucidada como o milho produzido no município de Pinhão se territorializa, para tanto, é necessário compreender a produção do espaço na perspectiva da geografia. Por isso, partimos da ideia de espaço como uma produção social, conforme abordam muitos geógrafos.

¹ *Policy makers* – autores/criadores de políticas.

O espaço, essencial para a geografia, é produzido pela ação antrópica, permitindo a partir dessa interpretação entender o espaço agrário como produto de transformações ocorridas pela ação do homem no processo de sua reprodução social. Visto que, tais modificações não ocorrem na mesma temporalidade entre as sociedades, há diferenças na intensidade de desenvolvimento das forças produtivas, ocorrendo tais mudanças em decorrência das necessidades do capital.

Conforme Milton Santos (1994) a produção geográfica do espaço está vinculada ao resultado das transformações de ações advindas do trabalho realizado pelo homem. Essa realização do trabalho deve ser compreendida a partir da forma de organização da sociedade e do modo de produção vigente, ou melhor, no capitalismo, sendo uma difícil tarefa explicitar o entendimento do que é esse espaço.

Segundo Moreira (1982, p. 85) o espaço geográfico “é a materialidade do processo de trabalho organizado” é um espaço historicamente produzido, pois, quando olhamos em volta o que vemos é pura historicidade. O espaço é a sociedade. Ou seja, é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência através do processo do trabalho. E numa sociedade com sua base de trabalho atrelada às contradições de classes, como a capitalista, a base de sustentação dessa sociedade serão as lutas travadas por estas classes conflitantes. Na relação homem-meio o espaço representa a expressão histórica construída.

Para Moreira,

O processo de trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produz-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos, isto é, a manter os homens vivos. Parte dos frutos do trabalho serão imediatamente consumidos pelos homens e uma segunda parte será reintroduzida no ciclo produtivo seguinte. (Ibid, p. 86 e 87)

A revolução industrial ocasiona a saída dos meios de produção do sistema fabril para espacializarem-se por todo o sistema produtivo da sociedade, seguindo na direção de espaços que ainda encontravam-se fora do circuito mercantil capitalista.

Conforme trecho abaixo:

Neste momento, o crescimento econômico se acelera e isso agiliza o processo de expansão das relações capitalistas sobre o espaço. Para tanto, foi necessário

separar o homem de seus laços com as condições materiais de trabalho, ou seja, foi necessário expropriar o campesinato da terra retirar os meios de produção dos artesãos, forçando a concentração dos homens no “império do capital”, a cidade. (Ibid).

O capital distancia o homem da natureza, alterando a relação homem-meio, sendo assim, de um lado têm-se o homem e opostamente a ele têm-se a natureza, ou seja, trabalhador - meio de produção. O trabalhador por sua vez, afastado dos meios de produzir o trabalho (crucial para a reprodução do capitalismo) torna-se “livre” para ser explorado pelos capitalistas, que são detentores dos meios de produção. O espaço é então produzido por esse trabalho “livre”, de acordo com os interesses daqueles que detém os meios de produção, sendo por isso desigual.

Milton Santos (1985), afirma que o espaço é essencialmente social, pois os objetos geográficos (natural e artificial) nele contido dão apenas uma configuração espacial das coisas que obtém um sentido de paisagem. A sociedade é responsável por atribuir função e forma aos objetos geográficos, seja por processo econômico, institucional ou ideológico através do movimento social, apresentando novas formas e funções.

Santos (1994), enfoca também que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. O espaço meio é algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. As transformações atuais no espaço geográfico podem ser vistas como o fenômeno da globalização, constituída pela unidade do motor há um tempo, que são causas e efeitos uns dos outros e são solidários em escala mundial.

O autor coloca que o espaço que interessa à geografia é o espaço humano, ou seja, aquele que é a morada do homem, seu lugar de ação e de reprodução. O espaço reflete uma soma de representações das relações sociais passadas e aquelas que estão acontecendo neste momento. Dessa forma, o desenvolvimento espacial não ocorre de forma idêntica em todos os lugares do mundo por conta da “aceleração desigual” dos mesmos.

Para Santos (1986, p.42) é importante salientar que o Estado não é um intermediário passivo, ou seja, a (re)organização de um subespaço sob a influencia do capital depende sempre do papel que o Estado exerce.

Sendo assim,

Por outro lado, o Estado tem uma visão integrada e articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma a mais de dominação. Assim, argumenta Lacoste, é necessário construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos embates políticos. Diz explicitamente: “é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater” (SANTOS, 1986, p. 43).

É possível afirmar que enquanto o Estado assume a entrada do capital no campo brasileiro, ele configura-se como fomentador da atividade, sendo responsável pela expansão do capital no espaço rural.

De acordo com Andrade (1996), o espaço deve ser analisado sempre como um campo de forças, de luta entre objetivos e ações nos quais o componente mais dinâmico desse espaço tem em vista a se desenvolver e os menos dinâmicos deixam de influenciar. Assim, poderíamos pensar que o espaço econômico é aquele organizado pelas empresas ao firmarem a sua área de influencia para o progresso de suas atividades e projetos. Nessa visão o espaço geográfico e o espaço econômico são indissociáveis, pois o segundo para se reproduzir precisa do primeiro para fonte de exploração dos recursos naturais.

1.3 - A produção capitalista do espaço e o campo:

A necessidade do capital de impor sua dominação em todos os aspectos da vida se realiza com a separação das funções de *produção* e *controle* do processo de trabalho, que imposta pela divisão social hierárquica do trabalho, afasta e ao mesmo tempo constrói classes de indivíduos diferenciados entre si e com interesses antagônicos (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

A criação do Estado e a modernização de seus aparatos administrativos acompanhou o desenvolvimento do sistema capitalista, para que assim, pudesse criar as condições para o seu pleno desenvolvimento.

Para Marx (1967, vol. 1), a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista, o que evidencia que a acumulação é anterior ao capitalismo e que a acumulação exige mais espaço, aqui absorvido como recurso.

Ao refletir e propor a teoria da acumulação, o autor ressalta que o estado estacionário da reprodução simples é logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção, visto que, o sistema capitalista é muito dinâmico e inevitavelmente expansível.

Segundo Marx, o processo de acumulação produz graves tensões, que são tendências inerentes ao capitalismo. O progresso da acumulação depende de condições essenciais, tais como:

- Exército excedente de mão-de-obra pronto para alimentar a expansão da produção;
- Meios de produção (máquinas, matérias-primas e infraestrutura) que possibilitam a expansão da produção;
- Mercado para absorver as mercadorias produzidas.

Essas três condições são necessárias para o processo de acumulação, a negação das mesmas gera crises, conforme afirma Harvey:

Em cada um desses aspectos, o progresso de acumulação talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente antecipará uma crise de determinada natureza. Como, nas economias capitalistas desenvolvidas, a oferta da força de trabalho, a oferta dos meios de produção e da infraestrutura, e a estrutura da demanda são todas "produzidas" no modo capitalista de produção, Marx conclui que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação. (HARVEY, 2005, p. 45)

Essas crises periódicas têm o intuito de expandir a capacidade produtiva e de renovação das condições de acumulação, cada crise é uma mudança no processo de acumulação, o que gera a mudança de um nível para outro superior, ocasionando novas características.

O capital então vai se espacializando com o propósito de criar áreas de acumulação, essas por sua vez servem para regular o consumo, as novas demandas de produção, impulsionadas pelo consumo cada vez mais estimulado, contribuem para novas configurações do espaço, dos meios de produção e das relações e condições de trabalho.

Dessa forma, o espaço vai sendo produzido pelo capital e o propósito é garantir condições de reprodução do seu sistema sociometabólico.

Para que o capitalismo se desenvolva e se reproduza em suas diversas fases, é necessário o trabalho, bem como, o desenvolvimento desigual e combinado que pelo seu próprio metabolismo é necessário, pois, através desse sistema de desigualdades articuladas o capitalismo consegue se manter e se fortalecer cada vez mais. Sendo assim, o processo de

trabalho, ou melhor, da exploração da mão-de-obra e do trabalho é vital para o capitalismo, pois, quanto mais trabalho extraído nos processos produtivos, mais mercadorias e serviços são produzidos e conseqüentemente mais lucro e mais-valia são também obtidos.

O avanço capitalista é também responsável pela produção do espaço, nesse processo onde o espaço torna-se o palco de atuação do avanço capitalista para produzir novos espaços, expandir fronteiras, se apropriar de mais recursos naturais para tornarem-se matérias primas, para a obtenção de mais mão-de-obra e abertura de novos mercados consumidores, todos esses aspectos são expandidos também para o campo, a agropecuária sempre esteve subordinada a indústria, desde os primórdios da industrialização, o campo sempre foi o fornecedor de matéria-prima para as indústrias, aumentando e direcionando suas produções de acordo com a demanda industrial e de mercado, sendo assim, o campo também é alvo muito cobiçado pelos investimentos do capital, pois, nesse espaço é possível controlar a terra, os meios de produção, a produção em si, o trabalho e a mão-de-obra, aspectos extremamente valiosos para esse sistema econômico, pois, além da grande rentabilidade, quem os controla detém poder.

Em todos esses processos, o trabalho é peça chave, ele é o protagonista nos processo de produção do espaço, é essencial para a reprodução humana, vital para o capitalismo e, portanto é indispensável uma análise da essência e dos aspectos do trabalho para a compreensão da expansão capitalista no campo.

Sendo assim, de acordo com Milton Santos:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (SANTOS, 1996, p.88).

Ou seja, o trabalho é à base da produção do espaço, da criação do espaço geográfico, que se materializa através dos processos produtivos e matérias-primas que com o trabalho gera novos espaços e nele múltiplas relações. Para Ruy Moreira (1982), a natureza primeira ou o espaço natural constitui, portanto, a matéria-prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico.

Para Emília Moreira,

O trabalho é, portanto, um elemento essencial do processo de trabalho. Este é entendido como a atividade humana “que transforma um objeto determinado em um produto determinado, transformação efetuada por uma

atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados” (HARNECKER, 1973:28). O processo de trabalho implica, conseqüentemente, numa relação, mediatizada pelos instrumentos de trabalho, entre o homem e a natureza e entre os homens e os próprios homens que tem como resultado a produção de um espaço específico, o espaço de vida das sociedades humanas. (MOREIRA, 2002, p. 38).

De acordo com Ruy Moreira (2009, p 32) no capitalismo o processo de trabalho define-se a partir do modo como os homens configuram entre si as forças produtivas e a relação desses homens com a natureza a partir dessa configuração. Para o autor, um parte desses homens, os trabalhadores, possuem sua própria força de trabalho, já outra parte, os burgueses, possui o conjunto das condições materiais do trabalho, conforme trecho abaixo:

Esta clivagem dos homens a partir de dentro da propriedade das forças produtivas determina um processo de trabalho entre desiguais a favor dos detentores dos meios de produção. Determinam, então, relações de produção polarizadas na contradição de suas principais classes sociais. Uma vez que as relações de produção são a base sobre a qual se ergue a sociedade, essa contradição de base atinge a relação dos homens entre si e com a natureza e torna-se uma contradição estrutural da sociedade inteira. (ibid, p 33).

A questão chave da problemática entre a relação homem-meio é a forma espacial como a mesma ocorre, essa relação no capitalismo se apresenta sob forma de contradição: capital-trabalho, o homem ao entrar em contato com a natureza a transforma em produtos para sua sobrevivência e reprodução, esse processo de transformação da natureza é o trabalho, que se materializa no processo de produção e reprodução de mercadorias, por exemplo, no sistema capitalista a reprodução ampliada de produtos e mercadorias gera a acumulação de capital, que por sua vez vai financiar novas produções e acumulações, é um ciclo (re)produtivo que tem como base o trabalho, sobretudo o não pago, a mais-valia.

Compreendido que o homem se apropria da natureza, a transforma em produto, por meio do trabalho e que tanto o homem, como a natureza, o trabalho e o produto são apropriados pelo capital e explorados extremamente pelo capitalismo para garantir sua existência, é necessário também entender como o espaço é apropriado pelo capital e como por meio deste ele é produzido e torna-se mercadoria de grande valor, visto que, é sob o espaço que ocorrem as reproduções, é nele onde os recursos naturais estão dispostos, onde os homens se relacionam, onde tudo pode ser quantificado e comercializado pelo capitalismo, assim sendo, deter o controle do espaço implica em relação de poder, hegemonia, pois, o espaço é condição de reprodução.

Conforme Ruy Moreira,

O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. É espaço como resultante/determinante dessas relações. (MOREIRA, 2009, p. 39).

O espaço então participa do movimento como determinado-determinante, produzido pelo trabalho, e para ele volta como esquema de reprodução. Quando a reprodução se dá sempre nas mesmas proporções ela é simples. Quando a reprodução se dá em proporções sucessivamente ampliadas ela é reprodução ampliada. Só há acumulação quando a reprodução é ampliada (Moreira, 2009, p. 40). Para o autor, o espaço é a sociedade pelo simples fato de que os homens produzem sua existência produzindo o espaço, é a sociedade porque é condição de existência dos homens na história.

Na sociedade capitalista, estruturada em divisão de classes, o espaço contém as relações entre essas classes, organizando-se de acordo com cada classe e a estrutura de seus modos de vida. O espaço estruturado em classes tem a definição das mesmas por seu espaço próprio de existência. Em aspectos e situações onde as diferentes estruturas de classe se cruzam, as diferenças são espacialmente visíveis.

Moreira afirma que:

O controle político do espaço geográfico, elemento-chave em todas as fases do capitalismo, para enquadrar a produção da mais-valia, garantir o controle de sua apropriação e promover sua realização no lucro assume sob o capitalismo monopolista importância crucial. Assim, vemos nascer os espaços cativos do tipo de organismos que reúnem o empresariado em nível mundial, com a função de fazer seus acertos globais. Organismos que são uma reedição para o presente daqueles que existiam no tempo das Sociedades de Geografia do passado. (MOREIRA, 2009, p. 46).

Ainda para Moreira (2009), isto não ocorre devido ao processo que gera a tendência de queda produzir junto a ela suas próprias formas de contratendência. Na verdade para o autor há sete formas de acumulação capitalista, são elas:

- 1- A concentração da produção em caráter monopolista;
- 2- A fusão dos monopólios industriais e bancários que promove o nascimento do capital financeiro;
- 3- A exportação de capitais de que é ilustrativa a expansão ferroviária em escala mundial;
- 4- A integração da produção agrícola à industrial que força para baixo a reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa) e para cima a taxa da mais-valia;
- 5- A deterioração da qualidade do produto para acelerar a velocidade das trocas;
- 6- A expansão do circuito mercantil para a periferia do capitalismo; e
- 7- A socialização via ação do Estado das despesas de inversão em capital fixo.

Nos processos de avanço capitalista no mundo, não há como dissociar a atuação do Estado como grande parceiro e fomentador desse sistema, sobretudo no que diz respeito aos processos de acumulação, onde ao analisar minuciosamente, é possível perceber a ação do Estado mediando às relações entre os sujeitos e o capital. O avanço capitalista no campo, por sua vez, não ocorreu de forma diferenciada, o Estado esteve e está cada vez mais intermediando a penetração do capital no campo, e o auxiliando muito para se embrenhar por todos os lados, de tal forma, que hoje, o campo está de forma geral subordinado à indústria, ao capital e as ações meticulosas do Estado com o capitalismo.

Ao investigar a atuação do Estado no espaço agrário a partir do resgate da sua participação nas políticas voltadas para o meio rural é possível identificar que o campo, assim como a relação camponês/terra, diante do novo contexto de organização econômica mudou profundamente.

A transformação das relações de produção na economia capitalista e atuação do Estado servem como mecanismo de regulação, resultando em consequências negativas para quem vive da terra.

A restrição ao uso da terra se configura na exclusão camponesa, para atender aos interesses do modelo capitalista. O conceito de propriedade tinha que mudar, assim como suas formas de aquisição, para isso, o capitalismo por meio de ações do Estado recriou as relações de produção e a grande massa de camponeses foi transformada em trabalhadores assalariados.

Em meados de 1850, com a criação da Lei de Terras, que instituiu juridicamente uma nova forma de propriedade da terra, concedendo aos mais abastados o monopólio da mesma,

por meio da legalização da posse da terra em cartórios oficiais, para tanto era apenas necessário pagar determinada quantia a Coroa para obter o título de posse, constituindo assim a propriedade privada da terra no país.

Nesse contexto, a camada mais pobre da população, desprovida de recursos financeiros para a obtenção da posse da terra, ou melhor, para a "compra da terra", ficaram a margem desse processo, que se constituiu de forma muito superficial uma ação democrática para a "legalização fundiária", conforme Silva (1989), "esse processo de retalhamento não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade da terra", na prática contribuiu para reforçar a monopolização da terra pela burguesia e a exclusão dos demais desse processo.

Em decorrência dessa lei, muitos camponeses, negros e indígenas, excluídos do processo de privatização da terra, que foi legalizada concedendo posse de grandes extensões de terra a poucos, após 1888 passaram a ser empregados como assalariados formalmente "livres" nas propriedades para conseguirem sobreviver, pois, desprovidos da terra e dos meios de produção, passaram a vender sua força de trabalho, restando-lhes essa como única alternativa.

A dinâmica produtiva portuguesa na colônia, além da exploração, monopolização e privatização da terra, de acordo com Prado Jr. (1957), instituiu uma estrutura socioeconômica voltada para o mercado externo e só possível de ser estabelecida, através da utilização sistemática da coação e da violência contra os povos nativos e africanos, pois só assim se poderia força-los ao processo produtivo, viabilizando o "negócio colonial".

Conforme Ariovaldo Umbelino,

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. (2001, p. 28)

Com base nos moldes da estrutura fundiária europeia, nosso território foi recortado de forma a favorecer os grandes proprietários, os monocultores da cana-de-açúcar, criadores de gado, fazendeiros do café e posteriormente os seringueiros, culturas responsáveis pelos grandes ciclos econômicos brasileiro, responsáveis pela reprodução ao longo dos anos da concentração de terras.

Para a produção da cana, eram necessárias vastas extensões de terra, onde os engenhos para beneficiamento da mesma foram construídos, iniciando assim, a formação dos latifúndios brasileiros.

De acordo com João Pedro Stédile foi nesse contexto que D. Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras do Brasil, pela qual definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra em nosso país, já que, até aquela data, o direito a propriedade era reservado à Coroa. Os usuários detinham apenas concessão de uso e não a propriedade legal. A lei de 1850 determinava que fosse considerado proprietário quem legalizasse suas terras em cartórios oficiais, pagando certa quantia em dinheiro para a Coroa.

A principal consequência da aplicação dessa lei foi manter pobres e negros na condição de sem-terras, em paralelo a legalização das propriedades privadas com grandes extensões de terra, dando origem ao latifúndio. Assim, se criava uma base legal para fomentar e estimular apenas a grande propriedade fundiária.

Todos os antigos concessionários da Coroa, com a vigência da Lei de Terras, corriam aos cartórios ou às casas paroquiais que mantinham registros, pagavam certa quantia pela terra e legalizavam suas posses. Assim, imensas áreas, antes de propriedade comunal-indígena, depois apropriada pela Coroa, agora eram finalmente privatizadas nas mãos de grandes senhores, que se transformaram de amigos da Coroa em senhores das terras, em latifundiários. (STEDILE, 2000,)

Neste momento, conformam-se os princípios do mercado que passa a regular as relações econômicas, assim, os atores envolvidos nesse processo tornam-se dependentes das condições do mercado que são ditados pelo Estado. Ou seja, para a introdução do capitalismo no espaço agrário o Estado teve papel fundamental, com a formulação de leis e a criação de normas.

É nesse momento que ocorre o aprofundamento da separação entre trabalhador e meio de produção. No campo brasileiro, muitas expropriações foram levadas a cabo. A assertiva de Mézáros corrobora para compreendermos esse quadro. Assim,

No que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais do trabalho. Isso se deve à capacidade do Estado de sancionar e

proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

É como afirma Mézáros, o que dá forma ao Estado moderno são as práticas políticas totalizadoras (2002. p. 106), assim, os resultados de sua atuação nos setores produtivos fazem parte das imposições do sistema capitalista no intuito de controlar as ações, ditar as regras, direcionar os investimentos com o objetivo de reproduzir suas relações de dominação.

Conforme Renata Sibéria de Oliveira (2011) é importante não perder de vista que é o Estado o propulsor dessas medidas uma vez que se apresenta como regulador de todos os processos de acumulação. Ao analisar seu papel no território brasileiro, nota-se que ele não só enxergou no campo possibilidades para reprodução do capital, e alternativas de manutenção da classe dominante no poder, como durante séculos suas ações tem se concentrado na busca de mecanismos para a inserção do país no capitalismo mundial, tendo como estratégia a modernização das suas bases de reprodução.

Assim, em virtude da ação planejadora, foram executados planos de governo para o campo, que se constituiu na forma de centralizar as decisões e determinar o ritmo e a direção da expansão do capital no espaço agrário do Brasil.

Analisar a produção do espaço a partir do avanço capitalista, não é tarefa fácil, é necessário compreender como as várias relações econômicas, políticas e sociais se desenvolvem no mesmo e quais suas interligações. São vários os processos que ocorrem nesse contexto, ao observar com olhar mais atento, é possível perceber que o homem está sempre em busca de espaço, para a conquista, permanência ou expansão.

O espaço é sempre alvo de disputas, pois, sua conquista representa o controle de determinada porção, onde por meio de relações de poder em suas mais variadas esferas (poder político, econômico, ideológico, entre outros) ele passa a ser território, restrito a determinado grupo ou indivíduo. Esse debate sobre o território nos ajudará a compreender a expansão da produção do milho no espaço agrário brasileiro e sergipano é o que propomos para o capítulo subsequente.

2- APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E PRODUÇÃO DE RIQUEZAS: O CAMPO BRASILEIRO E A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

O território é uma categoria fundamental para a geografia, bem como para outras ciências, sendo então amplamente debatida na atualidade. Ao fazer a leitura sobre essa categoria é possível perceber que diversos autores conceituam e trabalham o território de diversas formas, analisando como ponto central desde aspectos econômicos, políticos a culturais.

De fato o território comporta uma variada amplitude de análises, pois, diversas e complexas relações se desenvolvem em seu interior. Por ter tanta relevância para a compreensão do avanço capitalista no campo é necessário fazer um levantamento do pensamento de alguns autores clássicos que conceituaram essa categoria, para dessa forma, poder avançar as discussões dessa pesquisa.

O conceito de território destaca-se nas ideias de Ratzel, que o coloca como necessário à reprodução da sociedade e do Estado, sua proposta está centrada na definição desse conceito, conforme o trecho abaixo:

O território seria, em sua definição, é determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Observa-se que a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta as origens do termo na zoologia e na botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal). Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade. (RATZEL, 1990, p. 23).

Segundo o autor citado, “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74).

Para Ratzel, o território é o espaço desde o qual uma família, um grupo encontra sua subsistência, mantendo relação de apropriação sobre essa determinada porção da superfície terrestre, procurando sempre pensar na aquisição de mais espaços territoriais.

O território é considerado pelo autor como necessário a existência do Estado: “Não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras. Uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais ter qualquer fundamento seguro” (*apud* MORAES, 1990, p. 73).

Já para Raffestin, o território seria uma construção política, enquanto que o espaço geográfico seria um substrato, palco pré-existente. Sua proposta é repensar o conceito de território deixado por Ratzel. Para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço estão no poder.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Sendo assim, o território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (Ibid, p. 50).

A análise de Raffestin (1993) está centrada no território a partir da existência de múltiplos poderes e não apenas do poder do Estado. Ele afirma que do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores que “produzem” o território e que o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, novas implantações e de novas ligações.

Para o autor, o território é entendido essencialmente, pelo seu conteúdo político, e o papel da dominação e do poder dentro da sociedade tem grande peso na formação dos diferentes territórios.

A concepção desenvolvida por Raffestin perpassa pela crítica às abordagens que privilegiam o poder do Estado e também pela vertente naturalista, pois entende o território como resultado de relações sociais, de poder e dominação.

O capitalismo beneficia-se do poder exercido pelo Estado via soberania no território, ao passo que o cidadão, desprovido dos meios de produção e encurralado pelas necessidades da reprodução social, é inserido no sistema produtivo, tornando-se peça fundamental para o desenvolvimento e expansão capitalista.

O autor chama a atenção para o fato de que a produção do território combina malhas, nós e redes, como aspectos delimitadores das práticas espaciais. Ao tratar da territorialidade, o autor destaca a necessidade de superar a visão naturalista tão presente desde os estudos de Ratzel.

Raffestin (1993, p. 160) define a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Milton Santos discute a ideia de território a partir do viés político e da abordagem econômica, suas análises contribuíram muito para a formação dos conceitos de espaço geográfico.

Segundo Salvador (2009), de acordo com os fundamentos de Santos (2007, 2004, 1999, 1997a, 1997b, 1996, 1988 e 1979) o território usado, de acordo com essas concepções, é sinônimo de espaço humano, isto é, de espaço habitado. Sendo necessário para compreender esse conceito, traçar algumas reflexões sobre o espaço geográfico, entendendo-o como uma instância social.

Para compreender o território tomando como alicerce as concepções de Milton Santos é preciso considerar as abordagens desse autor sobre o espaço geográfico. Isso devido a ele afirmar que o território usado é sinônimo de espaço habitado. Grosso modo, podemos dizer que, segundo o pensamento desse geógrafo, o espaço geográfico é uma instância social, assim como a instância econômica, cultural, política, dentre outras. Para a Geografia essa instância (o espaço) é sumamente importante, pois se constituindo seu objeto de estudo. É o estudo do espaço, lastreado por um método, que dá o caráter científico à Geografia. Segundo as concepções miltonianas, o estudo do espaço transformado pelos homens, por meio de suas relações e ações, consiste no estudo de categorias do espaço geográfico, a saber: o território, o lugar, a região, a paisagem. No tocante ao território, o referido geógrafo brasileiro defende que se deve considerá-lo por meio de seu uso, isto é, por meio das ações e relações humanas. Assim, vemos que é no mínimo arriscado tecer abordagens sobre o território usado negligenciando-se o espaço geográfico (SALVADOR, 2009, p. 4).

Milton Santos (1994) chama atenção para o novo funcionamento do território, através de horizontalidades (ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais). Para o autor, o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, há o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos.

Os estudos sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) são uma contribuição inegável, tendo se transformado em referência para outros autores como Haesbaert (1997, 2007). Esse autor analisa o território por diferentes enfoques. Para ele, o

território deve ser enfatizado segundo três vertentes: uma culturalista, uma econômica e outra jurídico-política. Pode-se dizer que o autor avança na discussão do conceito em relação à Raffestin (1993) porque acaba por incorporar elementos como cultura e identidade em seus estudos. Em suas obras, é interessante destacar a ideia de territórios-rede, territórios-zona e aglomerados de exclusão, sendo estes constituintes da multiterritorialidade.

Haesbaert (2007, p. 337) alerta para o fato de que ao contrário do que muitos defendem, não estaríamos vivendo um processo de desterritorialização, mas a construção de uma multiterritorialidade fruto de imbricadas relações de poder.

O autor acima citado define multiterritorialidade como “[...] a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”.

Segundo Conceição (2012), o território implica em relação de poder, sua compreensão é mais filosófica do que geográfica e seja qual for a concepção sobre o território, ela implica em relações de poder².

Mas o conceito de território é concebido por diferentes grupos de forma diferenciada, a depender dos interesses para as suas ações.

De acordo com Silva (2011, p. 41), no âmbito das políticas públicas, em particular as de natureza agrária, a categoria território passou a ser um instrumento central que possibilita um redesenho da cidadania no meio rural, considerando-o como lugar privilegiado de emancipação, de descoberta dos potenciais, do fortalecimento da coletividade, sem desconsiderar as encruzilhadas no seu processo de construção. Aqui o território merece ser considerado como um novo elemento nas políticas públicas, como sujeito catalisador de potenciais no processo de refundação do social, onde a cidadania, mais do que nunca necessita ser reinventada por todos (KOGA, 2003). De outro, a abordagem crítica afirma tratar-se da mais recente estratégia do grande capital que vem se apropriando dos espaços e seus potenciais, colocando-os a serviço do seu processo de acumulação.

Sendo assim, o território na perspectiva do desenvolvimento rural passa a ser uma categoria central e, ao mesmo tempo, instrumento técnico de planejamento. A multiplicidade de sentidos que o território comporta transformou-o numa categoria analítica rica, complexa e imprescindível para tentar compreender a natureza conflituosa da sociedade capitalista, bem

² Explicação apresentada em sala de aula durante a disciplina História do Pensamento Geográfico, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição, NPGeo/ UFS – 2012.

como as condições de elaboração e implementação de políticas públicas. (SILVA, 2011, p. 45).

O conceito de território é imprescindível para o desenvolvimento dessa pesquisa visto que, ao analisar a produção do espaço capitalista e a expansão da produção de milho no município de Pinhão/SE é possível perceber que o espaço passa a ter outro significado com a intensificação da ação capitalista no campo, que transforma tudo em mercadoria, atribuindo valor a tudo que pode ser quantificado.

Dessa forma o espaço produtivo passa a ter a conotação também de mercadoria, deixando de ser apenas espaço de vivência e reprodução, ele é transformado em ferramenta essencial para a industrialização agrícola, que tem o espaço como necessidade primária, pois, quem o detém, conseqüentemente obtém poder, seja pela renda da terra que consegue extrair da produção nele cultivada ou pela especulação de seu valor.

Sendo assim, é de suma importância destacar que na ferocidade em que essas relações e transformações ocorrem, o espaço passa a ser cobiçado pelo seu valor econômico, sendo então apropriado, dominado e monopolizado por determinado indivíduo ou grupo, transformando-se em território, que se caracteriza pela posse, propriedade de determinado recorte espacial, onde são desenvolvidas relações múltiplas de poder, de reprodução, onde se projeta o trabalho.

Para tanto, é imprescindível eleger o território como categoria geográfica fundamental para análise dos desdobramentos desta pesquisa, visto que, a produção de milho no Brasil vem se expandindo cada vez mais no espaço agrário, formando seus territórios e se fortalecendo e desenvolvendo por meio do domínio do agronegócio, que territorializa, desterritorializa e reterritorializa vastas áreas, modificando a estrutura fundiária do campo, controlando e conduzindo a produção agrícola, monopolizando a economia e a política local de determinada região, transformando camponeses em trabalhadores rurais subordinados e modificando a dinâmica rural em detrimento de seus interesses.

2.1 - Do latifúndio ao agronegócio: o espaço transformado em território.

A sociedade capitalista, desde seu surgimento, está alicerçada na industrialização, que a partir da exploração da natureza e da força de trabalho ocasiona transformações na sociedade por meio da apropriação de matérias-primas (recursos naturais) e da força de trabalho do

homem, parte integrante da natureza. Nesse contexto, o homem e a natureza são convertidos em mercadorias, havendo a fusão do “valor de uso” e do “valor de troca”. Conforme Oliveira:

Apesar de originalmente o homem viver em uma unidade harmônica com a natureza no estabelecimento de suas necessidades, na atividade e produção dos seus instrumentos, com o advento do capitalismo e a generalização da relação capital-trabalho o valor de uso do trabalho, das técnicas e assim da natureza, é subvertido pelo valor de troca, tudo se transforma em mercadoria. (OLIVEIRA, 2007, p. 36)

Isso compreendido é preciso entender a questão agrária brasileira á luz dessa relação de dominação do capital sobre o trabalho, ou ainda no contexto em que o homem expropriado dos meios de produção encontra-se disponível para atendimento das demandas por trabalho pelos detentores do capital tanto no campo, como na cidade.

A estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela concentração de terras, predomínio do latifúndio e de grandes extensões de terra sem uso, o que demonstra a má distribuição da terra no país, configurando um dos mais sérios problemas de relevância política, econômica e social da atualidade. Apesar de ser uma problemática antiga que vem sendo perpetuada ao longo dos anos é necessário para melhor entendimento dos aspectos relativos às características da estrutura fundiária brasileira, uma breve retomada histórica.

Desde a colonização, o Brasil teve sua estrutura fundiária (des)organizada de acordo com os interesses da Coroa Portuguesa, que naquele contexto, visava acima de tudo, travestida no discurso da “colonização de novas terras” a exploração de recursos naturais da recém “descoberta” e futura "pátria mãe gentil". Com o intuito de obter acumulação primitiva de capital, os colonizadores fatiaram inicialmente todo o nosso litoral, criando as capitâneas hereditárias para promover o povoamento e desenvolvimento da Colônia. Com a necessidade de expandir os limites e explorar novas áreas, os portugueses adentraram nosso interior e gradativamente ocuparam o vasto território brasileiro.

Conforme Ariovaldo Umbelino,

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial. (OLIVEIRA, 2001, p. 28)

Com base nos moldes da estrutura fundiária europeia, nosso território foi recortado de forma a favorecer os grandes proprietários, os monocultores da cana-de-açúcar, criadores de gado, fazendeiros do café e posteriormente os seringueiros, culturas responsáveis pelos grandes ciclos econômicos brasileiro, responsáveis pela reprodução ao longo dos anos da concentração de terras.

O latifúndio no Brasil teve início no período colonial, quando o território brasileiro foi dividido em capitanias hereditárias e posteriormente em sesmarias, que surgiram com o intuito de povoar e desenvolver a Colônia. Nesse período a principal atividade econômica era agricultura baseada no cultivo da cana-de-açúcar, produzida para exportação, principalmente para a Europa, maior mercado consumidor dessa “iguararia”.

Para a produção da cana, eram necessárias vastas extensões de terra, onde os engenhos para beneficiamento da mesma foram construídos, iniciando assim, a formação dos latifúndios brasileiros.

De acordo com João Pedro Stédile (1994) foi nesse contexto que D. Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras do Brasil, pela qual definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra em nosso país, já que, até aquela data, o direito a propriedade era reservado à Coroa. Os usuários detinham apenas concessão de uso e não a propriedade legal. A lei de 1850 determinava que fosse considerado proprietário quem legalizasse suas terras em cartórios oficiais, pagando certa quantia em dinheiro para a Coroa.

A principal consequência da aplicação dessa lei foi manter pobres e negros na condição de sem-terra, em paralelo a legalização das propriedades privadas com grandes extensões de terra, dando origem ao latifúndio. Assim, se criava uma base legal para fomentar e estimular apenas a grande propriedade fundiária.

Todos os antigos concessionários da Coroa, com a vigência da Lei de Terras, corriam aos cartórios ou às casas paroquiais que mantinham registros, pagavam certa quantia pela terra e legalizavam suas posses. Assim, imensas áreas, antes de propriedade comunal-indígena, depois apropriada pela Coroa, agora eram finalmente privatizadas nas mãos de grandes senhores, que se transformaram de amigos da Coroa em senhores das terras, em latifundiários. (STEDILE, 2000).

O Brasil no período imperial tinha seu desenvolvimento movimentado pela atividade agrícola, inicialmente a exploração do pau-brasil e em seguida a cana-de-açúcar, a economia baseava-se na exportação de gêneros agrícolas e posteriormente de recursos minerais como o ouro. Segundo Abreu (2012), a partir de 1580 o Brasil torna-se o principal produtor mundial de açúcar, com base no trabalho de escravos africanos, posição que manteve até segunda metade do século XVII.

A colônia também produzia fumo, madeiras e couros, nas últimas décadas do século a concorrência de colônias inglesas, francesas e holandesas no Caribe prejudicou a economia açucareira do Brasil, que perdeu sua hegemonia, mas a descoberta do ouro nos anos 1690 resultou em nova fase de prosperidade para a colônia.

No século XVIII, o Brasil foi o maior produtor mundial de ouro com cerca de 40% do volume total produzido entre 1701 e 1800. Entre a vinda da família real para o Brasil em 1808, a independência, o café, cultivado no Sudeste se tornou a terceira maior exportação em valor, excedida ainda pelas de açúcar e de algodão, ambas produzidas com trabalho escravo predominante nas grandes plantações.

A estrutura fundiária brasileira durante o império caracterizava-se inicialmente por sesmarias, posteriormente por capitânicas hereditárias (doadas pela coroa) e com o advento da Lei de terras em 1850, as terras passaram a poder ser apropriadas de fato e de direito, quem tivesse condições de pagar poderia se tornar proprietário, iniciando assim o mercado de terras no Brasil. Com a abolição da escravatura em 1888, toda a população de escravos no Brasil, passou a ser considerada um problema, pois, mesmo com a conquista da "falsa liberdade" os ex-escravos passaram a ser mendigos, juntamente com os indígenas já antes expropriados de suas terras, passaram a ser os primeiros sem terras, sem teto, sem direitos, sem dignidade, sem condições de sobrevivência, renegados a própria sorte e massacrados pelo sociedade falso moralista do Brasil.

Do final do século XIX até a metade do século XX desenvolvia-se no Brasil a ideia de que o setor primário era atrasado. De acordo com Lisboa,

Não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento, mas acatava-se a proposição de que o caminho para o mesmo era a superação do tradicionalismo e esta só seria possível pela consolidação da integração nacional que iria viabilizar o processo de expansão do capitalismo no território nacional (LISBOA, 2007, p. 123).

A introdução de tecnologia e do capital estrangeiro tornou-se característica do período e a nação era incentivada a superar seu atraso. A instalação de novas empresas foi garantida com a chegada de recursos na forma de financiamentos, empréstimos e investimentos, o que colaborou para a configuração da monopolização do capital no campo, ocasionando o aumento das diferenças regionais, dos focos de tensões e desigualdades sociais.

Para Caio Prado Júnior,

Não se considerava que a economia agrária brasileira se constituía de forma diferenciada da dos europeus com uma estrutura de grandes propriedades e larga exploração mercantil, sobretudo no Nordeste, sem se compreender o domínio absoluto do trabalho escravo. Esta situação de manutenção da estrutura fundiária se perpetua há muito tempo e é modificada quase que exclusivamente na relação de assalariamento, como no caso das áreas dos canaviais nordestinos e paulistas que, na verdade, acentuaram a concentração das terras (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 109).

Ao analisar os planos criados no Brasil entre os anos 1950 a 1980 é possível identificar o posicionamento dos governos militares, com características de forte centralização de poder e interessados no desenvolvimentismo do Estado, marcando o modelo que se desenvolveu no Nordeste.

Conforme Lisboa,

O Estado, além das condições político institucionais, fomentava a estruturação das estradas e a consequente viabilização do capital comercial, ao lado da indústria automobilística e da derrubada das barreiras alfandegárias entre os Estados, reforçando o poder de competição das mercadorias do Centro-Sul com as das outras regiões. A expansão das rodovias, além de levar à incorporação de novas terras minimizando os aumentos de preços dos produtos agrícolas nos centros urbanos, foi importante para integrar o Nordeste nessa *divisão nacional do trabalho*, como região exportadora de produtos agrícolas, possibilitando um maior intercâmbio inter-regional. (LISBOA, 2007, p. 122).

O Estado agiu neste contexto para orientar a modernização da agricultura, como forma de integrá-la ao novo circuito produtivo, ou seja, ao complexo agroindustrial, criando condições favoráveis para consolidar o modelo de desenvolvimento capitalista baseado na dependência, liderado por empresas estrangeiras consolidando assim a internacionalização do mercado interno (Ibid p. 125).

Segundo Lisboa, durante os governos militares, diversos programas traziam como propostas, no plano discursivo, alterações no setor agrícola, relacionadas à entrada de inovações que eram essenciais para a modernização da agricultura, a estagnação da produtividade e o analfabetismo no campo dificultavam a introdução da modernização.

Conforme a autora,

De 1968 até 1973, ocorreu no Brasil o chamado ‘milagre brasileiro’, caracterizado por uma fase de crescimento com repercussões no aumento da produção agrícola que beneficiava principalmente produtos de exportação. Esta política demonstrava a intensificação do capital no campo, e a região Nordeste representava alvo fácil para esse processo (LISBOA, 2007, p. 126).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento- PND de (1972 a 1974) orientava a agricultura moderna empresarial do Centro-Sul, e mostrava que a agricultura nordestina podia ser viável desde que adotasse medidas de racionalização da estrutura agrária com irrigações, modernização da estrutura de comercialização e introdução de pesquisas agrícolas para a criação de novas tecnologias, sempre atentas aos efeitos da absorção de mão-de-obra (Ibid).

A modernização da agricultura tornaria dispensável a reforma agrária. As preocupações do II PND (embalado no momento do esgotamento do Milagre Brasileiro) eram com a balança de pagamentos e o setor agropecuário ganhava prioridade pela necessidade de consolidar a vocação brasileira de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, para tanto tornou-se necessário, além da incorporação de áreas de fronteiras (Centro-Oeste, Amazônia e Vales Úmidos do Nordeste), a modernização das áreas já incorporadas ao mercado. (LISBOA, 2007)

Sobre esse aspecto, Moreira (1990) enfoca o expressivo grau de transformações nas relações agrárias ocorridas ao longo do século XIX e que se aceleraram visivelmente na passagem para o século XX.

A agricultura se torna uma atividade industrial devido ao incessante financiamento ao processo de industrialização, assegurado pelo Estado. Mas, este fato acaba reforçando uma estrutura agrária antiga, a monocultura. O processo de fusão da agricultura com a indústria no Brasil acontece primeiro no nível de mercado durante o período que vai dos anos de 1930 a 1950 e, evolui para o nível técnico-produtivo, a partir dos anos de 1960 (Ibidem).

Dos anos de 1950 a 1960, período em que o Brasil vive sua revolução industrial, surge o setor de equipamentos no país, proporcionando à agricultura maior tecnificação. O uso de máquinas, defensivos e fertilizantes faz com que a agricultura aumente sua capacidade de produção mudando assim o caráter exportador do espaço agrário, ou seja, a agricultura passa a privilegiar produtos para o consumo interno em detrimento da agricultura de exportação. Em consequência:

Os espaços ficam liberados para o desenvolvimento de um padrão de uso mais mercantil e, portanto, mais dinâmico e integrado do solo. A agricultura se torna industrial e, pois, mais altamente especializada, radicalizando-se o processo da mobilidade territorial do trabalho e do capital que já vinha em curso. (MOREIRA, 1990, p. 65)

O capitalismo é um sistema tão bem articulado que consegue engendrar manobras estratégicas de tal forma que é impossível desfazer as ações minuciosamente planejadas e executadas para alcançar seus objetivos.

O capital para apropriar-se cada vez mais do espaço e transformá-lo em território, elaborou estratégias infalíveis e alianças extremamente importantes. Aliar-se ao Estado, ou melhor, torná-lo sua principal ferramenta de ajuste foi a base para o sucesso dessa estratégia, pois, tendo o Estado trabalhando a seu favor, é possível criar mecanismos de controle eficientes, tornando o Estado funcional ao capital.

O Estado então, sem perder suas funções, passa a integrar os propósitos do capital, nesse contexto e integrando essa nova fase de intervenção capitalista no espaço via regulação do Estado, instituições como FMI, Banco Mundial e ONU, surgem com o intuito de mediar as ações que permitirão a penetração cada vez mais profunda do capital.

Em meio a esse cenário, as políticas públicas são "a menina dos olhos" do capitalismo, com o intermédio dessas instituições reguladoras, essas políticas são elaboradas e implantadas com o principal discurso de promover o desenvolvimento e melhorias na qualidade de vida da população, mas que na realidade só promovem melhorias para o capitalismo.

O discurso do desenvolvimento é então absorvido em esfera mundial como verdade absoluta e precisa ser difundido e posto em prática a todo custo, afinal de contas, quem não precisa se desenvolver? Essa é uma tendência natural, evoluir cada vez mais em busca de melhorias e dessa forma o desenvolvimento chega como tábua de salvação e única alternativa para as nações.

Sendo assim, o espaço é então produzido com esse intuito, o de levar desenvolvimento a todo custo e a todos os lugares, o capitalismo por sua vez, cria várias estratégias de expansão dentre elas a da necessidade de modernização, é preciso modernizar tudo, desde as sociedades até os meios de produção. E nada foi mais avassalador para a humanidade do que a modernização.

Ela trouxe consigo diversos benefícios, porém seus reflexos são profundos e há diversos efeitos colaterais.

No campo, a modernização significou uma revolução, seja nos moldes produtivos, seja nas relações sociais, o capitalismo por meio do discurso da necessidade de melhorias e da introdução de tecnologias, conseguiu alavancar a ascensão produtiva, tornando o campo ainda mais um cenário de grandes aquisições.

Recapitulando os aspectos acima citados, quando refletimos que Estado e capital foram articulados em uma teia de intenções sórdidas do capital, não é difícil perceber como o mesmo consegue ter tanto poder. O capital coopta o Estado para seu principal parceiro, com o auxílio do Estado eles criam organizações e instituições, que na verdade são agentes regulatórios para auxiliar na jornada rumo a obtenção de mais poder, em seguida cria-se e difunde-se a ideia de desenvolvimento a todo custo. A ideologia da necessidade de crescimento é um prato cheio nesse contexto, para dar conta de promover o desenvolvimento.

As políticas públicas nesse cenário se colocam como fundamentais, pois, são apresentadas pelos órgãos oficiais como ações por meio das quais programas e projetos do governo ajudarão a população a se desenvolver plenamente. A ideia de modernização então passa a ser cada vez mais necessária, sobretudo no campo, onde a produtividade precisa aumentar para dar conta de abastecer a população e acelerar a economia.

Essa modernidade implica em novas relações de produção, posse da terra, de trabalho, nesse contexto o campo é alvo de investimentos pesados pois, passa a ser altamente lucrativo tanto pela valorização da terra como da renda que ela pode gerar, que o espaço passa a ser produzido de forma tão voraz, que se territorializam cada vez mais relações de dominação e poder ainda mais intensificadas.

O espaço passa a ser território, quem o controla é senhor de tudo e de todos, o poder seja ele econômico ou político se materializa no território. Por isso o capitalismo se articula tão imbricadamente, precisa do poder econômico, da alteridade, da soberania, condições necessárias para seu desenvolvimento.

A ampla introdução de tecnologia nos processos produtivos agrícolas é uma mudança profunda na forma da propriedade da terra, pois, provoca o desenvolvimento da propriedade burguesa e isso traz impactos negativos sobre as formas capitalistas de produção.

Uma boa parte dos camponeses é expropriada e expulsa da terra, criando “uma imensa massa de sem-terras, o que reduz as diferentes formas de campesinato a basicamente duas: a do camponês familiar (incluindo-se aqui tanto o pequeno proprietário quanto o posseiro) e a do proletário rural” (MOREIRA, 1990, p. 68).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que o modo desigual e contraditório com que o capitalismo se desenvolve no campo denuncia a importância do trabalho familiar camponês. Ou seja,

O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, 1994, p. 48).

A modernização do campo aumentou a produtividade, mas paralelamente ocasionou a saída de camponeses que não possuem acesso a essa nova lógica produtiva, o que gerou a expropriação camponesa, que tem a produção baseada no trabalho familiar. De forma contrária ocorre com o agronegócio, que explora ao máximo a força de trabalho e a natureza, vistas como “mercadorias”, logo sua produção tem como base a rentabilidade.

Enquanto a lógica do agronegócio é avançar a fronteira agrícola e explorar e extrair ao máximo os potenciais produtivos dos territórios, numa perspectiva simplificadora dos ecossistemas (terra-mercadoria) e poupadora de mão-de-obra, a lógica camponesa é de enraizamento territorial (terra para viver, hábitat), portanto, agregadora de trabalho e fixadora da mão-de-obra familiar. (SILVA, 2004, p. 339)

Conforme Silva (2011), pressionado pelas lutas no campo, o Governo viu-se na obrigação de apresentar uma política destinada a democratização do território, dentre um conjunto de políticas agrícolas compensatórias, o mecanismo da “reforma agrária pacífica”, em detrimento das lutas e dos movimentos dos trabalhadores do campo, surge como opção de

tratamento da questão agrária (no discurso), pois, na prática, atendia prioritariamente aos interesses dos capitalistas proprietários de terras, por outro lado, tentava controlar as lutas no campo, proteger a propriedade privada e viabilizar condições objetivas para o funcionamento do mercado de terras.

O governo com medo do aumento das tensões sociais no campo, temendo uma grande revolta da população desprovida de meios de sobrevivência, organiza uma estratégia democrática, para acalmar as tensões. Em 1985 com a pressão popular no campo e nas cidades por reforma agrária, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD, do governo Sarney, apresentou o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, para o período de 1985-1989, para ser executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nas regiões brasileiras, em áreas consideradas “prioritárias” a partir dos Planos Regionais de Reforma Agrária- PRRA, ambos fundamentados nas diretrizes do Estatuto da Terra.

Nesse contexto, é lançado após inúmeras alterações, em virtude dos interesses dos proprietários de terra, da bancada ruralista do governo e do capitalismo, um plano para organizar e direcionar a reforma agrária.

Essa plano de reforma agrária representava uma forma democrática de redistribuição da terra, por isso denominado de reforma pacífica, que funcionaria no discurso, mas na prática, os caminhos foram totalmente opostos.

Analisando o contexto histórico que antecede o processo de modernização da agricultura, é possível identificar os principais fatos que contribuíram para a expansão desse processo que se inicia no pós-Segunda Guerra Mundial e se intensifica na década de 1970, com grande apoio do Estado, tanto com subsídios na forma de créditos quanto de infraestruturas.

Entre o final da II Guerra Mundial e os primeiros anos da década de 1970, a economia mundial apresentou grande expansão. Foram efetuados significativos investimentos em atividades produtivas, não somente nos países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos. No referido período, os conhecimentos da ciência e da tecnologia passaram a ser aplicados diretamente aos processos produtivos de todos os setores, inclusive da agropecuária, conforme salienta Santos (1985). (HESPANHOL, 2008, p. 371)

Ainda nesse período pós Guerra, a “Revolução Verde” foi difundida, constituindo-se em uma grande mudança na base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos

dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos, ampliando o mercado de produção e comercialização dos produtos.

O avanço do capitalismo no campo trouxe consigo transformações e avanços técnicos para a produção, essas mudanças vieram acompanhadas de ônus, como: impactos no meio ambiente, na distribuição demográfica, na divisão do trabalho, o que resultou no agravamento das desigualdades socioespaciais e econômicas, na permanência do latifúndio, sendo então esse processo conhecido como modernização conservadora (Delgado, 2002). Conservadora por manter e agravar problemas já existentes no campo, transformando a “forma”, porém, mantendo e intensificando o “conteúdo” e acelerando a mudança na base técnica e transformando os espaços pouco produtivos em “celeiros agrícolas”. Onde o domínio da técnica com uso de insumos, maquinário e tecnologia são benefícios para poucos. A grande maioria de trabalhadores e camponeses, desprovidos desses meios de produção, foi e continua sendo expropriados, fortalecendo os grandes produtores rurais e o avanço capitalista no espaço agrário. Thomaz Júnior assume a denominação modernização conservadora da agricultura, quando menciona:

[...] que o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho, aponta alternativas concretas, viabilizando-as através da “modernização conservadora” da agricultura para o setor sucro-alcooleiro, oferecendo as condições materiais para a rentabilidade do capital, assegurando a orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando o poder político-econômico da burguesia agrária, agora no comando do CAI. Isto é, além de estimular a intensificação da concentração fundiária, garantiu-se também a concentração econômica, que potenciou aos grandes capitais a propriedade dos bens de produção e o acesso aos mecanismos de financiamento. (THOMAZ JUNIOR, 1996, p.74).

Para Santana e Mendonça (2010) a reestruturação produtiva do capital desencadeada nas últimas décadas, tem provocado mudanças significativas na base territorial do capital e do trabalho, para o qual os desdobramentos são extremamente negativos. Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares trabalhadores e famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal e sem carteira.

Para Mendonça (2005) a expropriação e o empobrecimento dos camponeses, a precarização das relações sociais de trabalho, a depredação ecológica e desterritorialização

dos trabalhadores da terra são resultantes da histórica opção feita pelo capital que, patrocinado pelo Estado, obteve todas as condições para a sua ampliação e reprodução.

A modernização da agricultura trouxe consigo a introdução de grande tecnologia para o campo, a mecanização e a substituição de trabalhadores por máquinas, que conseguem níveis de excelência e produtividade altíssimos. Onde antes 40 trabalhadores passavam dias para colher milho, hoje uma máquina colheitadeira com apenas um operador consegue colher a produção em apenas um dia de trabalho.

Essas disparidades são reflexos das atuais relações de trabalho no campo, Os camponeses que foram expropriados de suas terras e que para sobreviver passaram a vender sua força de trabalho para os grandes produtores agora são substituídos por máquinas de alta tecnologia, o que contribui para o aumento do desemprego no campo brasileiro ao longo dos anos.

Conforme demonstra o gráfico abaixo:

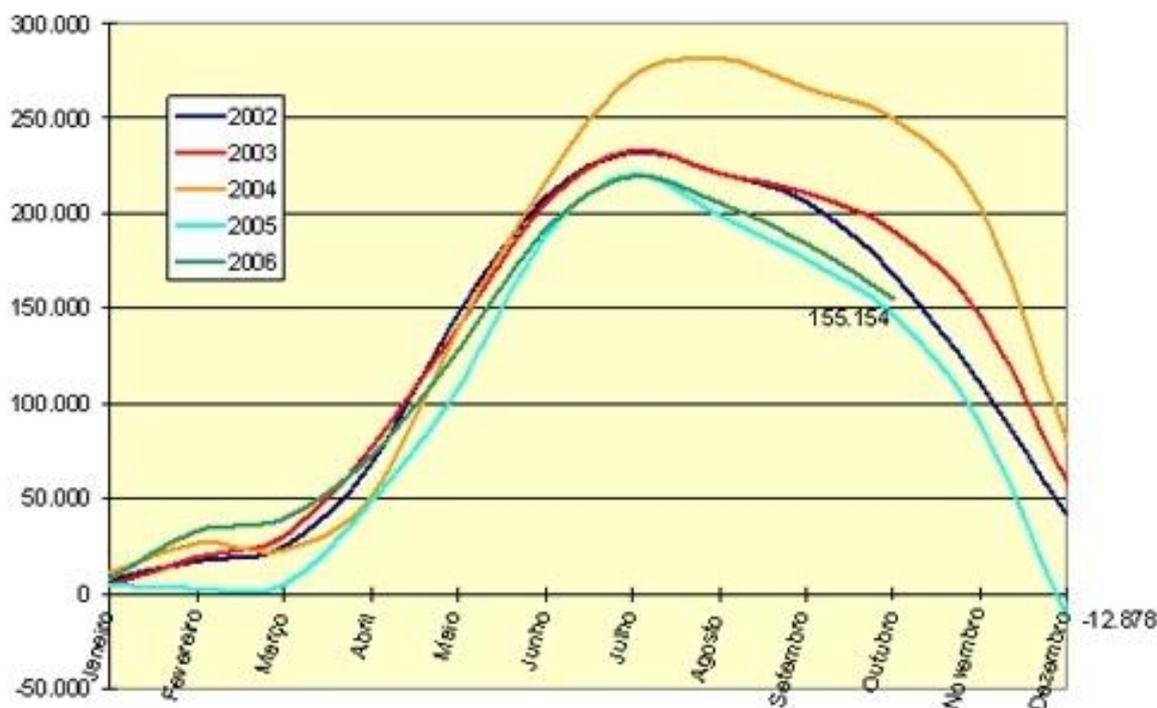


Gráfico 1 – Comportamento do Emprego Rural – 2002 a 2005.

Fonte: MTE (Ministério do trabalho e emprego) e CAGED (Cadastro Geral do Emprego e Desemprego)

Elaboração: CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)

Adaptação: Marina Feitosa R. Oliveira, 2014.

Nas áreas do agronegócio a precarização do trabalho ocorre das mais variadas formas, demonstrando o caráter desumano do capitalismo no campo brasileiro, que explora a mão de obra até a sua última gota de esforço. A jornada de trabalho nessas áreas extrapola os limites máximos estabelecidos pela legislação trabalhista vigente, a carga de trabalho é excessiva chegando até a 18h diárias e desenvolvida sob péssimas condições.

Nesse contexto, os trabalhadores sofrem diariamente com a exposição dos a efeitos danosos a saúde, pois, os mesmos, normalmente trabalham sem EPI –equipamento de proteção individual, ficando expostos a riscos de contaminação na aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, expostos também a poluição sonora gerada pelo ruído das máquinas e tratores usados na lavoura, sofrem constantes risco de se envolverem em acidentes de trabalho ao manusear substâncias químicas altamente tóxicas e ao lidar com máquinas e equipamentos eletrônicos e motorizados sem as devidas instruções ou treinamento, correm riscos de saúde, pois, podem além de sofrer acidentes, adquirir infecções e doenças com o contato direto com agentes químicos, biológicos e várias bactérias, provenientes do processo produtivo e dos resíduos por ele gerado.

A grande maioria dos trabalhadores rurais, trabalham de forma irregular, por não possuir vínculo empregatício legal nem carteira de trabalho assinada, o que não garante os direitos básicos desses trabalhadores, além de deixar diversas brechas para remunerações baixíssimas. Esses sujeitos, pela falta de opção imposta pela realidade rural no Brasil, a fim de não ficarem desempregados, acabam reféns e submetendo-se a essas precárias condições de trabalho e remuneração ainda que de forma tão degradatoria, humilhante e exploratória, pela necessidade da sobrevivência.

De acordo com Graziano (1998), a modernização resultou na própria industrialização da agricultura que passou a depender cada vez menos de condições naturais de solo, clima e relevo, e passou a ser cada vez mais dependente de insumos industriais, que criam de modo artificial as condições favoráveis para a expansão da produção e da produtividade.

Essa industrialização da agricultura foi alicerçada, sobretudo, pela modernização da agricultura que por sua vez foi subsidiada também pelos pacotes tecnológicos para a produção agrícola, oriundos da Revolução Verde, que disseminou o uso de técnicas, de produtos químicos, de artificialidades e de tecnologia como mecanismos aliados para desempenhos cada vez mais eficientes das produções e consequentes aumentos gradativos de produtividade e lucratividade no setor agrícola e financeiro.

Para Mendonça (2004, p. 216), a modernização da agricultura é a própria reestruturação do capital industrial (máquinas, implementos agrícolas etc.) e financeiro (empréstimos) que pressionou o Estado a estabelecer políticas para assegurar a sua auto-expansão, devido aos desdobramentos das alterações no processo produtivo nos países ricos.

Já para Thomaz Júnior (1996) a necessidade de novos mercados para seus produtos demonstrava que as áreas periféricas, controladas pelas elites dependentes, no afã de se industrializarem, aceitariam os “pacotes tecnológicos” como forma de auxílio econômico, embora estivessem enviando ao exterior elevadas quantias como parte do pagamento dos juros da dívida externa. A aquisição de insumos e máquinas pela agricultura, implica, de imediato, na necessidade de financiamento, que passa a se dar através do sistema financeiro instalado – e não mais a partir de agentes isolados como os comerciantes prestamistas – soldando assim o movimento da agricultura com o movimento mais geral da economia.

Dessa forma, a agricultura deixa gradativamente o seu papel de “mercado de bens de consumo” para cada vez mais assumir a posição de “meios industriais de produção”, quer como produtora de certos insumos quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos o processo de *industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (SILVA, 1982).

Os efeitos dessa modernização são inúmeros e na verdade ampliou e intensificou os problemas já existentes no campo, afetando diretamente o homem do campo em diversos aspectos, com destaque para a força de trabalho no campo, com a ampliação da proletarianização do camponês, o aumento de emprego temporário e a conseqüente deterioração das relações sociais de trabalho.

[...] a modernização da agricultura levou à “substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho na terra, pela mecanização”, transformando “o antigo morador, agregado ou parceiro, e até mesmo o empregado permanente” em “assalariado sazonal, safrista, volante”, mais conhecido como “bóia-fria”. (SILVA, 2003, p. 138).

Essa breve retomada da modernização da agricultura brasileira é fundamental para introduzir e situar as discussões em torno da espacialização do agronegócio no país, visto

que, esse processo modernizador abriu as portas e janelas para a entrada e expansão desse sistema de produção agrícola que se implantou e expandiu no espaço agrário do Brasil com aval do Estado, configurando-se, aliás, como maior fomentador e incentivador desse sistema, via discursos de desenvolvimento e crescimento da economia brasileira.

2.2 - A expansão do agronegócio no Brasil.

Agronegócio é a tradução do termo em inglês *agribusiness*, que é definido por Pizzolatti como um sistema integrado; uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, etc., desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros. O referido termo surge na década de 50, quando os professores Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, constataram que “as atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam viver isoladas”, os pesquisadores, utilizando fundamentos de teoria econômica sobre as cadeias integradas, construíram uma metodologia para estudo da cadeia agro alimentar e criaram o termo *agribusiness* para sintetizar sua nova visão” (MEGIDO & XAVIER, 1998: 35).

Agribusiness é um o conceito construído por esses pesquisadores que propõem que se veja o processo agropecuário como uma totalidade, “que se divide em antes da porteira (insumos), dentro da porteira (a produção rural), depois da porteira (transporte, armazenagem, industrialização e comércio)” (Rodrigues, 2002, *apud* Suzuki, 2007).

Caracterizado também pela rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária, o agronegócio não se limita apenas as produções agrícola e pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária.

À primeira vista, *agronegócio* é apenas a tradução do inglês *agribusiness*, que, por sua vez, em sentido literal, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Entretanto, esta não é apenas mais uma das tantas expressões do vocabulário inglês que incorporamos em nossa linguagem de forma abasileirada ou mantendo a escrita original. Na realidade trata-se de um conceito, e, como destacou Marco Aurélio Saquet (2007:13), “todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos (...)”. E se faz mister conhecer esse processo para utilizá-lo. (CAMPOS, 2011, p. 101),

O *agronegócio/ agrobusiness*, consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária.

De acordo com Nivaldo Hespanhol (2007), no Brasil, em meados da década de 1980, essa vertente analítica passa a ser adotada por diversos autores de várias áreas de pesquisa, que fundamentaram suas análises no conceito de “Complexo Agroindustrial – CAI”.

O CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura está vinculada com a indústria de duas formas: com a indústria de máquinas e de insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora de matérias-primas de origem agrícola. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura e a segunda de agroindústria (Muller, 1987, *apud* Campos, 1999, p. 68).

O complexo agroindustrial também engloba a articulação com o setor financeiro, com segmentos comerciais e o Estado. Para José Graziano da Silva (1998), o conceito de CAI não pode ser entendido como a tradução brasileira da abordagem sistêmica, uma vez que esta é estática e o complexo agroindustrial, da forma como é entendido no Brasil tem uma abordagem dinâmica tanto de fluxos intersetoriais quanto entre os vários ramos que o compõem. É importante destacar que no Brasil o conceito de CAI serviu de suporte teórico para densas críticas ao processo de modernização da agricultura. Esses estudos não se restringiram a compreender o funcionamento das cadeias produtivas, englobaram os impactos socioeconômicos das mudanças (como, por exemplo, na divisão do trabalho), bem como das permanências (concentração fundiária, por exemplo). (CAMPOS, 2011).

De acordo com a matéria de Márcio Juliboni, intitulada: As 10 maiores empresas de agronegócio do Brasil, publicada na revista Exame em outubro de 2010. Juntas, as dez maiores companhias do setor faturaram mais de US\$ 56 bilhões no ano passado, são elas: ADM, Agropecuária, BRF, Cargill, Copersucar, Faturamento, Nestlé, Sadia, Souza Cruz, Unilever e a Bunge Alimentos, que é a maior do setor.

A Bunge Alimentos encerrou o ano passado com vendas de 9,747 bilhões de dólares, de acordo com a edição especial: MELHORES E MAIORES de EXAME. Com isso, liderou a lista das 400 maiores do agronegócio. A cifra, no entanto, representa uma queda de 13,7%

nas vendas. Com sede em Santa Catarina, a empresa é também uma forte exportadora: no ano passado, as exportações representaram 54% das vendas.

No setor de alimentos, a empresa possui marcas como Soya, Delícia e Primor. Entre fábricas, centros de distribuição, silos e instalações portuárias, a companhia possui cerca de 150 unidades em 16 estados, e emprega mais de 17.000 pessoas.

Conforme Mendonça (2004), a sociedade brasileira está assentada no latifúndio desde o início da colonização portuguesa no século XVI e até hoje ele permanece como um elemento estruturante da formação socioeconômica e política do país. As consequências perversas da enorme concentração fundiária para o país são bastante conhecidas uma vez que foram objeto de análise de muitos intérpretes do Brasil (Castro, 1963; Guimarães, 1968; Furtado, 1971, entre outros) que por diferentes enfoques chegaram a uma conclusão semelhante: o latifúndio é a raiz da pobreza e da desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira.

E é sobre esta arcaica estrutura fundiária que vem se desenvolvendo as modernas produções do agronegócio, o que vem resultando em aumento da concentração da propriedade da terra como evidenciou o último censo agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009).

Christiane Senhorinha Soares Campos, em suas pesquisas sobre o agronegócio e suas interferências na produção do espaço, na produção da pobreza, na exploração do trabalho e suas várias outras interfaces, foi possível levantar hipóteses para tais compreensões, conforme trecho que segue abaixo:

A primeira hipótese é de que a tríplice aliança latifúndio-agronegócio Estado, no contexto neoliberal, se constitui um importante agente de perpetuação da pobreza (Oyen, 2002), pois sua atuação cria as condições técnicas, políticas e socioeconômicas para a manutenção e/ou aumento da concentração de terras e de outras formas de riqueza em poucas mãos e, desse modo, contribui decisivamente para a produção e reprodução da pobreza e da exclusão social nos municípios do interior do Brasil, fenômenos cuja forma e conteúdo são ainda mais perversos para as mulheres. (CAMPOS, 2011, p. 21)

De acordo com Campos (2011), o agronegócio aparece na mídia, nas justificativas para ações de apoio governamentais e nos discursos de diversas instituições públicas e privadas como a força-motriz da economia brasileira, sendo apontado como responsável pela

geração de uma grande parcela do PIB do país nas últimas décadas. Entretanto, por trás dos números das supersafras há muitas contradições e a acelerada expansão desse tipo de negócios vem intensificando múltiplas desigualdades, aliás, como é próprio dos processos produtivos capitalistas.

É importante analisar o agronegócio por uma perspectiva que leve em conta aspectos político-ideológicos, socioeconômicos e espaciais, revelando os interesses que estão por trás dos discursos e das ações, para compreender as suas estratégias para se consolidar e se expandir territorialmente, além de evidenciar seus múltiplos impactos.

O capitalismo não se espacializa e se territorializa de forma homogênea, assim, coexistem diversas singularidades em função das distintas formas de uso e exploração da terra. Ainda hoje, contrariando os *apologetas* da modernização da agricultura, se observam camponeses e *trabalhadores da terra*, a maioria em condições precárias de vida e de trabalho, convivendo lado a lado com as empresas rurais tecnificadas, evidenciando a materialização das mais variadas combinações entre a expropriação, a subordinação e a sujeição do trabalho pelo capital, sob a proteção jurídica e política do Estado. (MENDONÇA, 2004, p. 297).

Para Lima (2013), no campo, o imperialismo assinala a proteção aos grandes empreendimentos agropecuários, a commoditização da produção alimentar, a apropriação privada das fontes mundiais de água potável e a perda da soberania alimentar de vários países periféricos. O agronegócio emergiu como um processo que combinou a integração técnica das atividades industriais junto às atividades agropecuárias, associado ao financiamento bancário e financeiro. No agronegócio, a produção agropecuária dedica-se a obtenção de lucros que assegurem o pagamento de dividendos e a continuidade do processo especulativo.

Ainda segundo o autor, à frente do agronegócio e ávidas pelos referidos lucros estão empresas monopolistas de atuação em escala internacional, associadas aos bancos ou outras modalidades de financiamento, a exemplo dos fundos de pensão, que controlam a produção, a distribuição e a circulação de sementes, os fertilizantes, os agrocombustíveis, as fontes de abastecimento aquífero, etc. A vinculação com o capital financeiro alienou os cultivos de sua função precípua, qual seja, a alimentação dos povos, haja vista que em vários países produtores de grãos (Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil, entre outros) as colheitas se destinam a atender a produção de energia industrial dentro e fora de seus territórios, tendo seus preços controlados pelo mercado de futuros nas bolsas de valores de todo o mundo, conforme ressalta Oliveira:

As bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&F Bovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF-Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

Segundo Conceição, O agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias e intensificado o desemprego no campo, intensificando a precarização do trabalho através da superexploração das horas de trabalho. O modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos.

Essa pesquisa possibilita a visualização dos efeitos da expansão da produção de milho no estado de Sergipe, principalmente nos municípios que compreendem o recorte espacial delimitado para a pesquisa, nos quais desde a década de 2000 as mudanças nos municípios são visíveis, em termos do incremento no comércio, dos serviços, do aquecimento da economia, da infraestrutura pública, mudanças que aparentemente são efeitos positivos, pois, é a configuração do desenvolvimento tão esperado e almejado pela sociedade.

Em contrapartida, é possível perceber a gradativa diminuição de camponeses nesses municípios. O que é possível observar com muita frequência é o êxodo de pessoas que não conseguindo mais sobreviver do trabalho no campo, migram para os centros urbanos na esperança de melhores condições de vida, submetendo-se a trabalhar em “sub-empregos” com péssimas condições de trabalho, renda, moradia e sobrevivência, mudando o perfil desses municípios e de sua população, que acaba “abrindo as portas” para a entrada de pessoas de outros estados que alojam-se nessas localidades para a exploração da terra via produção do milho, ocupando os espaços deixados pelos munícipes desapropriados e deslocados de sua terra, de suas vidas.

No capítulo seguinte trataremos do agronegócio do milho no estado de Sergipe. Para tanto, iniciaremos pela reflexão das políticas para o desenvolvimento implementadas em

Sergipe, com o propósito de compreendê-lo no contexto das políticas públicas para a região Nordeste.

3- O ESTADO DE SERGIPE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PARA O CAMPO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO

O fenômeno da pobreza que caracteriza com mais visibilidade as áreas periféricas, tem sido alvo de diferentes interpretações e proposições que asseguram, no contexto das relações de exploração e das políticas e programas oficiais, a efetivação de sua erradicação. No Nordeste, essas políticas vêm se apresentando desde o início do século XX, como estratégias de intervenção voltadas, em sua retórica, prioritariamente para as populações empobrecidas das zonas rurais. Nos últimos anos, os discursos elaborados em torno dessa temática ganham “novas” qualificações que têm nas “prescrições” do Banco Mundial para alívio da pobreza, uma de suas estratégias de intervenção nos países dependentes. (SANTOS, 2008, p. 126).

De acordo com Manuel Correia de Andrade (1986), o Nordeste brasileiro é conhecido no exterior e nas áreas mais desenvolvidas do Brasil como região superpovoada e a mais pobre do país, aquela onde ocorrem periodicamente grandes secas. É uma porção do território brasileiro com cerca de um milhão e seiscentos mil quilômetros quadrados e é um grande produtor de uma série de produtos importantes para a economia nacional, tais como: petróleo, gás natural, calcário, ferro, manganês, entre outros minerais e metais importantes para a indústria e economia nacional. Produz ainda gêneros agrícolas de exportação: cana-de-açúcar, laranja, milho, frutas, entre outros, o que torna superficial a impressão do Nordeste como região pobre, atrasada e totalmente dependente das regiões brasileiras mais desenvolvidas.

Segundo o mesmo autor, referindo-se ao potencial econômico da região Nordeste, "se fosse um país independente, a sua balança comercial não seria deficitária", o mesmo também destaca que a região não é inteiramente semiárida. Em relação às condições edafo-climáticas, toda a porção oriental é muito úmida e com chuvas periódicas, já na porção ocidental que se limita com a Amazônia, o clima é tropical úmido, sendo inclusive a área sujeita a inundações. A porção que compreende o Agreste e o Sertão possui clima mais quente e seco, onde ocorrem os grandes períodos de estiagem e as frequentes secas, como as famosas secas que ocorreram no final do século XVIII - 1788-1790, século XIX – 1877-1880, século XX – 1915

- 1919, a de 1932, a de 1952, a de 1958, a de 1970 e a de 1979-1984, considerada a maior do século.

Segundo Marleide Sergio (2012), desse modo o imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica, faz da natureza um ente quase metafísico, idealizada e trabalhada nos discursos, como um obstáculo ao progresso e a justiça social, conforme trecho abaixo:

Historicamente, o sertão tem sido apresentado sob a ótica das dificuldades impostas por este meio, que submete o homem às forças da natureza. Em torno dele, foi construída uma imagem fortemente associada a determinadas características, que envolvem um conjunto de juízos e valores, adaptável a diferentes discursos e projetos. Essa área simbolizou durante muito tempo, o cenário de um Nordeste impregnado de miséria, no qual o antagonismo era representado entre o homem e a natureza e não entre as classes sociais (Sergio, 2012, p. 126).

De acordo com a mesma autora, a preocupação com a situação de miséria que marca o sertão do Nordeste não é recente. A evidência desse fato é o registro de criação de diversos órgãos públicos voltados para elaborar projetos e programas de desenvolvimento para as populações consideradas carentes econômica e socialmente. Entre esses estão o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, CODEVASF, além de programas mais específicos como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o POLONORDESTE.

3.1 - As políticas para o campo no estado de Sergipe: um olhar para a história

As ações intervencionistas do Estado e de instituições apoiadas por este, não tem mostrado correspondência entre os objetivos propostos e os resultados conseguidos. Essa reflexão se aplica ao sertão de Sergipe que apresenta índices de desenvolvimento humanos considerados preocupantes, abaixo das médias do país, da região Nordeste e do próprio estado.

Segundo Ana Virgínia Costa de Menezes (1999), a década de setenta foi marcada pela preocupação do Estado em estabelecer ações voltadas para o desenvolvimento agrícola. Esse período caracterizou-se pelo papel centralizador do Estado, ao formular políticas de

desenvolvimento regional, sobretudo as direcionadas á região Nordeste. Esse momento é fundamental para analisar a atuação do Estado como fomentador dos processos de mudanças na agricultura nordestina e sergipana, bem como, na produção do espaço, por meio de políticas agrícolas que ofereciam melhorias para o campo.

Diversas leituras se fizeram essenciais para a estruturação dessa pesquisa, sobretudo, a partir de autores que abordam o campo sergipano.

Ana Virgínia Costa de Menezes, analisa o Estado e a organização do espaço semi-árido sergipano em sua tese de doutorado, defendida em 1997. A autora inicia suas análises destacando que a década de setenta foi marcada pela preocupação do Estado em estabelecer ações voltadas para os pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola. Para Menezes (1999), esse momento caracterizou-se pelo retorno do papel centralizador do Estado efetivo da formulação das políticas de desenvolvimento regional, entre elas as direcionadas á região Nordeste.

Dentre as políticas agrícolas desenvolvidas no estado de Sergipe salientamos a importância da criação do PRONESE, do PRÓ-SERTÃO e, por último, do PRONAF, para melhor compreensão das ações do capitalismo no campo sergipano financiadas pelo Estado.

A criação da Unidade de Administração do Projeto Nordeste em Sergipe (PRONESE) em 1984, pelo decreto nº 6417, ou seja, anterior ao surgimento do PRONAF, tinha o objetivo de coordenar programas especiais de desenvolvimento rural integrado.

O Projeto Nordeste teve desmembramentos, sendo um deles o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), que foi o único efetivado e que teve início através de empréstimo do Banco Mundial para as ações estaduais que deram origem aos projetos Chapéu de Couro e o projeto Campo Verde. A atuação desses programas se efetivou a partir da formação de associações que intermediariam os financiamentos, o acompanhamento para os financiamentos era feito pelo PRONESE, desde a elaboração até a organização das propostas de financiamento, bem como, o assessoramento e o apoio técnico durante o decorrer do projeto, que assim como tantos outros projetos do governo, deixou os produtores na maioria dos casos na mão, pois, a assistência técnica ocorria de forma precária.

De acordo com Santos e Loreto (2001, p. 343) o Pró-Sertão, ou Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe, firmado em 1992, por meio de um

acordo entre o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e o Governo do Estado de Sergipe, com duração prevista para sete anos, englobando os 17 municípios do estado mais suscetíveis às diversidades climáticas, tem como grupo-alvo o conjunto de famílias que não têm condições de sobrevivência, isto é, que não têm condições de atender à totalidade das necessidades de subsistência, “visando à melhoria da qualidade de vida das mesmas, por meio da inserção de fontes alternativas, para o incremento de renda familiar”.

O apoio do Projeto Pró-Sertão às atividades não agrícolas beneficiou pessoas que já desenvolviam ou pretendiam desenvolver atividades empresariais, de micro e pequeno porte, formais e informais, nos variados segmentos da produção, industrial e artesanal, do comércio e de serviços diversos (SANTOS e LORETO, 2001, p. 344).

Segundo Souza (2011), o principal objetivo do PRÓ-SERTÃO era incrementar a renda e melhorar a qualidade de vida dos que fizeram parte do projeto. No programa constam seis componentes que pressupõem o estímulo da participação ativa dos atendidos na condução do mesmo: ações que respondam adequadamente suas necessidades reais, através do apoio aos beneficiários, da redistribuição da terra, de providências quanto ao suprimento de água, do apoio ao desenvolvimento agrícola, do apoio a empreendimentos não agrícolas e crédito para melhorar a renda e o padrão de vida da população, em Sergipe esse programa teve muita atuação no município de Poço Verde.

Ana Virgínia Menezes (1999) observa que o ponto chave é compreender a atuação do Estado, como financiador e oferecedor da melhoria das condições de infraestrutura através das políticas públicas, para que se processem as mudanças na agricultura e a consequente produção do espaço.

Para tanto, segundo Menezes (1999), a partir das ideias de Bursztyn (1984), foram desenvolvidas estratégias como o sistema de crédito rural, o fortalecimento do cooperativismo e a assistência técnica e extensão rural, como ferramentas para a implantação das políticas agrícolas, sob a forma de pacotes tecnológicos específicos para cada área.

Ela destaca ainda que (idem, p. 9) que começam a aparecer a partir de então algumas transformações no espaço nordestino que vão se manifestar na estrutura fundiária, nas relações de trabalho, na estrutura produtiva e na inserção da região na divisão internacional e nacional do trabalho.

O trabalho da autora em sua tese, que foi transformada em livro no ano de 1999, procura resgatar a importância de se avaliar as intervenções do Estado na agricultura, no sentido de se identificar a característica de instabilidade e descontinuidade das intervenções e, principalmente, analisar de que forma elas contribuíram na produção do espaço (idem p. 10).

Outro autor que desenvolve uma discussão importante para a complementação das ideias inseridas nessa pesquisa é Almir Bispo, que em sua dissertação de mestrado defendida em 2000, analisou o Estado e a organização do espaço da agricultura familiar sob a ótica do PRONAF em Sergipe. Sua pesquisa evidenciou que por seu caráter classista, o Estado brasileiro sempre relegou a segundo plano a agricultura familiar e os demais segmentos subalternos da sociedade.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, lançado pelo Governo Federal em 1996, foi uma iniciativa que se sucedeu por influência de agentes externos, frente às necessidades do país, mediante a conjuntura internacional, sobretudo, nos aspectos econômicos e sociais, visando fortalecer a agricultura familiar enquanto geradora de emprego e renda, de modo que promovesse melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores. Mas o volume de dinheiro aplicado no programa foi mínimo, sobretudo se comparado ao aplicado no beneficiamento do capital. (IBID)

O programa está presente em todos os Estados através de suas quatro linhas de ação: financiamento da produção; financiamento de infraestrutura; negociação de políticas com órgãos setoriais e profissionalização e qualificação dos agricultores familiares e agentes envolvidos.

No período analisado, a atuação do PRONAF nos municípios sergipanos não foi uniforme. Os agricultores de alguns municípios se beneficiaram, de maneira que os investimentos proporcionaram alterações importantes no espaço, o mesmo não ocorrendo em outros municípios em que o critério e outras linhas de ação estiveram parcial ou completamente ausentes (BISPO, 2000).

A partir da leitura do trabalho de Bispo, foi possível refletir sobre a atuação de políticas como o PRONAF, que objetivam no discurso o fortalecimento e desenvolvimento das atividades dos camponeses. Porém, ao analisarmos o atual modelo de desenvolvimento agrário em maior desenvolvimento no país, não é difícil perceber que a situação desses

sujeitos não mascara a realidade brasileira, que privilegia, beneficia e reúne a maior parte dos seus esforços para garantir que o agronegócio se desenvolva de forma plena.

O discurso elaborado pelo governo de garantia de total apoio aos pequenos produtores é balela, pois, o próprio PRONAF mascara uma realidade sórdida de envolvimento do agricultor em empréstimos bancários no circuito do capital financeiro, que funciona para deixar o "beneficiado" cada vez mais dependente e envolvido nessa dinâmica, tornando-se assim refém das amarras do capitalismo, que por meio dessas e de várias outras ações embutidas nesses programas, se beneficiam e consegue cada vez mais espaço e ferramentas para o seu desenvolvimento desigual e combinado.

Outro aspecto importante ressaltado por Bispo é o montante de recursos financeiros investidos no PRONAF, que em comparação com o montante investido no agronegócio, por exemplo, é totalmente desproporcional, fato que contribui mais ainda para reforçar a afirmativa de que o Estado trabalha de braço dado com o capitalismo e que incansáveis serão as manobras por ele executadas para tal fim.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável.

Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

No ano de 1999³ e posteriormente no ano de 2003⁴, o PRONAF sofreu reformulações. Segundo Souza, o PRONAF foi estruturado de modo a atender diferentes grupos de

³ A partir de 1999, com o início do segundo Governo FHC, o PRONAF passou por novas reformulações. Institucionalmente, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde estava vinculado a então Secretaria de Desenvolvimento Rural, passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA substituiu o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, criado em 1995, tendo antes a condição de Secretaria de Estado. O MDA passou a abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição encarregada da política fundiária e de assentamentos da reforma agrária e, no lugar da Secretaria de Desenvolvimento Rural, foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que passou a ser o guarda-chuva institucional das diversas linhas de ação do PRONAF e demais programas ligados à agricultura familiar brasileira. (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2004, p. 6).

agricultores familiares, a partir das linhas de crédito dirigidas para os Grupos A, B, C e D, que vão desde os assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, Banco da Terra ou Cédula Rural, passando pelos colonos de projetos de assentamentos estaduais e chegando até aos pescadores artesanais, extrativistas e aquicultores. Entretanto, o

Programa como o PRONAF é responsável pelo endividamento de muitos agricultores em Sergipe, pois, vários iludidos com a falsa ideia de desenvolvimento foram levados a pegar empréstimos bancários para compra de maquinário, insumos e até aquisição de terras por meio do crédito fundiário, muitos não conseguiram retorno financeiro suficiente e acabaram se endividando, grande parte para terem seus nomes limpos de dívidas, venderam suas pequenas propriedades para saldar os débitos e sem alternativas, passaram a vender sua força de trabalho ou migrando para outras localidades em busca de formas de sobrevivência (SOUZA, 2011).

Outro autor que desenvolve uma discussão aprofundada sobre Estado, território e políticas de desenvolvimento, tão essenciais para essa discussão é Lucas Gama Lima, que em sua dissertação de mestrado defendida em 2010, analisa as políticas de (re)ordenamento territorial no estado de Sergipe e seus rebatimentos no espaço agrário do Alto Sertão Sergipano que destaca-se pelo pouco dinamismo da sua economia, baixo índice de desenvolvimento humano e uma profunda concentração de terras, evidenciando que o (re)ordenamento territorial é a tônica das políticas públicas vigentes, para assim projetar o denominado desenvolvimento via território, conforme trecho abaixo:

Dentre os benefícios insistentemente mencionados com a adoção desse novo modelo estão: retomada do investimento estatal; fortalecimento do poder decisório dos cidadãos; articulação entre os denominados atores de um determinado território e; crescimento econômico associado à elevação da qualidade de vida. O governo federal desde o ano de 2003 tem procurado dar vazão a essa proposta de desenvolvimento com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a criação de Territórios Rurais em todo o país. Em Sergipe, *pari passu* com as orientações gerais da política nacional de desenvolvimento territorial, o governo estadual desde o final de 2006 vem promovendo políticas públicas de enfoque territorial, ora convergindo, ora divergindo com as iniciativas do governo federal. (IBID, p.10).

⁴ Foi realizada uma nova reformulação institucional na SAF em 2003, no início do Governo Lula, com implicações sobre o PRONAF. No âmbito do MDA foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2004, p. 7).

Dessa forma, Lima (2010) tem como principal objetivo “despir o imponente desenvolvimento territorial, evidenciando as contradições de suas assertivas”, para o autor, essas contradições, distantes das justificativas de ordem operacional estão assentadas na totalidade expansionista do capital, onde o mesmo subsiste, essencialmente, pela ininterrupta produção de mais-valor que só pode ser assegurada com a formação de arranjos espaciais e institucionais compatíveis com seu sistema exploratório.

De acordo com o autor acima citado, a ação do Estado, através da política de desenvolvimento territorial, encontra-se intrínseca ao capital, uma vez que são dispostas áreas para sua territorialização e/ou subordinação em nome do desenvolvimento.

Traçando um paralelo entre essa análise de Lima e a expansão da produção de milho no município de Pinhão, é possível compreender como o Estado e o capitalismo, via políticas públicas para o desenvolvimento, conseguem manobrar ações que desembocam em subordinação do espaço agrário ao capital, à medida que o mesmo se territorializa determinada área em virtude de seus interesses, sendo assim, torna-se ainda mais evidente que, essas políticas públicas são na verdade políticas de ajuste, pois, a partir dos seus desdobramentos o capitalismo consegue manter sua política expansionista e controladora com o aval do Estado.

Lima (2010), evidencia que sua pesquisa "constatou a partir do conhecimento das premissas do desenvolvimento territorial e dos limites dessa política de desenvolvimento, que é possível captar nas entrelinhas da retórica escalar do desenvolvimento territorial, como o mesmo encontra-se subsumido aos desejos insaciáveis da (re)produção do capital, através da intervenção do Estado que preserva a sociabilidade reificante".

Marleide Maria Santos ao analisar os movimentos sociais, a luta de classes, os conflitos sociais, as políticas de desenvolvimento e o Estado, em sua tese de doutorado defendida em 2008, centra seus estudos na concepção de Movimentos Sociais enquanto expressão do conteúdo da divisão e das relações conflituosas entre as classes sociais, para compreender a construção da noção de Movimento Social e seus desdobramentos.

Em sua tese a autora acima citada defende que "a memória das lutas camponesas no Brasil, pontilhada de manifestações e experiências históricas, são evidências das diversas formas de reações à lógica de exploração, sob a sintonia de interesse da classe hegemônica, no poder, articulada com o Estado".

Para tanto, a autora buscou entender porquê o Sertão ter se constituído território de apropriação e convergência de interesses do capital, metamorfoseado no discurso retórico da naturalização geográfica, mas que, no concreto, se configura em programas governamentais que garantem a conformação da desigualdade social e territorial do trabalho (SANTOS SERGIO, 2008), de acordo com o trecho abaixo em destaque:

(...) a pesquisa de campo realizada no Território do Alto Sertão Sergipano comprovou como a proposta de um novo desenvolvimento rural, agora respaldada no desenvolvimento local, com enfoque no território, faz parte de uma estratégia multifacetada, formulada pelo Estado neoliberal e por seus cooperadores e aliados internacionais, para conter a insurreição dos trabalhadores rurais sem terra Engendrada no bojo das políticas de desenvolvimento para alívio da pobreza rural, o desenvolvimento territorial é organizado para neutralizar as táticas de ações diretas dos movimentos populares, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (IBID, p. 10).

A autora apresenta nesse contexto a categoria território "como instrumento de planejamento, no qual, ilusoriamente, são encontradas as soluções para os problemas da população local". E ressalta que os Movimentos Sociais enfrentam muitos o desafios, pois, classe dominante, que se camufla no discurso da gestão de participação coletiva, se utiliza desse discurso ideológico para legitimar suas ações e com o intuito de neutralizar os conflitos, acalmar as tensões no campo, garantir a conciliação e poder justificar os conflitos como ações de criminalização dos Movimentos Sociais.

A autora finaliza suas análises evidenciando que "como forma de resistência, os Movimentos Sociais procuram ampliar suas escalas de atuações, estreitar e intensificar as alianças, no sentido de assegurar e reafirmar seus princípios e sua bandeira de luta" e ressalta que cabe a geografia "a tarefa de pensar, refletir, desvelar e revelar esta realidade, permeada de contradições, no modo como o capital produz e reproduz espaços se territorializando para apresentar alternativas de possibilidades de superação para a garantia dos territórios alternativos da autonomia camponesa" (IBID, p. 10).

3.2- O avanço da agricultura no mundo e no Brasil.

Segundo Mazoyer e Roudart, a agricultura surge no mundo a partir do momento em que o homem percebe que não pode mais continuar vivendo como bicho, sendo predador de alguns animais e presa de outros, suas condições de sobrevivência precisam ser ampliadas para a conquista gradativa de sua autonomia. Sendo assim, há a necessidade de buscar novas formas de alimentação para garantir a sobrevivência dos grupos, que por sua vez, passam a se multiplicar e crescer gradativamente, demandando assim maior quantidade e diversificação de alimentos.

É evidente que todo esse processo de transformação, ou melhor, revolução, não ocorre de um dia para o outro, é necessário passar por toda uma cadeia evolutiva, tanto o homem como o meio ambiente, esses processos englobam diferentes fases de adaptação, em que o homem deixa de se alimentar apenas de animais e passa a consumir também produtos de origem vegetal que coleta nas florestas.

Ao longo do tempo, membros das comunidades dos homens catadores/coletores percebem que as sementes das espécies que consomem podem ser utilizadas para o plantio e nascimento de outras plantas da mesma espécie, que produzirá mais frutos do mesmo e que armazenar aquelas sementes é a garantia de sempre poder produzir mais alimentos para suprir suas necessidades. A partir da evolução de todo esse processo surge a agricultura, como forma de criar e aperfeiçoar técnicas de produção de espécies vegetais e também de domesticação de espécies animais, para benefícios próprios, sejam eles alimentares, de locomoção ou de trabalho.

Além das transformações do homem, muitas transformações em seu meio foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura, pois, fizeram com que o homem se habituasse a novas condições ambientais e atingisse formas de sobrevivência distintas, aliando a caça e a pesca, com a origem de novas culturas de cereais, vegetais e criação de animais, adequando o tipo de produto cultivado as condições ambientais do meio, criando e aprimorando técnicas de cultivo e manejo, para plantar de acordo com a cultura propícia para determinada região, para melhor selecionar o tipo de produto a ser cultivado, levando em consideração diversos fatores e não só respondendo a seus instintos primitivos de sobrevivência.

Com o progressivo crescimento da população mundial, é comum associar que haverá a necessidade de expandir a produção de alimentos para abastecer as necessidades alimentares da sociedade, porém, ao analisar com mais profundidade essa questão, é possível perceber que o consumo na verdade é que vem aumentando. Não produzimos alimentos de

forma insuficiente a ponto de não conseguir abastecer a população, o grande problema na questão da fome de forma geral não é a pouca produção mas sim a distribuição desigual de alimentos, em contrapartida, há um aumento do consumo cada vez mais evidente.

Segundo o demógrafo Roberto Luiz do Carmo⁵, "a ONU faz projeções desse crescimento, segundo as mais recentes, teremos 8 bilhões de habitantes em 2025, 9,3 bilhões em 2050 e 10,1 bilhões em 2100. Essas projeções mostram que a população pode crescer até o final deste século, ele afirma que mesmo com o crescimento populacional da segunda metade do Século XX, não houve uma crise significativa na produção de alimentos, houve pelo contrário, um aumento substancial nessa produção, ou seja, em nível do mercado global, existe uma produção capaz de atender a população mundial, o que não existe é acesso aos mercados por parte de alguns países".

A problemática não se resume a aumento da população ou na produção de alimentos, mas sim na distribuição e acesso aos mesmos, e que com a industrialização da agricultura e o agronegócio a todo vapor, o foco das produções mundo a fora está nas exportações e importações e a alimentação da população fica delegada aos pequenos produtores, cada vez mais expropriados e separados dos meios de produção, sendo assim, a produção agrícola torna-se ainda mais voltada para o comércio.

De acordo com a ANDEF (Associação nacional de defesa vegetal), "ainda haverá expressiva mudança de posição do Brasil no mercado mundial. A relação entre exportações brasileiras e o comércio mundial mostra que em 2018/19, as exportações de carne bovina brasileira representarão 60,6% do comércio mundial; a carne suína representará 21% do comércio, e a carne de frango deverá representar 89,7% do comércio mundial. Esses resultados indicam que o Brasil continuará a manter sua posição de primeiro exportador mundial de carne bovina e de carne de frango".

Analisando os dados acima citados, é possível perceber que a produção de milho, sobretudo no Brasil, tem como principais fatores impulsionadores do seu crescimento, o aumento do consumo de carnes e suas exportações.

⁵ Pesquisador do Núcleo de Pesquisas da População (NEPO) da Unicamp, entrevistado pela revista Galileu em 2012, na matéria intitulada "Crescimento da população não ameaça planeta, consumo sim".

Desde 1970 a produção de carne triplicou no mundo e aumentou 20% a partir de 2000, o crescimento da produção de carne é estimulado pela pecuária industrial, conforme afirma Danielle Nierenberg, pesquisadora sênior do Worldwatch Institute ⁶.

Desde o Plano Real, o aumento da renda da população brasileira cresceu cerca de 116%, a renda dos 20% mais pobres aumentou cerca de 50% e a renda dos 20% mais ricos da população aumentou 8,8%, ou seja, 25 milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza e o poder de compra da classe C ficou maior que o das classes A e B, conforme tabela abaixo:

Tabela 01: Composição das Classes de Renda

CLASSE	POPULAÇÃO EM MILHÕES DE PESSOAS	PODER AQUISITIVO %
A/B	20	44
C	96	46
D/E	74	10

Fonte: CNA, FGV, PNAD e IBGE.

Com o aumento do poder de compra de parte considerável da população, o consumo consequentemente cresce e os hábitos alimentares dessas parcelas também passam por mudanças acrescentando mais itens a alimentação e aumentando a quantidade de produtos como as carnes in natura e processadas, que passam a ser mais consumidas, sobretudo com o massivo incentivo ao consumo de proteínas por parte da "indústria da pecuária", com total apoio da mídia, demandando assim uma maior disponibilidade do produto no mercado.

A necessidade de ampliar a produção pecuária para atender o aumento do consumo interno e externo, necessariamente a agricultura e as indústrias de ração, insumos, fertilizantes, defensivos, herbicidas e combustíveis fósseis, passam a ter maior aquecimento, bem como, o consumo de água e energia também aumentam, o que ocasiona e intensifica

⁶ **Worldwatch Institute**, instituto que realiza pesquisas sobre questões ambientais. Sediado em Washington, destaca-se na promoção de uma sociedade ambientalmente sustentável, onde as necessidades humanas sejam atendidas sem ameaças à saúde da natureza. Busca atingir seus objetivos através de pesquisas interdisciplinares e apolíticas, montando cenários sobre as emergentes questões globais, usados por governos, universidades, empresas e ONG's, e divulgados através de publicações, editadas em vários idiomas.

problemas ambientais, tais como: escassez de água, compactação do solo, emissão de gases de efeito estufa, mudanças climáticas e desmatamento, aqui no Brasil, por exemplo, segundo relatório de 2010 da Worldwatch, cerca de 80 por cento das terras desmatadas na Amazônia torna-se pasto para gado, colocando em perigo a biodiversidade global e estoques de carbono.

No contexto de aumento de consumo da carne, a produção de grãos precisa também ser ampliada, visto que, a base da alimentação dos rebanhos é composta principalmente por milho, sorgo e soja fomentando então o fortalecimento e expansão do agronegócio, que por sua vez, demanda a utilização de grandes áreas, tanto para a pecuária como para a agricultura, contribuindo para o aumento na especulação do valor da terra, para a concentração da mesma e intensificação de conflitos agrários.

Analisando os aspectos acima citados, é possível perceber como ambos estão interligados e conectados ao avanço do agronegócio no mundo e no campo brasileiro, pois essa realidade não é só nossa, ela se expande por diversos países (como por exemplo a China, que vem aumentando consideravelmente o consumo de carnes) no Brasil, país com grande potencial agropecuário por conta de suas condições climáticas favoráveis, terras abundantes para o cultivo, mão-de-obra barata e mercado consumidor ativo, o cenário é perfeito para o fortalecimento desses setores e de toda sua cadeia produtiva, visto que, o agronegócio funciona a partir de uma teia de multirelações "antes e depois da porteira" sendo possível traçar um esquema linear para demonstrar essas ações:

Mudanças no poder de compra das classes econômicas – aumento do consumo de alimentos, sobretudo o de carnes – aumento da produção agrícola para atender as necessidades alimentares da população - aumento da produção pecuária – aumento da produção de grãos para alimentar os rebanhos – maior necessidade de terra disponível – intensificação de problemas agrários - aquecimento das indústrias que dão suporte a agropecuária (insumos, fertilizantes, pesticidas, herbicidas, rações, tecnologia aplicada ao campo, maquinário, combustíveis fósseis...) - estruturação e fortalecimento da indústria de carnes e seus derivados – maior uso de recursos naturais - intensificação de problemas ambientais.

Tais aspectos são, portanto importantes vieses de análise da expansão e aumento da produção de milho no país, a partir da análise dos mesmos essa pesquisa se estrutura para analisar as interfaces dessa produção e os rebatimentos da mesma para a população e para o espaço agrário e urbano do município de Pinhão.

Apesar de o Brasil apresentar nos próximos anos forte aumento das exportações, o mercado interno será um forte fator de crescimento. Do aumento previsto nos próximos onze anos na produção de soja e milho, 52% deverão ser destinados ao consumo interno, distribuídos da seguinte forma: 57,9% do aumento da produção de milho devem ir para o mercado interno em 2018/19, e 44,9% do aumento da produção de soja deverá ir para o consumo interno. Haverá, assim, uma dupla pressão sobre o aumento da produção nacional, o crescimento do mercado interno e as exportações do país. (WITZKE, 2011).

O Brasil atualmente é um grande produtor de milho a nível mundial, a produção do cereal cresceu consideravelmente nos últimos dez anos, as estimativas para o futuro preveem ampliação para a produção, tanto em área plantada quanto na produtividade, conforme tabela abaixo:

Tabela 02 – Produção brasileira de milho.

<u>SAFRA/ANO</u>	<u>MILHÕES DE TONELADAS</u>
Safra 2002/2003	42,1
Safra 2004/2005	34,9
Safra 2006/2007	51
Safra 2007/2008	58,7
Safra 2008/2009	50,3
Safra 2009/2010	54,37
Safra 2010/2011	57,51
Safra 2011/2012	72,77
Safra 2012/2013	81,34

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantamentos das safras agrícolas brasileiras (formatação: Marina Feitosa, 2014).

O crescimento da indústria alimentícia e da pecuária e o uso do milho para a produção do etanol são também possíveis fatores contribuintes para a expansão da referida produção, além do apoio da mecanização e do avanço da tecnologia na agricultura, que tem contribuído para o melhoramento da produção, garantindo o fortalecimento da cultura e a inserção do agronegócio nesse cenário.

No contexto de aumento da produção agrícola, inserção de mecanização no campo e modernização da agricultura, é necessário discutir como esse pacote tecnológico de desenvolvimento denominado "Revolução Verde" surge no espaço agrário.

Segundo Carolina Octaviano (2010), conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos, conforme afirma José Maria Gusman Ferraz⁷.

Já para Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, porém, para se chegar ao atual estágio, exigiu-se toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento. Para tanto, faz-se necessário compreender em qual contexto se vivia, para então desvendar os reais objetivos do processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, os impactos provocados por ela, no espaço nacional.

Para Zamberlam e Fronchet (2001) “Revolução verde – um jeito capitalista de dominar a agricultura.”

A Revolução Verde não foi apenas um avanço tecnológico para aumentar a produtividade no campo, existe uma série de intencionalidades por trás do discurso de modernização da agricultura e todo um processo histórico que precisa ser analisado para entender os reais impulsionadores dessa revolução.

Neste sentido, é imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, ainda de acordo com Carolina, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde.

A autora ressalta que antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockfeller⁸ e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução

⁷ Pós-doutorando em agroecologia pela Universidade de Córdoba, na Espanha, e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

⁸ O grupo de empresas e indústrias de vários ramos, desde bancos, pesquisas científicas e tecnológicas a indústria petrolífera, patrocinou projetos em determinados países criteriosamente selecionados, as nações escolhidas foram: México, Filipinas, Estados Unidos e em menores proporções, o Brasil

do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas (ROSA, 1998), dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial.

Com o fim da Guerra, muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas (ROSA, 1998). Não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde, a base técnica só se complementou quando se reuniram todas estas inovações técnicas, dando origem aos pacotes tecnológicos, segundo Carolina Octaviano.

Andrades e Ganimi ressaltam que ao término da Segunda Guerra Mundial, inicia-se um outro período de tensões no mundo, a Guerra Fria, marcado pela bipolaridade. Nesse novo contexto, duas superpotências disputam, ideológica e economicamente, a hegemonia do mundo. De um lado, a União Soviética, liderando o bloco socialista e do outro, os Estados Unidos, no comando do bloco capitalista. Os demais países, a partir desse cenário, deveriam se alinhar, ou seja, apoiar uma dessas superpotências, o que significava, concomitantemente, opor-se à outra, contudo, aqueles países que optaram por não se alinharem ao bloco capitalista denominado de Primeiro Mundo ou ao bloco socialista (Segundo Mundo) formaram o grupo dos países não-alinhados e ficaram conhecidos como países do Terceiro Mundo.

Para os autores acima citados, é importante ressaltar que tanto os Estados Unidos como a União Soviética já tinham, historicamente, conquistado suas áreas de influência. Por exemplo: do lado dos EUA, o continente americano; e do lado da URSS, o leste europeu, no entanto, para mantê-las e também conquistar outras áreas, era preciso fazer investimentos.

Buscava-se, desse modo, que uma superpotência não perdesse o domínio de um determinado país para a outra. É neste imbricado cenário geopolítico que a ideia para implantação da Revolução Verde vai ter argumentação política, social e econômica. Um forte argumento é o de exterminar a fome no mundo.

Essa implantação inicialmente foi financiada pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque, que utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos

para acabar com a fome no mundo, expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México.

De acordo com Ferraz, essa revolução foi introduzida no Brasil na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada.

Um dos impactos marcantes dessa modernização do setor está na incidência de monoculturas com plantas híbridas, com grande uso de agrotóxicos, adubos, intensa mecanização e na alteração genética dos alimentos, o que é bastante questionado em debates sobre segurança alimentar.

Essa necessidade de insumos é decorrente da não valorização da biodiversidade funcional nos agroecossistemas, caracterizando-se por ser um pacote tecnológico desenvolvido para a produção em larga escala, em grandes monoculturas.

No contexto em que foi introduzida, a Revolução Verde, foram criadas diversas políticas públicas para serem adotadas em um novo modelo de agricultura, como por exemplo: o crédito atrelado a compra de insumos, agrotóxicos e adubos, a criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais (EMBRAPA) para dar suporte a esse novo modelo, bem como, treinamento de professores de faculdades, técnicos agrícolas e profissionais da agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor, conforme pode ser verificado no trecho abaixo:

Na década de 1970, a agricultura se intensificava no Brasil. O crescimento acelerado da população e da renda per capita, e a abertura para o mercado externo mostravam que, sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores. O então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, constituiu um grupo de trabalho para definir objetivos e funções da pesquisa agropecuária, identificar limitações, sugerir providências, indicar fontes e formas de financiamento, e propor legislação adequada para assegurar a dinamização desses trabalhos. **Em 7 de dezembro de 1972**, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir **empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, vinculada ao Ministério da Agricultura. (EMBRAPA, julho de 2012, disponível em:

Com a criação da EMBRAPA no Brasil, as pesquisas em torno de técnicas de produção, cruzamento e modificações genéticas de espécies, manejo dos solos e demais aspectos relativos ao melhoramento e técnicas de resistência e maior produtividade de cultivos agrícolas, ganha impulsionamento e se materializa no campo brasileiro.

As sementes modificadas e desenvolvidas nos laboratórios possuem alta resistência a diferentes tipos de pragas e doenças, seu plantio, aliado à utilização de agrotóxicos, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas, aumenta significativamente a produção agrícola, e foi também esse discurso que contribuiu significativamente para a expansão do pacote tecnológico oferecido pela revolução verde.

A mesma proporcionou a introdução de tecnologias que atingem maior eficiência na produção agrícola, aumentando significativamente à produção de alimentos, entretanto, a fome mundial não foi solucionada, contrariando o discurso humanitário de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome nos países em desenvolvimento e trouxe consigo mais ônus do que bônus para o meio ambiente.

A nível mundial houve de fato um aumento extraordinário na produção de alimentos, no com a utilização de novas técnicas trazidas pelos pacotes tecnológicos difundidos, porém, toda mudança traz consigo um preço, e os efeitos causados pela "milagrosa revolução", foram devastadores em diversos aspectos, tais como:

Segundo Moreira (2000) a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos, o assoreamento de rios, o empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural, esvaziamento do campo, sobreexploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade, se concretizam como efeitos nocivos da revolução verde para o meio ambiente e para a sociedade.

No espaço rural, esta produção industrial adquiriu a forma dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e, no Brasil, assumiu – marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes (Moreira, 1999b: 9-81).

A modernização no campo alterou a estrutura agrária, onde os grandes proprietários detentores de capital se adaptaram a essas novas formas de produção, equipando-se ao extremo e triplicando sua produção, já os pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas, não atingiram produtividade suficiente para competir com grandes empresas agrícolas e se endividaram com empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades, tendo como única forma de pagamento a venda da propriedade para outros produtores, além do surgimento de diversos problemas ambientais e de saúde, pois, com o uso de produtos químicos pesados e agressivos, tanto os recursos naturais como a população vem sofrendo efeitos danosos a sua sobrevivência.

Considerando que a modernização da agricultura no Brasil colaborou para uma ampliação da produção e da produtividade, esse processo denominado de expansão capitalista no campo brasileiro, que vai dos anos de 1960 a 1980, não resultou em desenvolvimento social, especialmente para aqueles trabalhadores da terra.

A modernização do espaço agrário no Brasil colaborou para a concentração de terras, para a expropriação de muitos camponeses e para o aumento da sujeição dos pequenos produtores à lógica do mercado. Ao mesmo tempo, foi responsável pelo fortalecimento das lutas dos pequenos produtores para se manterem na terra.

Para Moacir Palmeira (1989), essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora".

Oliveira (1994) enfatiza que a industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, mostra o lado contraditório do capitalismo unificando agora o que ele mesmo separou no início do seu desenvolvimento, a indústria e a agricultura.

É nesse cenário que surge então o agronegócio, como a própria materialização do modo de produção capitalista agrária a partir da "territorialização do capital" e a "monopolização do território". Fabrini define como "territorialização do capital" a expansão do capitalismo no campo, a expropriação camponesa e a concentração de terra que acarretam a "monopolização do território".

O agronegócio no Brasil ganha fôlego nos governos de Fernando Henrique Cardoso com o incentivo à produção de grãos. Esse incentivo foi ampliado no governo de Lula (2004-2007) a partir da aliança entre Estado e agroindústria. No Brasil, com o descaso a reforma da estrutura agrária em prol da consolidação de empresas alimentícias a nível mundial, o cultivo da soja, cana-de-açúcar e milho destinados à produção do biodiesel roubam também o cenário e ganham o espaço agrário.

Nos últimos anos foi possível observar no espaço agrário sergipano, um crescimento acelerado da produção de milho, até então, o cereal era cultivado em vários municípios mas, consorciado com outras culturas, como o feijão, abóbora, amendoim, tendo pouco destaque produtivo, utilizado para abastecer essencialmente os rebanhos e uma pouca escoação para indústrias de rações e alimentícias, porém, na última década o cultivo do milho no estado tem tomado proporções cada vez maiores e esse aumento de produção tem fatores impulsionadores importantes, sobretudo porque junto a essa expansão, efeitos negativos podem ser observados nos municípios produtores do grão.

3.3- A expansão da cultura do milho: fenômeno recente e seus rebatimentos

O milho, também chamado de abati, auati e avati, é um conhecido cereal, cultivado em grande parte do mundo. Todas as evidências científicas levam a crer que seja uma planta de origem mexicana, já que a sua domesticação começou 7.500 a 12.000 anos atrás na área central da Mesoamérica (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Segundo Scremin e Kemerich (2010), o milho é um cereal cultivado em grande parte do mundo. O maior produtor mundial é os Estados Unidos. No Brasil, que também é um grande produtor e exportador, os estados de São Paulo e Paraná são os líderes de produção. O cereal é muito utilizado como alimento humano ou ração animal, devido às suas qualidades nutricionais.

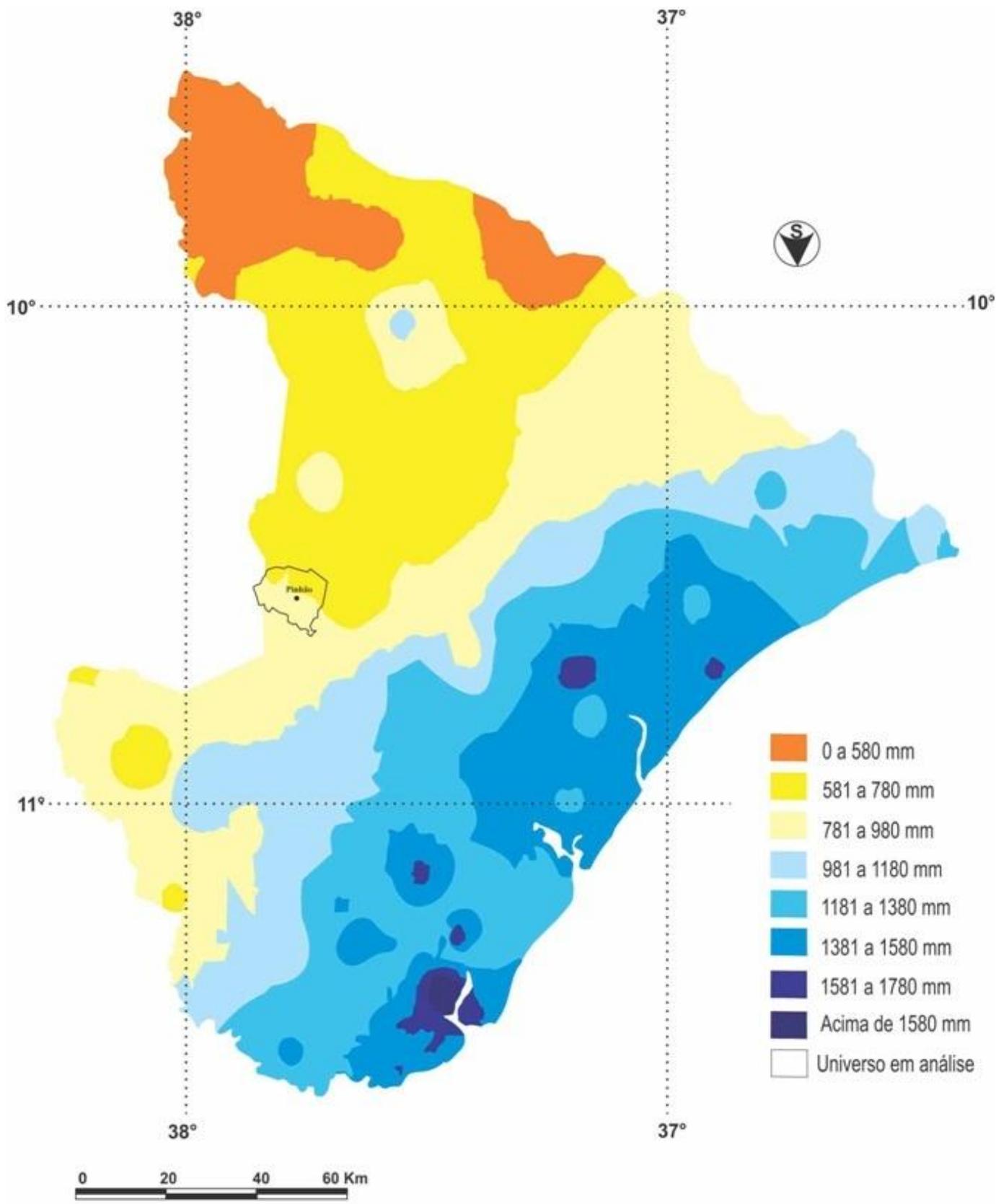
É uma planta de origem americana, já que aí era cultivada desde o período pré-colombiano e um dos alimentos mais nutritivos que existem, contendo quase todos os aminoácidos conhecidos. Possui grande potencial produtivo com respostas à aplicação de tecnologias e seu cultivo geralmente é mecanizado, se beneficiando muito de técnicas modernas de semeadura e colheita.

O milho é um dos alimentos mais nutritivos que existem, contendo quase todos os aminoácidos conhecidos. É muito utilizado como alimentação para humanos e animais devido às suas boas qualidades nutricionais, contém um alto teor de carboidratos, além de ser energético (cada 100 gramas de milho possui cerca de 100 calorias).

Possui vitaminas E, A e B1, além de sais minerais (fósforo, cálcio e potássio) no Brasil, entretanto pode ser cultivado em regiões onde as precipitações variam de 580 mm até mais de 1580 mm anuais, conforme o mapa 01, sendo que a quantidade de água consumida pela planta, durante seu ciclo está em torno de 600mm. Nos Estados Unidos tem sido usado para a produção de biocombustível.

É um dos mais importantes produtos do setor agrícola no Brasil, onde a safra se desenvolve entre os meses de dezembro a abril. É importante tanto por ser uma cultura anual como também no relacionamento que essa cultura tem na produção agropecuária brasileira, pela sua versatilidade de uso, pelos desdobramentos de produção animal e pelo aspecto social. Elemento básico para a ração animal, além de um papel importante na alimentação humana, o milho vinha tendo no Brasil um papel de coadjuvante de outras culturas.

Dentre os cereais cultivados no Brasil, o milho é o mais expressivo, com cerca de 54,37 milhões de toneladas de grãos produzidos, em uma área de aproximadamente 12,93 milhões de hectares (CONAB, 2010), referentes a duas safras: normal e safrinha.



Fonte: Lima e Fonseca, 1998
 Digitalização: José Hunaldo Lima

Mapa 01: Média anual da precipitação pluviométrica, estado de Sergipe, 2014

Por suas características fisiológicas, a cultura do milho tem alto potencial produtivo, já tendo sido obtida no Brasil produtividade superior a 16 t.ha⁻¹, em concursos de produtividade de milho conduzidos por órgãos de assistência técnica e extensão rural e por empresas produtoras de semente.

No entanto, o nível médio nacional de produtividade é muito baixo, cerca de 4.417 kg/ha⁻¹ na safra e 4.045 kg.ha⁻¹ na safrinha, demonstrando que os diferentes sistemas de produção de milho deverão ser ainda bastante aprimorados para se obter aumento na produtividade e na rentabilidade que a cultura pode proporcionar (EMBRAPA, 2010).

Segundo dados da EMBRAPA, o período de crescimento e desenvolvimento do milho é limitado pela água, temperatura e radiação solar ou luminosidade. A cultura do milho necessita que os índices dos fatores climáticos, especialmente a temperatura, a precipitação pluviométrica e o fotoperíodo, atinjam níveis considerados ótimos, para que o seu potencial genético de produção se expresse ao máximo.

A temperatura possui uma relação complexa com o desempenho da cultura, uma vez que a condição ótima varia com os diferentes estádios de crescimento e desenvolvimento da planta. A temperatura ideal para o desenvolvimento do milho, da emergência à floração, está compreendida entre 24 e 30°C.

Comparando-se temperaturas médias diurnas de 25°C, 21°C e 18°C, verificou-se que o milho obteve maior produção de matéria seca e maior rendimento de grãos na temperatura de 21°C. A queda do rendimento sob temperaturas elevadas se deve ao curto período de tempo de enchimento de grãos, em virtude da diminuição do ciclo da planta (Embrapa 2010).

A planta de milho precisa acumular quantidades distintas de energia ou simplesmente unidades calóricas necessárias a cada etapa de crescimento e desenvolvimento.

A unidade calórica é obtida através da soma térmica necessária para cada etapa do ciclo da planta, desde o plantio até o florescimento masculino. O somatório térmico é calculado através das temperaturas máximas e mínimas diárias, sendo 30°C e 10°C, respectivamente, as temperaturas referenciais para o cálculo. Com relação ao ciclo, as cultivares são classificadas pelas empresas produtoras de sementes em normais ou tardias, semiprecoces, precoces e superprecoces (EMBRAPA, 2010).

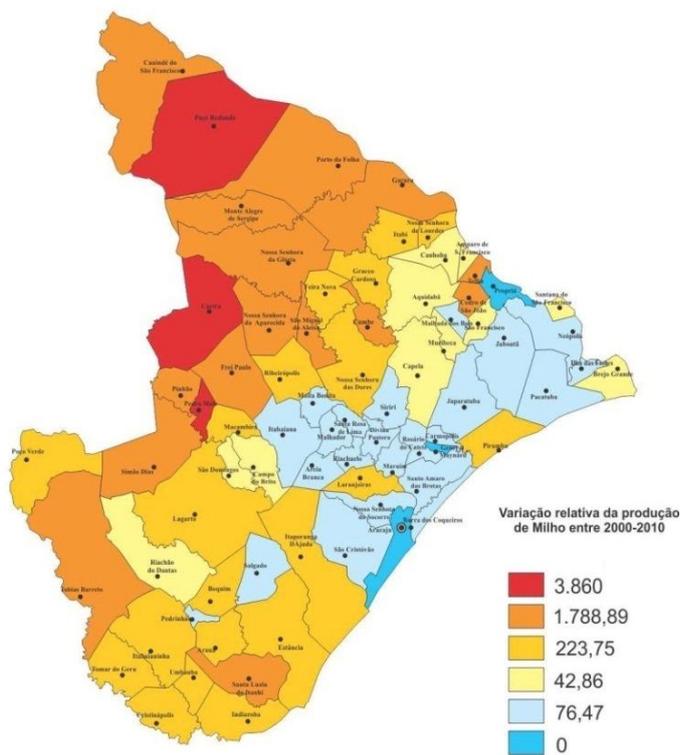
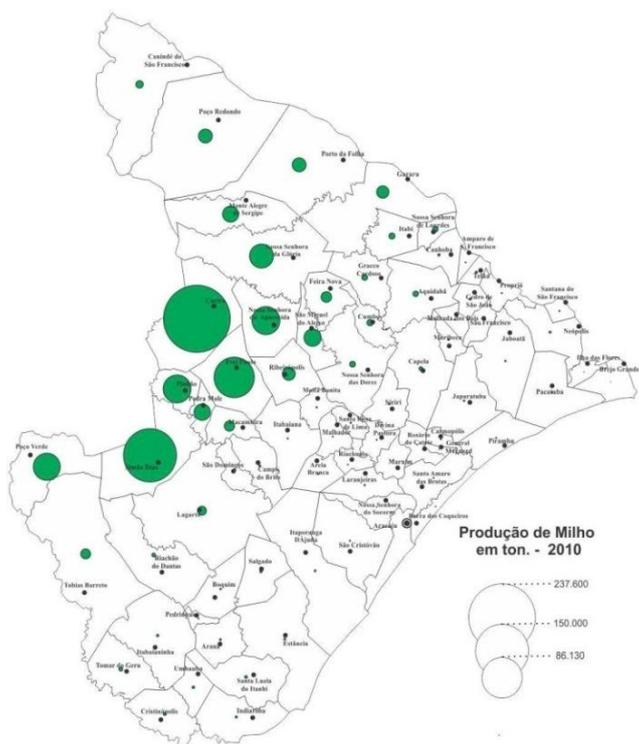
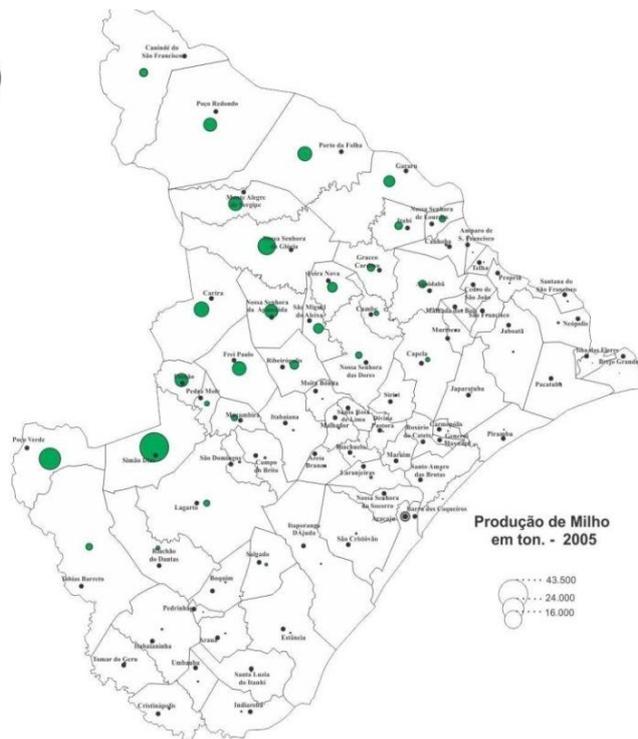
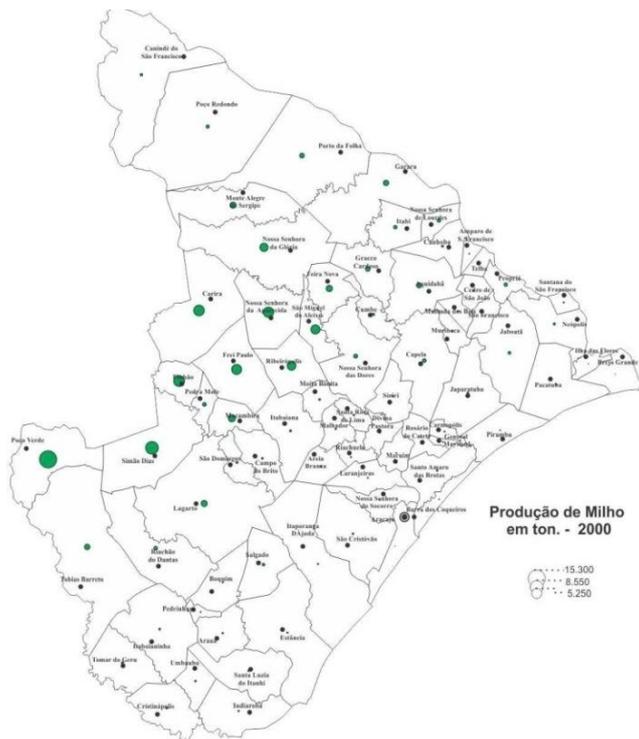
Há décadas, o milho era plantado junto com o café ou cultivado apenas para atender a necessidades de subsistência de pequenos produtores. Mais recentemente, com o avanço da avicultura, o milho passou a ser uma opção para os produtores de soja no inverno, dando origem à conhecida safrinha, que hoje cresce de importância a cada ano agrícola.

Um dos fenômenos recentes mais significativos na trajetória da economia agrícola sergipana foi a forte expansão da cultura do milho (LACERDA, 2011). Em 2007, o valor da produção do milho superou o da cana-de-açúcar, e, no ano seguinte, ultrapassou o da, até então, principal cultura agrícola de Sergipe, a produção de laranja.

Diferentemente da tradicional cana-de-açúcar, enraizada nas terras mais úmidas do Leste Sergipano, e da laranja, cultivada nas áreas valorizadas da chamada região Centro-Sul, o cultivo do milho se desenvolve tipicamente nas áreas do semiárido sergipano, tendo o município de Carira como epicentro.

De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal de 2010, realizada e publicada pelo IBGE, foi possível confirmar a trajetória ascendente da cultura do milho em Sergipe, observe a prancha 01. Em 2010, pela primeira vez, a produção do milho no Estado alcançou um milhão de toneladas, quando no ano de 2000 não atingia 100 mil toneladas.

Em meados de 2000, antes da expansão recente, o milho dividia com o feijão e a mandioca a primazia do cultivo da agricultura familiar. Os municípios de maior produção se concentravam na região do sudoeste sergipano, com destaque para Simão Dias e Poço Verde, ainda que também fosse intensamente cultivado em quase todo o semiárido. O terceiro maior produtor era o município de Pinhão, seguido de Carira, Nossa Senhora de Aparecida e Frei Paulo, na área mais central, em termos latitudinais, do semiárido sergipano (LACERDA, 2011).



Fonte: IBGE - Censos Agropecuário, contagem municipal, 2000-2010
 Elaboração: José Hunaldo Lima

Prancha 01: Produção de milho, 2000-2010, Estado de Sergipe, 2014.

Analisando o gráfico abaixo da pesquisa de Lacerda (2011), é possível perceber que os resultados alcançados pela cultura do milho em Sergipe cresceram 1.114% entre 2000 e 2010, sendo multiplicado por doze, enquanto o crescimento no Nordeste atingiu 51% e na média do Brasil, 72%. Em 2010, o valor da produção sergipana de milho alcançou a quantia de R\$ 335,3 milhões, superando os R\$ 222,9 milhões da laranja e os R\$ 188 milhões da cana-de-açúcar.

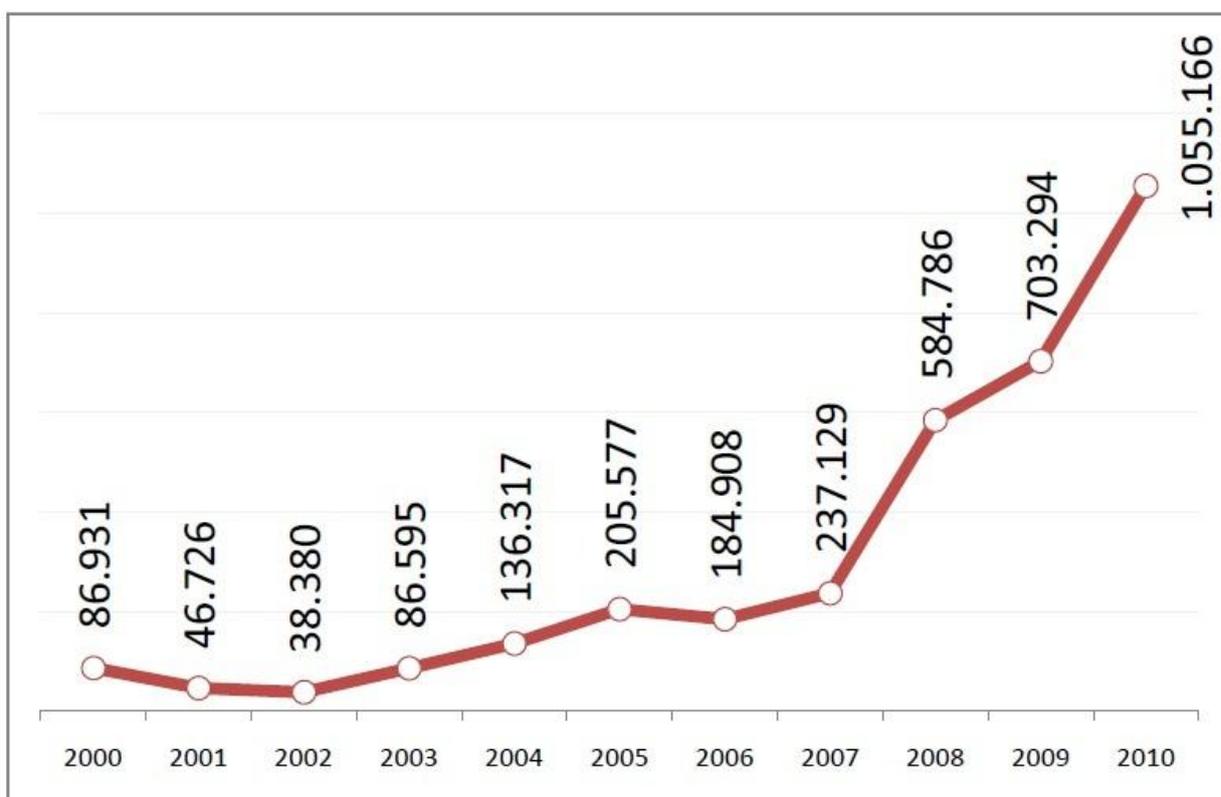


Gráfico 02: Produção sergipana de milho (toneladas)
Fonte: IBGE- Pesquisa Agrícola Municipal, (Lacerda, 2011).

De acordo com esse autor, o cultivo de milho apresentou notável crescimento ao longo da década de 2000, impulsionado pelos preços favoráveis e pelo crescimento do mercado nordestino de ração para avicultura, não apenas nas áreas mais tradicionais, como vem se expandindo territorialmente com destacado ritmo em direção ao norte e ao nordeste do semiárido sergipano, se espraiando, a partir de Carira, para os municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Gararu, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Itabi, Porto da Folha, Feira Nova e Nossa Senhora de Lourdes.

Em 2000, Sergipe respondia por apenas 2,9% da produção nordestina de milho, frente aos 23,9%, de 2010, quase $\frac{1}{4}$ da produção regional, atrás apenas da Bahia. Ainda que sua produção não seja muito expressiva no âmbito nacional, em virtude da limitação do tamanho do território estadual, a cultura do milho em Sergipe vem se expandindo a taxas extraordinárias, com o que tem se tornado a principal atividade agrícola para um grande número de municípios do semiárido e principal fonte de sobrevivência de um contingente expressivo da população rural (LACERDA, 2011, p. 3).

Esse cenário de expansão da produção do milho no estado de Sergipe, sobretudo, em municípios localizados no semiárido, demonstra que com o aquecimento da pecuária e da criação de aves, que tem como base para a alimentação dos animais, o milho, configura-se como um dos principais fatores contribuintes para a ampliação da produção do grão, sobretudo, em virtude das condições naturais favoráveis para o plantio no estado, bem como, a inserção de Sergipe na cadeia produtiva do mesmo, que além da alimentação para animais, como já fora mencionado, é elemento base para a produção de outros produtos que compõem a alimentação dos brasileiros.

Dessa maneira, o milho tem papel fundamental na indústria alimentícia que está sempre em ritmo acelerado, por produzir produtos de primeira necessidade e, portanto, indispensáveis.

Além dessas finalidades, o milho vem sendo utilizado também para a produção de biodiesel, o que amplia ainda mais o leque de utilidades desse produto, justificando em parte a expansão de sua produção e os bônus e ônus trazidos consigo, revelando que mesmo diante da aparente prosperidade que o cultivo vem “proporcionando” nos municípios, sobretudo, os menores do interior de Sergipe, esses “benefícios” chegam arraigados de “desenvolvimento mascarado” de expropriação, apropriação, exploração, entre outros efeitos negativos, que quando somados as mazelas sociais já existentes e persistentes na maioria desses municípios, causam efeitos danosos a parcela mais pobre da população e ao camponês.

Esse, ao não conseguir competir com a concorrência do mercado e da alta produtividade, alta mecanização e uso de tecnologia, empregados de forma cada vez mais intensa em áreas em que a produção do milho vem alcançando destaque pela configuração do agronegócio, tem sua condição de reprodução ainda mais dificultada.

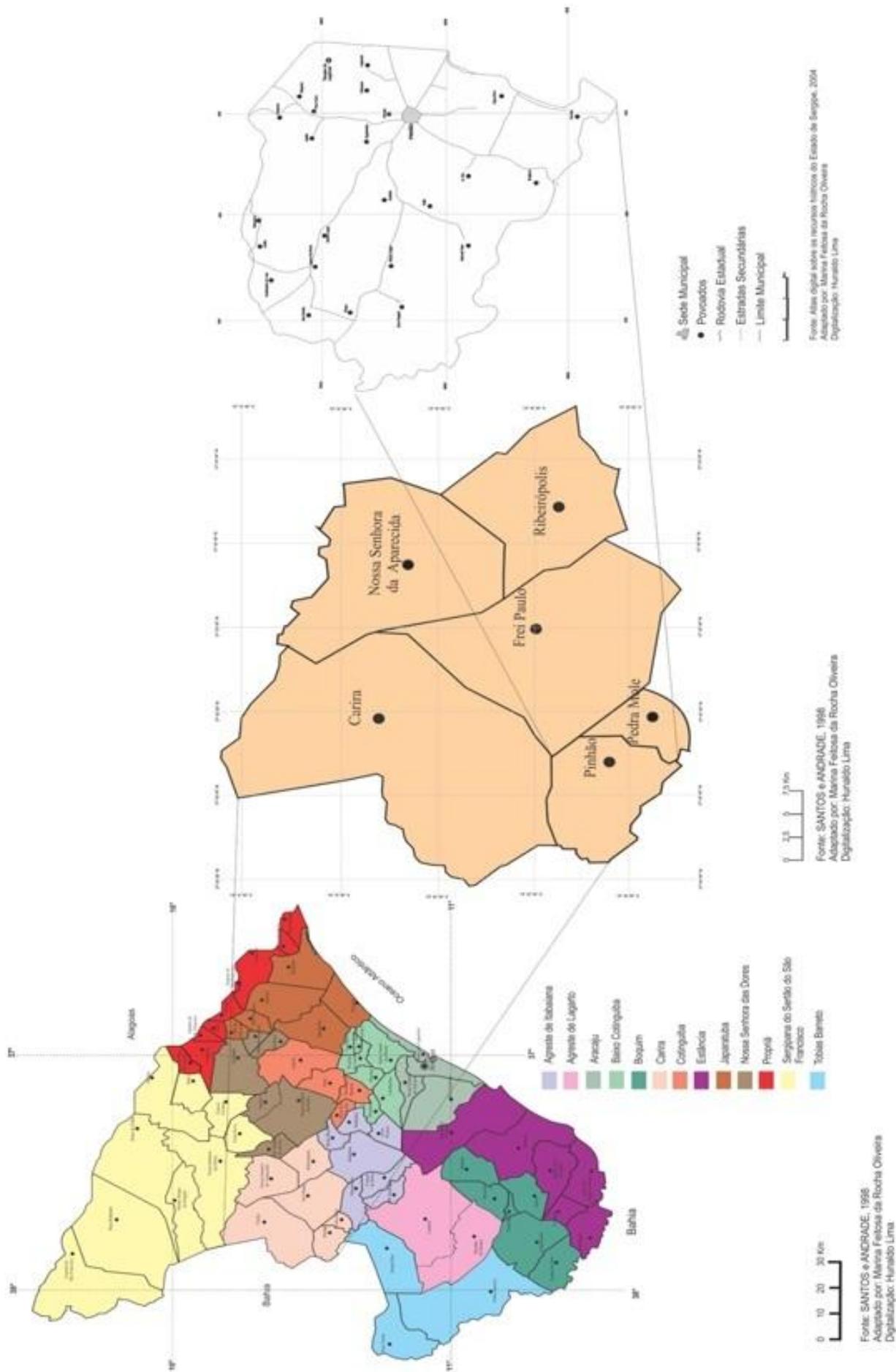
3.4- Dos rebatimentos socioambientais da produção do milho

A produção de milho, assim como outras atividades agropecuárias, produzem efeitos colaterais ao meio ambiente, por meio da utilização de mecanização e técnicas invasivas no uso de herbicidas, defensivos e insumos em seu manejo. Efeitos como: impacto visual, degradação do ambiente, contaminação do solo, perda de sua qualidade, contaminação de corpos d'água e contaminação do ar, têm gerado inúmeros problemas ambientais nas áreas afetadas, bem como, atingem diretamente a população.

Para compreender esses rebatimentos em Sergipe, escolhemos como área de pesquisa a leitura da produção do espaço agrário do município de Pinhão/SE, sobretudo, por que os desdobramentos da expansão do milho tem alterado toda a dinâmica do município. Dessa forma, nosso interesse é demonstrar os aspectos relativos a estrutura fundiária, a circulação econômica, a expansão do comércio, ao crescimento populacional, movimentos migratórios e os demais aspectos afetados pelo crescimento e fortalecimento dessa produção.

Nas pesquisas com foco na produção do espaço é de suma importância a observação em campo para perceber com mais clareza como se materializam as ações e as relações. O recorte espacial estudado compreende o município de Pinhão, situado na porção oeste do estado de Sergipe. A realização de trabalhos de campo, imprescindível para o levantamento de informações, coleta de dados e contato com a população foi realizada nesse município.

O município de Pinhão está localizado no extremo oeste do Estado de Sergipe, limita-se com o município de Carira a norte; Frei Paulo e Pedra Mole a leste; Simão Dias a sul e o estado da Bahia a oeste. A área municipal de acordo com dados do IBGE (2013) é de 155,886 km², população de 6.318 hab., a sede do município tem uma altitude de 258 metros. O acesso a partir de Aracaju, é feito pelas rodovias BR-101, BR-235, e SE-302, num percurso total de 80,7 km.



Mapa 02: Localização do estudo em análise, Estado de Sergipe, microrregião de Carira e município de Pinhão, 2014

As coordenadas geográficas são 10°33'50" de latitude sul e 37°43'25" de longitude oeste, o município está inserido na Mesorregião do Sertão sergipano e Microrregião de Carira, com um clima do tipo semiárido , temperatura média anual de 24oC, precipitação pluviométrica média no ano de 800mm e período chuvoso de março a agosto e está inserido na bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, sendo esta a principal drenagem.

O relevo é de superfície pediplanada e dissecada, com formas de colinas e tabuleiros, com aprofundamento de drenagem de muito fraca a fraca. Os solos, como se pode observar no mapa 2, são Litólicos Eutróficos, Cambisol, Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico, com uma vegetação de Capoeira e Caatinga. (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

Essa caracterização contribui para compreendermos a dinâmica edafoclimática e sua importância para a produção do espaço. O espaço que é apropriado pelo capital para os seus interesses de produção. Mesmo quando as áreas não parecem propícias, o apoio do Estado na garantia da reprodução de taxas de lucros para os investidores, se realiza e é oportuno.

3.5 - Pinhão: a terra do milho.



Figura 01: Rodovia que dá acesso ao município de Pinhão, margeada pela lavoura de milho.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 02: Portal na entrada do município de Pinhão.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Ao chegar ao município de Pinhão, não é difícil perceber que a cidade tem como principal cultivo agrícola o milho, o portal que recepciona os visitantes na entrada da cidade deixa bem claro que essa é a terra do milho.

Mesmo considerado por muitos como uma "riqueza que se planta", a produção de milho no município é monopolizada por grandes proprietários, empresários rurais que detém quase que a totalidade das terras férteis municipais, bem como, possuem propriedades em outros municípios circunvizinhos e em outros estados também.

Essa característica demonstra o caráter excludente dessa produção, nos moldes em que vem sendo desenvolvida, não só no município de Pinhão, mas Brasil afora. Nesse contexto de alta produção voltada para atender a indústria, não há espaço para pequenos produtores, esses são tão cercados pelas grandes fazendas produtoras, que acabam sendo absorvidos pelo agronegócio, tornando-se reféns de suas demandas.

A pesquisa de campo foi de suma importância para confirmar várias suspeitas que ao longo da pesquisa foram surgindo, a medida em que os questionamentos foram sendo

levantados e a pesquisa de campo sendo realizada, muitos paralelos puderam ser traçados e muitas realidades foram desvendadas.

Nessa trajetória, ficou evidente o quanto comparar as teorias analisadas com a realidade do objeto de estudo é tão importante, pois, é nesse momento que o pesquisador pode tirar "a prova dos nove" do que vem pesquisando, descobrindo novos fatos, confirmando suspeitas e surpreendendo-se com a realidade encontrada. A riqueza de informações colhidas no campo é fonte imprescindível para qualquer estudo/pesquisa, são imensuráveis os elementos presentes in loco e é importante ressaltar que qualquer pesquisa só toma forma quando a pesquisa de campo produz bons resultados.

Durante a realização do trabalho de campo algumas dificuldades precisaram ser contornadas para não prejudicar o andamento da pesquisa. Uma grande dificuldade foi o acesso aos maiores produtores de milho do município. Na primeira fazenda visitada (figura 03), o funcionário responsável pela propriedade não estava autorizado a prestar nenhuma informação, os dados colhidos foram muito superficiais e inclusive fotos foram proibidas de serem tiradas, só foi possível fotografar fora da propriedade (figura 04), o que não produziu imagens claras para demonstrar a realidade presenciada.



Figura 03: Fazenda visitada em pesquisa de campo.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 04: Sede da fazenda visitada em pesquisa de campo.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Segundo Scremin e Kemerich (2010), o cultivo do milho é realizado normalmente em sistema plantio direto, que consiste na dessecação das plantas invasoras com o uso de herbicida (Glifosato®), e a seguir é realizada a correção do solo com o uso de produtos químicos como a ureia e o calcário, com a utilização de uma distribuidora de calcário, acoplada a um trator.

Após essas etapas, as sementes de várias “marcas” selecionadas por tipo e classificações (figura 05) são tratadas para proteção e para obter uma melhor germinação (peletização).



Figura 05: Placas indicativas do tipos de semente.

Fonte: www.raviconstrucoes.com.br



Figura 06: Máquina distribuidora de calcário.

Fonte: www.raviconstrucoes.com.br

De acordo com os autores acima citados, em seguida, dá-se início a sementeira, que é realizada com semeadora tracionada por trator em linha para distribuição uniforme da

semente e do fertilizante no solo. Após a emergência, com o aparecimento das primeiras folhas da planta, é aplicado o inseticida para combater a *Spodoptera Frugiperda* (lagarta do cartucho), bem como, outras pragas que podem infestar e destruir a plantação, sendo a lavoura monitorada constantemente para verificar a necessidade ou não de outras aplicações. Também é aplicada ureia, em um distribuidor a lanço com equipamento tracionado e acionado pela tomada de potência do trator, quando a cultura atinge o estágio de seis folhas verdadeiras (folhas com desenvolvimento total de sua estrutura).



Figura 07: Máquina semeadora tracionada por trator.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Na fase final do ciclo das plantas é realizada a colheita com colheitadeira automotriz, que trilha o grão, armazena e em seguida descarrega no graneleiro acoplado a um trator que transporta a produção para fora da lavoura (IBID, p. 8).

Durante o trabalho de campo fotografamos as máquinas: trator para colheita, colheitadeira e colheitadeira com graneleiro acoplado, que dão a dimensão do processo de modernização e tecnificação por que passa a atividade de produção do milho no município de Pinhão/Se. Observe a seguir as figuras 08, 09 e 10.



Figura 08: Trator para colheita.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 09: Colheitadeira.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 10: Máquina colheitadeira com graneleiro acoplado.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

A produção de milho, assim como as diversas culturas, pode ocasionar diversos danos ambientais a área em que são produzidos, a forma como as culturas são produzidas é o fator chave para o desenvolvimento de diversas problemáticas ambientais. Com o advento da revolução verde e a inserção de tecnologia no campo, tem-se utilizado cada vez mais produtos com substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e ao homem, bem como técnicas agrícolas muito agressivas e que ocasionam diversas consequências negativas.

De forma generalizada, tanto trabalhadores rurais envolvidos na lavoura, como a população que consome alimentos contaminados por substâncias tóxicas, até as atividades agrícolas sofrem com impactos ambientais, dos mais variados tipos e magnitudes.

Impactos ambientais como: degradação do solo, perda de camadas superficiais do solo ricas em minerais e elementos naturais nutritivos, erosão, compactação do solo, contaminação de corpos d'água, eliminação de vegetação nativa, desertificação do solo, poluição aérea, contaminação do solo por produtos químicos, desequilíbrio ecológico, entre outros impactos.

Segundo Richart (2005) Alakukku e Elomen (1994) afirmam que a compactação do solo tem se destacado em nível mundial como sendo um dos fatores limitantes da qualidade

física das terras agrícolas, prejudicando a obtenção de maiores índices de produtividade. Canillas e Salokhe (2002) apontam a compactação dos solos como sendo um dos principais causadores da degradação dos solos agrícolas.

Por outro lado, a compactação excessiva pode limitar a adsorção e/ou absorção de nutrientes, infiltração e redistribuição de água, trocas gasosas e desenvolvimento do sistema radicular, resultando em decréscimo da produção, aumento da erosão e da potência necessária para o preparo do solo (BICKI; SIEMENS, 1991; SOANE, 1990).

Em solos compactados, o desenvolvimento das plantas é menor e isto tem sido atribuído ao impedimento mecânico ao crescimento radicular, o qual resulta em menor volume de solo explorado, menor absorção de água e nutrientes e, conseqüentemente, menor produção das culturas (RICHART, 2005, p. 323).

De acordo com STEFFENI (2011) o processo produtivo agrícola tem ocasionado um aumento na utilização de agrotóxicos, tais como inseticidas, fungicidas e herbicidas, buscando o controle de insetos pragas, doenças e plantas invasoras que, inevitavelmente, causam danos econômicos nas lavouras. Além do princípio ativo tóxico, muitos destes produtos apresentam elementos ou compostos potencialmente poluidores, como metais pesados, surfactantes, emulsificantes, entre outros.

A autora afirma que o acúmulo de resíduos de agrotóxicos no solo ocorre nas camadas superficiais, as quais abrigam uma vasta biodiversidade de organismos responsáveis pela ciclagem de nutrientes e das quais as plantas retiram os nutrientes para o seu crescimento e desenvolvimento. Segundo a mesma,

No momento da utilização, os agrotóxicos podem ser depositados no solo por várias formas, sendo elas: 1) pela aplicação direta do produto utilizado no controle de insetos, doenças ou plantas daninhas; 2) através da utilização de água contaminada para aplicação de produtos químicos ao solo; 3) contaminação pelo contato do solo com embalagens contaminadas, depositadas indevidamente sem a realização da tríplice lavagem; 4) contaminação através da deriva de produtos aplicados sobre as culturas, principalmente quando tal aplicação é realizada via pulverização aérea; 5) deposição sobre o solo devido à volatilização e posterior precipitação, processo que pode ocorrer com algumas classes de herbicidas; e 6) pela contaminação do solo proveniente da dessecação de culturas de cobertura e sua posterior incorporação (STEFFENI, 2011, p. 16).

A erosão do solo é o processo de degradação do solo que mais claramente causa impacto em função da sua ação visivelmente devastadora, conforme demonstra figura abaixo.



Figura 11: Erosão do solo pela atividade agrícola.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

No entanto, os impactos causados pela degradação química do solo são tão importantes quanto os impactos causados pela erosão, mas poucas vezes são notados em um curto espaço de tempo, vindo a se manifestar ao longo de um histórico de utilização e deposição de produtos químicos (idem).



Figura 12: Desertificação do solo.
Fonte: www.apremavi.org.br

Uma técnica muito nociva utilizada nas lavouras de milho no município de Pinhão, é a pulverização aérea de herbicidas e pesticidas na plantação, conforme figuras abaixo:



Figura 13: Pulverização aérea na lavoura de milho.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 14: Pulverização aérea na lavoura de milho.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Essa técnica é cara, porém eficaz, pois, além de conseguir pulverizar grandes áreas em bem menos tempo, só requer a contratação de um trabalhador, o que é bem mais vantajoso para o proprietário.

A constatação da utilização desse tipo de técnica, só reforça a presença do agronegócio em Pinhão, visto que, um camponês jamais teria condições financeiras de custear tal técnica, já os grandes proprietários, empresários agrícolas do circuito do agronegócio do milho em Pinhão, tem plenas condições financeiras de se beneficiarem dessa tecnologia.

A presença de aviões desse porte no espaço aéreo de Pinhão já é fato corriqueiro, há alguns anos essa técnica vem sendo desenvolvida no município, inclusive, foi construída uma pista de pouso de pequeno porte para tal atividade. A pulverização de herbicidas na lavoura do milho é de grande eficácia para essa cultura, porém, ao entrevistar camponeses da região, foi constatado que o lançamento desses produtos químicos altamente poluentes e agressivos, tem prejudicado o desenvolvimento de outras culturas, como a do feijão.

Um dos camponeses entrevistado, afirmou que:

Logo após a pulverização aérea de agrotóxicos no milharal próximo a sua pequena propriedade, sua plantação de feijão foi toda afetada, ele perdeu cerca de 3 tarefas de área plantada, pois, toda a plantação morreu em virtude da ação do produto, o que o fez perder todo o investimento financeiro aplicado na compra de sementes e adubos e todo o seu trabalho desenvolvido (S.A. Pesquisa de campo, Pinhão, julho/2014).

Esse tipo de situação também já se tornou comum no município, há vários relatos de camponeses que foram diretamente prejudicados pela aplicação desses herbicidas via aérea, tal fato inclusive, tem contribuído para criar receio em alguns camponeses, em investir os poucos recursos que ainda lhe restam em novas lavouras, pois, temem perdê-las novamente para os venenos, conforme o trecho de entrevista abaixo:

[...] Já desisti de plantar meu feijão no meu terreno, planto desde que me entendo por gente, mas infelizmente tive que tomar essa decisão difícil, porque não aguento mais ter que ver minha plantação, cultivada com tanto amor e dedicação, debaixo de tanto sol, durante dias de trabalho, se perder no meio da fumaça de veneno que arrasa tudo, eu não tenho mais saúde, nem dinheiro, nem sangue frio pra aguentar perder tanta coisa, prefiro me render e parar de plantar, pelo menos na minha terrinha, comprada com tanto esforço, mas não vou deixar de plantar de uma vez, nunca comi feijão que não fosse nascido por minhas mãos, vou plantando pouquinho, no pedacinho de terra que meus parentes e conhecidos dividem comigo, até o

veneno chegar também por lá. (J. F. Pesquisa de campo, Pinhão, julho/2014).

Sendo assim, esse é mais um dos aspectos que reforçam as características vorazes do agronegócio, que mesmo indiretamente age oprimindo os camponeses e os deixando reféns de sua expansão, como sobreviver diante de tais situações? Como conseguir resistir e se manter na terra se nem mesmo nela pode produzir? Esses questionamentos também são argumentos que contribuem para evidenciar que o espaço agrário de Pinhão está quase que em sua totalidade nas mãos do agronegócio.

O ideal seria planejar ações para o uso do solo e dos recursos naturais de forma sustentável, mas será que a sustentabilidade é de fato possível? Como utilizar a terra e os recursos naturais sem interferir em sua dinâmica natural, qualquer retirada de material vegetal ou mineral, por exemplo, constitui ação exploratória, então como ser sustentável nesse contexto?

A sustentabilidade não é compatível com o capitalismo, atual modelo econômico da sociedade, apesar de atualmente a bandeira ambiental, via sustentabilidade, ser hasteada a toda altura por grandes empresas e corporações, que se utilizam da "preocupação ambiental", da "responsabilidade e consciência ambiental", que virou moda, para atrair novos consumidores "preocupados" com o meio ambiente, dessa forma, é essencial pregar a ideia de que tudo pode ser feito, desde que de forma sustentável, sendo assim, como não lembrar o excelente texto da professora Alexandrina Luz Conceição, "A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável" publicado em 2004, quando ela afirma: "Consumo e destruição são equivalentes funcionais, o que denota o caráter contraditório do discurso do desenvolvimento sustentável, o caráter da sua insustentabilidade", ao longo do texto a autora apresenta argumentos que reforçam essa ideia, conforme trecho abaixo:

O modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade e sob a égide do discurso da ética e da moral das condições ecológicas e valores ambientais e do crescimento econômico. Como afirma Enrique Leff (2001), a ideologia do desenvolvimento sustentável desencadeia um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento. Neste sentido, o discurso ecológico tornou-se a estratégia para o desvio dos problemas sociais e políticos. Em um discurso ideológico e de difícil contraposição se fundamenta a necessidade da inclusão, compreendida na dimensão geográfica da gestão local, regional, e sobretudo na relação campo cidade. (CONCEIÇÃO, 2004, p.7).

De acordo com Scremin e Kemerich, estudos realizados no Brasil (GONZAGA; SANTOS, 1992; ALMEIDA; GARCIA, 1991; FARIA et al., 1999, 2000) e em outros países (VAUGHAN, 1993; MCDUFFIE, 1994; HUNT et al., 1999; ARCURY et al., 2001; MCCAULEY, 2001) têm demonstrado o grande desafio de enfrentar os problemas de saúde e de ordem ambiental relacionados com o manejo de agrotóxicos na agricultura: exposição de trabalhadores aos efeitos nocivos destes agentes, contaminação do ambiente intradomiciliar, processos de descarte de embalagens vazias inadequados, pouca atenção à destinação dos resíduos do processo produtivo, entre outros, conforme figuras abaixo:



Figura 15: Aplicação de agrotóxicos sem os equipamentos de proteção.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 16: Descarte inadequado de embalagens de agrotóxicos.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Um grande problema encontrado no processo produtivo agrícola é a reutilização, o descarte e/ou destinação inadequada das embalagens vazias de agrotóxicos (conforme as figuras 17 e 18) de acordo com a Legislação Federal Lei nº 9.974 de 6 de junho de 2000, esses recipientes devem ser obrigatoriamente devolvidas aos estabelecimentos comerciais e é da responsabilidade das empresas produtoras e comerciantes pelo recolhimento e destinação adequada das suas embalagens vazias, que favorecem a contaminação ambiental e provocam efeitos adversos à saúde humana, de animais silvestres e domésticos.

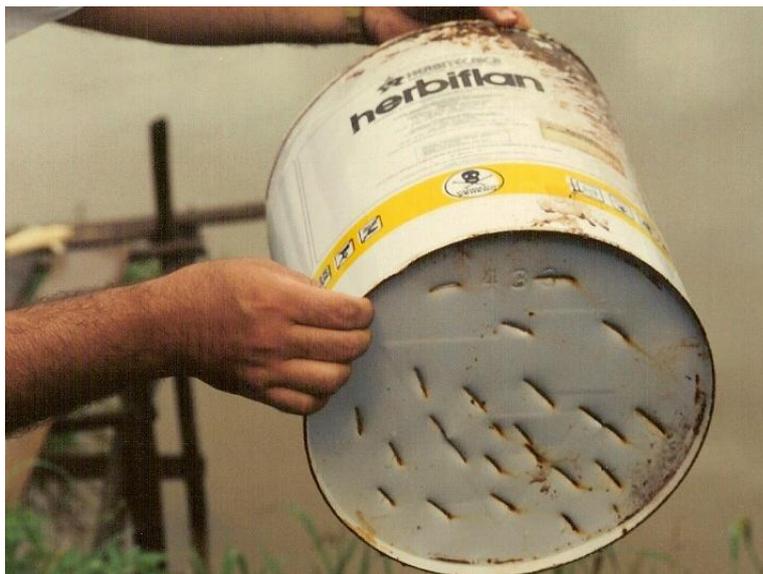


Figura 17: Reaproveitamento inadequado de embalagem de agrotóxico.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 18: Uso de embalagem vazia de agrotóxico para armazenamento de água.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Apesar da legislação desde junho de 2000, tal fato não se constitui, ainda, uma prática adotada pela maioria dos agricultores. Anualmente, os agrotóxicos comercializados no país, estão sendo colocados no mercado por meio de cerca de 130 milhões de unidades de embalagens e são recolhidas e destinadas adequadamente, somente, 10% a 20% (PERES; MOREIRA, 2003).

Nas propriedades, os processos de dessecação, semeadura, aplicação de herbicida seletivo, ureia, inseticida e a colheita do milho, são grandes consumidores de energia, pois são realizados com uso de trator com grande consumo de óleo diesel em virtude do longo período de trabalho.

No que diz respeito às emissões atmosféricas, somente a fase de peletização das sementes não apresenta impactos significativos, as demais atividades agem diretamente na deterioração da qualidade do ar e impacto visual causando, assim, incômodo e desconforto aos funcionários que trabalham na lavoura.

Outras emissões também são constatadas como ruídos e vibrações, afetando principalmente os condutores dos caminhões e máquinas agrícolas, (tratores e colheitadeiras) que tem exposição direta e que normalmente não utilizam o equipamento de proteção individual (EPI) que são obrigatórios, cumprindo jornadas diárias de trabalho de até 12 horas conforme figura abaixo:



Figura 19: Trabalhador operando máquina sem equipamentos de proteção individual.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

No Ministério do Trabalho, existem três normas (NR) relativas à questão do ruído no ambiente de trabalho. A NR 6 refere-se aos equipamentos de proteção individual (EPI), incluindo os protetores auriculares; a NR 7 refere-se ao exame médico, incluindo recomendações para o ambiente de exames audiométricos. Já a NR 15 refere-se às atividades e operações insalubres, levando também em consideração os limites relativos à exposição ao ruído, indicando como prejudicial o ruído de 85 dBA para uma exposição máxima de 8 horas diárias.

Schlosser e Debiasi (2002) realizaram uma avaliação dos níveis de ruído, próximos ao ouvido do operador, considerando o mesmo trator com cabine e sem cabine. Na ausência de cabines, os ruídos obtidos foram os que causaram maior dano ao operador, sendo que na propriedade existem colheitadeiras e tratores com e sem cabine.

Santos Filho (2002), ao avaliar os níveis de ruído causado por um trator, sem cabine, em diferentes velocidades de trabalho, concluiu que os valores indicaram uma condição de trabalho extremamente desconfortável para o tratorista, proporcionando grande risco de perda de audição.

O uso de máquinas, tratores e caminhões na produção de milho representa muitos riscos à saúde dos trabalhadores que operam esses equipamentos, foi possível observar durante a pesquisa de campo que o ruído emitido por essas máquinas extrapola os decibéis permitidos pela NR 15 além das vibrações que esses equipamentos produzem, interferindo diretamente na saúde desses trabalhadores. O impacto do peso desses tratores no solo também causa efeitos nocivos como a compactação do solo e mudanças em sua estrutura.

Em entrevista com os tratoristas de uma das fazendas visitadas, o Sr. A. G., relatou que devido à exposição diária em um trator que realiza adubação no solo, o mesmo adquiriu uma grave inflamação auditiva, pois, trabalhava sem os equipamentos de proteção auricular, a inflamação evoluiu para uma infecção grave e o mesmo precisou ser afastado do trabalho para cuidados médicos, como ele possui carteira assinada, conseguiu o afastamento pelo INSS depois de muitas tentativas e ao retornar ao trabalho, teve sua função trocada, passou a ser motorista de caminhão em vez de tratorista, sob a alegação de não mais se encaixar na sua função de origem por conta de sua condição de saúde.

Problemas de saúde relacionados ao trabalho na lavoura e ao uso inadequado de equipamentos, inexistência dos mesmos e graus elevados de insalubridade no trabalho, afetam diretamente os trabalhadores rurais, os poucos que possuem carteira assinada afirmaram ter certa “segurança” e não se incomodaram tanto com essa situação, pois,

qualquer problema de saúde podem solicitar afastamento e auxílio doença, porém a grande maioria são trabalhadores sem registro e sem direitos garantidos e temem por sua segurança e saúde, mas acabam se submetendo a condições precárias de trabalho e ainda recebem pressão para não se acidentarem e não adoecerem, sob pena de serem substituídos.

Dentre os aspectos sociais, as atividades de semeadura e de colheita geram empregos e movimentam a economia local, desde a compra das sementes, óleo diesel, insumos, máquinas e implementos e a venda do produto final, sendo muito importantes na arrecadação tributária.

Durante a realização do campo, em conversa com moradores da sede municipal, a maioria dos entrevistados afirmou que a produção do milho gera riquezas e maior arrecadação para o município. Além de ter contribuído para a ampliação do comércio, a instalação de agência bancária, de agência de empréstimos financeiros, e conseqüentemente geração de mais empregos e constante desenvolvimento, conforme imagem a seguir.

Ao longo dos últimos dez anos, foi possível observar as mudanças ocorridas na estrutura da cidade de Pinhão, que cresceu consideravelmente, a ponto de serem criados dois novos conjuntos habitacionais em áreas de expansão, o comércio também passou por uma pequena ampliação, sendo inaugurada uma loja de móveis, um material de construção, uma agência bancária, uma agência de empréstimos financeiros (figura 20), uma escola particular de educação infantil, duas lojas de roupas, uma loja de rações e farelos animais, uma loja de insumos, maquinário e consultoria agrícola (figura 21), um escritório de advocacia, uma churrascaria, uma pizzaria entre outros estabelecimentos, que proporcionam maior comodidade a população e maior circulação de recursos financeiros na cidade.



Figura 20: Agência de empréstimos financeiros.

Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/201



Figura 21: Empresa de consultoria agrícola e comercialização de insumos e equipamentos.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 22: Logomarca da maior empresa Império agrícola.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 23: Maquinário comercializado na empresa Império agrícola.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 24: Máquina comercializada na empresa Império agrícola.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.



Figura 25: Acessório para trator comercializado na empresa Império agrícola.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

É evidente que tais mudanças são importantes para o município, pois, geram arrecadação de impostos, contribuem para o seu crescimento, geram mais conforto, comodidade e melhor qualidade de vida a população, porém, com rumores de que daqui a dois anos as terras produtivas precisaram passar um longo período de descanso, pois, estão sendo utilizadas a muito tempo sem intervalo para a produção e precisa descansar do plantio para o solo recuperar naturalmente seus nutrientes, ou, poderão entrar em estado de esgotamento total e se tornarem improdutivas, sendo assim, caso ocorra uma paralisação da produção de milho no município de Pinhão, o que haverá de ser da economia local e da população?

A desaceleração da agricultura, principal atividade econômica do município, acarretará o enfraquecimento dessas atividades pela diminuição de circulação financeira, menor geração de renda, ocasionará o fechamento de estabelecimentos comerciais, desemprego, o que representará um grande problema a ser enfrentado pela população, podendo levando o município a cidade a um retrocesso econômico.

Com o aumento da produção de milho, surgiu a necessidade de armazenamento dos grãos em silos até os mesmos serem transportado. Os grandes produtores por terem recursos financeiros disponíveis e estrutura física nas propriedades constroem silos para armazenagem, mas os pequenos produtores desprovidos de recursos, ou alugam garagens

para armazenar sua produção ou recorrem a uma técnica mais barata e bastante difundida na atualidade, que são os “silos bag”, ou seja, grandes sacos plásticos reforçados que armazenam o milho em áreas abertas, protegendo-os do sol e da chuva. Essa técnica é bem mais econômica e prática e até os grandes produtores estão recorrendo ao uso da mesma, conforme constatado em trabalho de campo nas figuras abaixo.



Figura 26: Máquina enchendo silo bag com milho.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014



Figura 27: Armazenamento de milho em silos bag.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

O escoamento da produção tornou-se uma grande demanda, o que chamou a atenção de caminhoneiros da região e de outros estados. A princípio uma família de pernambucanos veio para Pinhão com o intuito de trabalhar no transporte do grãos para granjas e indústrias alimentícias de diversos estados, como a produção era grande e o transporte tinha que ser feito por várias carretas, mais famílias foram chegando e se instalando na cidade, atraídas pela oferta de trabalho rentável.

Hoje, cerca de 50 famílias vindas de Alagoas e Pernambuco moram no município e trabalham com o transporte da produção, ao longo dos anos os mesmos adquiriram novas carretas, conforme figura abaixo, para o transporte do milho e monopolizam esse novo nicho de mercado em Pinhão.



Figura 28: Carreta que transporta milho.

Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Toda uma estrutura foi planejada para o escoamento da produção, desde a armazenagem dos grãos, a pesagem das toneladas de milho em uma balança de carretas, como demonstram figuras na sequencia, bem como, a frota de veículos para o transporte da carga, o que revela o elevado grau de organização do agronegócio do milho em Pinhão.



Figura 29: Balança pra pesagem de caminhões.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014



Figura 30: Balança.
Fonte: Marina Feitosa, pesquisa de campo, 07/2014.

Nesse contexto de expansão da agricultura, crescimento da cidade e ampliação do comércio, é importante ressaltar que esses aspectos não minimizam o problema da falta de oportunidades de trabalho para absorver grande parte dos jovens pinhãoenses, que sem

qualificação profissional e sem espaço na atividade agrícola e no comércio de sua cidade natal, acabam absorvidos pelas fábricas de calçado da região, a exemplo da Azaleia no município de Frei Paulo e da Dakota, no município de Simão Dias, que exploram de forma desumana os trabalhadores, sob condições precárias de trabalho, com carga horária de 12 a 14h diárias, em três turnos distintos e com salários baixíssimos, os jovens, ex-donas de casa, camponeses expulsos do campo, pessoas consideradas com faixa etária avançada para o trabalho comércio e deficientes físicos, que encontram nessa oportunidade uma “tábua de salvação” para o desemprego.

Ao entrevistar um jovem que trabalha em uma dessas fábricas, ele afirmou que: “antes dessas empresas os jovens não tinham nenhum futuro, a não ser viver as custas dos pais, ou ir para Aracaju trabalhar em firmas como servente e pedreiro ou para São Paulo e agora eles podem trabalhar perto de casa, receber o salário certinho, uma cesta básica e conseguir algumas coisas, como comprar uma moto, uma casinha, se casar e ser independente, e que tiveram muita sorte com a chegada dessas fábricas”.

Para a grande maioria dos operários dessas fábricas, elas representam uma grande mudança, a possibilidade da construção de um futuro melhor, o trabalho duro e perigoso compensa tantos benefícios e assegura melhores condições de vida, já que as terras são destinadas a monocultura do milho, levando-os a buscarem outras formas de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES:

Nos últimos anos foi possível observar no espaço agrário sergipano um crescimento acelerado do cultivo de milho, que até então, era realizado em vários municípios consorciado com outras culturas, mas com pouco destaque.

O cereal era utilizado para abastecer essencialmente os rebanhos e uma parte para indústrias de rações e alimentícias. Na atualidade, se observa que a produção de milho realizada em grande escala, nas grandes propriedades com o uso de vastas extensões territoriais, nos moldes do agronegócio, para atender a cadeia produtiva do milho que abastece uma rede de empreendimentos interligados e que têm o milho como matéria prima base.

No município de Pinhão, selecionado como recorte espacial para desenvolvimento da pesquisa, a mão-de-obra empregada no cultivo do cereal vem sendo drasticamente reduzida, pois, com o uso intensivo da mecanização e da alta tecnologia, os trabalhadores foram substituídos por máquinas, que realizam o trabalho de diversos homens com mais agilidade, o que demonstra o caráter excludente dessa produção.

Visto que, muitos camponeses ao não conseguirem concorrer com essa alta produção, suprimidos pela expansão do agronegócio do milho e desprovidos de meios de produção para sobreviver da terra, restando-lhes apenas sua força de trabalho para ser vendida, foram "forçados" a deixar suas pequenas propriedades em busca de novas formas de sobrevivência e reprodução, os poucos trabalhadores que ainda sobrevivem dessa produção, são extremamente explorados e expostos a diversos riscos e por remunerações baixíssimas, são poucos os que possuem carteira de trabalho assinada e que se submetem a tal situação pela falta de alternativas.

O município de Pinhão hoje tem em seu entorno um verdadeiro "mar verde", a produção de milho toma conta de quase todos os espaços agricultáveis do município, pequenas produções de feijão e outros gêneros agrícolas são quase raridade, pois, além da substituição da produção dos mesmos pelo milho, é difícil sobreviver ao uso intensivo de

herbicidas e inseticidas aplicados via aérea no milharal que prejudica e até extermina as pequenas produções ao redor.

A sede municipal, ao longo de dez anos, período onde houve o "boom" da produção de milho em todo o estado, vem apresentando mudanças em sua dinâmica e configuração, que são reflexos da espacialização do milho.

A instalação de uma agência bancária, de empresa de empréstimos financeiros, loja de comercialização de insumos, fertilizantes e equipamentos agrícolas e crescimento do comércio local, são mudanças relacionadas ao "crescimento e desenvolvimento" que a produção de milho tem provocado ao se territorializar, pois, há atualmente uma maior circulação financeira na cidade, concentrada nas mãos dos proprietários rurais, pequenos comerciantes e empresários e de pessoas com situação financeira equilibrada que utilizam seu capital acumulado para empréstimos pessoais a terceiros, a famosa prática da agiotagem, ainda muito comum principalmente no interior do estado.

Ao longo dessa pesquisa foi possível constatar efeitos "positivos" e negativos, (esses em maior número) da expansão/ampliação da produção de milho em Pinhão, onde é possível perceber, de uma década para cá mudanças visíveis, em termos de desenvolvimento do comércio, da prestação de serviços, no aquecimento da economia, na infraestrutura pública, mudanças na estrutura fundiária, no uso e ocupação do solo, na vida dos camponeses, das relações e condições de trabalho no campo e na cidade, mudanças para melhor e para pior, pois, é a configuração do desenvolvimento tão esperado e almejado pela sociedade, arraigado de muitas contradições, precarizações e explorações mascaradas pela prosperidade do crescimento econômico.

Tais avanços trouxeram para o campo drástica diminuição de camponeses, que não conseguiram concorrer com o agronegócio nem resistir ao avanço do mesmo, encontrando como alternativa a venda de suas terras e força de trabalho nas fazendas do município e região ou em centros comerciais da capital e de outras cidades.

Foi possível constatar o êxodo de pessoas que não conseguindo mais sobreviver do trabalho no campo, migram para os centros urbanos na esperança de melhores condições de vida, submetendo-se a trabalhar em "sub-empregos" com péssimas condições de trabalho, renda, moradia e sobrevivência, deixando de ser camponeses e obrigados a se tornarem operários, trabalhadores assalariados, autônomos e desempregados.

Várias mudanças podem ser observadas no município, tais como: chegada de várias famílias de outros estados para trabalhar no transporte da produção; expansão da área urbana com a construção de dois conjuntos habitacionais; degradação do meio ambiente e de recursos naturais; erosão e contaminação do solo; contaminação do ar com pulverização de agrotóxicos via aérea; desequilíbrio ecológico; praga de insetos após a colheita do milho; praga de sapos; praga de ratos por conta do armazenamento de grãos; alta especulação imobiliária; diminuição da qualidade de vida; êxodo rural, entre outras, todas essas mudanças estão ligadas direta e indiretamente a ampliação da produção de milho.

Porém, é importante ressaltar que esse desenvolvimento vem mascarado por benefícios, mas carregado de apropriação do espaço, monopolização da produção, exploração de trabalhadores, expropriação de camponeses, alienação da população e degradação do meio ambiente, que são importantes aspectos camuflados pela visão da deslumbrante plantação de milho, que encanta os olhos de quem passa observando, enche os bolsos dos grandes produtores e esvazia o prato de quem a plantava com as próprias mãos.

A ausência de um Estado que garanta os direitos e condições básicas de saúde, educação, moradia e trabalho da população, sobretudo as parcelas mais carentes, contribui para o engessamento do poder público e da população de pequenos municípios como o analisado nesse estudo. Dessa forma, sem alternativas de resistência e sem apoio financeiro, essas localidades são o cenário perfeito para a territorialização do capitalismo, que com o total apoio do Estado, encontra mecanismos de controle para tomar posse do espaço, dos recursos naturais, do trabalho, do capital e dos sujeitos, que se tornam reféns do capitalismo, que monopoliza o espaço e retira dele tudo o que pode gerar acumulação de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Hellen Cristina Rodrigues. AMARAL, Renata Firmino do. **Produção, área colhida e produtividade do milho no nordeste**. Banco do Nordeste. ano v, nº 16, setembro de 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A intervenção do estado e a seca no nordeste do Brasil**. Revista de economia política. vol. 6, nº 4, 1986. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/24-9.pdf>>. Acesso em março de 2010.

ARRETCHE, Marta. MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA. p julho de 2006.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe, Diagnóstico do Município de Pinhão**. Aracaju: CPRM, 2002.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS** -1.ed. Buenos Aires : CLACSO, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista**. Entre-Lugar, Dourados, ano 1, n. 1, p. 73-98, 1º semestre de 2010.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, nº 12 - jun/dez, 1995.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, v. 1, nº. 6, 2005. 166-170.

_____. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. Disponível em <http://www.4shared.com/get/fHoAQnM/A_Insustentabilidade_do_Desenv.html >acesso em dezembro, 2010.

DOURADO, José Aparecido Lima. MESQUITA, Helena Angélica de. **Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. Revista Ideas, v. 4, n. 1, p. 291-311, jun./jul. 2010.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e desigualdades socioespaciais**. In: ELIAS, Denise. PEQUENO, Renato. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo. Centauro, 2009.

FABRINI, João Edmilson. **O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível**. In: Geografia Agrária e desenvolvimento; (orgs:) Marcos Aurelio Saquet e Roseli Alves dos Santos, São Paulo. Expressão Popular, 2010, p. 55 - 88.

FERNANDES, B.; MARQUES, M.; SUZUKI, J. (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, Jun de 2000.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Annablume, 2005.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, p. 370-392, 2008.

IVO, Anete Leal. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. CRH/UFBA, Salvador, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Dissertação (mestrado em geografia), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

LIMA, José Aparecido. MESQUITA, Helena Angélica de. **Re-visitando a questão do território: um diálogo interdisciplinar**. Espaço em Revista 2012 ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 1 jan/jun.2012, páginas: 66 - 75 UFG-CAC/Dourado.

LISBOA, Josefa Santos. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (doutorado em geografia), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

MARTINS, José de Souza Martins. **O cativo da terra**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo. Bitempo, 2005.

_____. **O Capital: crítica da economia política** – livro 01. 24ª. ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2006.

MAZOYER, Marcel.; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico á crise contemporânea**. São Paulo. Editora UNESP, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2004.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. **O estado e a organização do espaço semi-árido sergipano: o Projeto Sertanejo**. Tese (doutorado em geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição**. São Paulo. Boitempo, 2002.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Nova agricultura, novo território: mobilidade sulista e desterritorialização no oeste baiano**. Anais do XVI Encontro Nacional dos geógrafos. Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história do Brasil**. São Paulo. Hucitec, 2002.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de geografia**. Cadernos do Logepa. João Pessoa, Vol. 1, n.2, p. 33-46, Julho/Dez - 2002.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPDA, 1999.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15/10/2000, p. 39-52. Acessado dia 18/04/2014 ás 09h, disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.html>

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais** In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1982.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra**. São Paulo. Expressão popular, 2001.

MULLER. Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura**. São Paulo. HUCITEC/EDUSP. 1986.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **A ação do Estado: Estado e Agricultura no Brasil, políticas agrícolas e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo, Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: 4ª Ed. Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** Bogotá: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo. MARQUES, Inês. **O campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social.** São Paulo, Editora Paz e Terra, p.29-70, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo. Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. FARIA, Camila Sales. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil.** Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Monte Videl, 2009.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** Com Ciência, 2010, n.120, ISSN 1519-765.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária.** Estudos avançados. [online] 1989, vol. 3, nº 7, p. 87-108. ISSN 0103-4014.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Estudos avançados. vol. 3, nº. 7, Set./dez, São Paulo, 1989. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em março 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo. Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital.** Revista eletrônica da AGB. Três Lagoas, v.1, nº 1, ano 1, novembro de 2004.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo : Editora Brasiliense, 1957.

PRZEWORSKI, Adam. **Nota sobre o Estado e o mercado.** Revista de Economia e Política, Vol. 16, n. 3, jul/set. 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICHART, Alfredo. et al. **Compactação do solo: causas e efeitos**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 26, n. 3, p. 321-344, jul./set. 2005.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **O território usado e o uso atual do território do agreste potiguar**. Holos, Ano 25, Vol. 2, 2009. ISSN: 1807-1600.

SANTOS, Almir Bispo dos. **O Estado e a organização do espaço da agricultura familiar – O PRONAF em Sergipe**. Dissertação (mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2000.

SANTOS, Carmem Lúcia. LORETO, Maria das Dores Saraiva de. **A Sustentabilidade Social das Atividades Não-Agrícolas Desenvolvidas por Mulheres do Projeto Pró-Sertão-Se: uma análise concreta**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. 3 p. 342-364, jul-set. 2001.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe**. Tese (doutorado em geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio.; SPOSITO, Eliseu Sevério. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. MATTEI, Lauro. CAZELLA, Ademir Antônio. **HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCREMIN, Alexandre Paniz. KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha. **Impactos ambientais em propriedade rural de atividade mista**. Disc. Scientia. Série: Ciências Naturais e Tecnológicas. Santa Maria, v. 11, n. 1, p. 126-148, 2010. ISSN 2176-462X.

SILVA, Carlos Eduardo Mazetto. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: em busca de novos caminhos**. In O Campo no Século XXI; Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques (orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas. UNICAMP, 1998.

SILVA, Nelmiere Ferreira da. SILVA, Aline Ferreira da. **Questão agrária no campo da história um estudo panorâmico das políticas públicas para o meio rural**. 2010, disponível em: www.gepru.com.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, ano. 8, n. 16, jan/dez. 2006.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

STEFFENI, Gerusa Pauli Kist. Et al. **Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos.** Tecno-lógica, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 15-21, jan./jun. 2011.

VELTMAYER, Henry. PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: America Latina em movimento.** In: Campesinato e Territórios em Disputa. 1º edição, São Paulo. Expressão Popular, p. 79-117. UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **As Origens Agrárias do Capitalismo.** Crítica marxista. São Paulo, n. 10, p. 12-29, 2000. Disponível em <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/EllemWood.pdf> acesso em acesso em março de 2010

SITES CONSULTADOS:

<http://blogs.ruralbr.com.br/sojaporglaubersilveira/2012/03/12/porque-produzir-etanol-de-milho/>, acessado dia 12/03/2013 às 09h.

<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/milho>, acessado dia 20/04/2013, às 20h e 30 min.

<http://www.suapesquisa.com/alimentos/milho.htm>, acessado dia 14/07/2013, às 21h.

www.conab.gov.br, acessado dia 11/11/13, às 10h.

<http://www.undef.com.br/agricultura/index.asp?cod=2>, acessado dia 11/11/2013, às 14h.

<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI291017-17770,00-CRESCIMENTO+DA+POPULACAO+NAO+AMEACA+PLANETA+CONSUMO+SIM.html>, acessado dia 13/11/2013, às 19h.

<http://www.dw.de/crescimento-populacional-e-o-desafio-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o/a-15486766>, acessado dia 13/11/2013, às 22h.

<http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/ceget/publicacoes/artigos-em-anais/>, acessado dia 03/01/2014, às 08h.

http://pt.mongabay.com/news/2011/pt1011-hance_meateating_rise.html, acessado dia 30/01/2014, às 11h.

<https://www.fao.org.br/FAOddma.asp>, acessado dia 30/01/2014, às 12h.

<http://www.canaldoprodutor.com.br/>, acessado dia 30/01/2014, às 23h50min.

Manual de crédito rural, disponível em: http://www.fetaep.org.br/Agricola/DAP/mcr10_jan2012.pdf, acessado dia 18/05/2014, às 21h.

Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento - Mapa <http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica>, acessado dia 13/06/2014, às 23h.

APÊNDICE: